Francisco Rüdiger

PARADIGMAS DO ESTUDO DA HISTÓRIA

Gattopardo
EDITORA

Francisco Rüdiger

Paradigmas do Estudo da História

Os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo



Porto Alegre
2010

Consultora editorial: Vera Regina Morganti

Preparação de originais:

Iara Nunes
Luciana H. Balbueno

R 816 Rüdiger, Francisco
Paradigmas do estudo da história: os modelos de compreensão da ciência histórica no pensamento contemporâneo / Francisco Rüdiger. Porto Alegre: Gattopardo, 2010.

Versão Eletrônica CDU 930.1

Catalogação elaborada pela Biblioteca Pública do Estado do Rio G. do Sul

ISBN (1ª. edição, 1991) 85-7063-100-6



Sumário

Introdução

A historiografia moderna se caracteriza pela autocompreensão como ciência e, portanto, pressupõe, enquanto conhecimento, uma fundamentação teórica e metodológica. Os estudos históricos de nosso passado recente reivindicam para si, com maior ou menor ênfase, a condição de saber positivo, podendo ser genericamente entendidos como forma de pesquisa dos fenômenos sociais na escala do tempo. A história apresenta-se, nesse sentido, como uma prática dotada de princípios teóricos, regras metodológicas e campo de estudos particular formadora uma unidade, da qual não pode ser dissociada sua definição. A reflexão sobre esses tópicos, que, em conjunto, respondem por sua fundamentação, configura o campo da filosofia (analítica) da história, da problemática epistemológica do saber histórico.

O presente texto constitui uma exposição didática dos principais paradigmas em que se formou essa problemática. A matéria começou a ser tratada de modo recorrente e sistemático por alguns manuais publicados ao longo dos anos 50. Não obstante, as correntes básicas em que se divide seu pensamento remontam ao século passado, como atestam os escritos de Droysen e Comte. Nossa proposta neste trabalho consiste em expor as concepções epistemológicas dessas correntes e das demais que lhes seguiram na empresa de reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico.

Os paradigmas epistemológicos fornecem a teoria do método utilizada pelos historiadores, a instância em que aquela consciência pode ser pensada. As escolas históricas sempre se vinculam a certos paradigmas, embora a pretensão de cada um deles seja elaborar um modelo de ciência válido para toda a historiografia. Na maior parte das vezes, elas compartilham conceitos retirados de vários deles, de modo que seus textos representativos raramente servem de exemplo dos cânones de um paradigma com exclusão absoluta dos postulados por outro. A Escola dos Annales, por exemplo, não segue somente

uma corrente epistemológica, sintetiza elementos extraídos de vários paradigmas.

Os historiadores, mesmo quando não têm consciência disso, estão comprometidos com certos modelos epistemológicos, que fornecem os conceitos com que procedem à autocompreensão de sua prática. Os paradigmas fundamentam os métodos de estudo e os procedimentos de pesquisa usados por eles, mesmo quando não são explicados, ainda que se apresentem de forma confusa, complexa e impura no plano imediato de seu saber.

O método é o elemento de mediação entre os paradigmas de compreensão da ciência histórica e a prática dos historiadores. As concepções epistemológicas sobre a natureza do campo de estudos da história, sua categorização em termos determinísticos ou contingentes, baseados no postulado de ações livres ou leis empíricas, por exemplo, fazem parte da problemática desses paradigmas. Porém, seu conteúdo teórico não; provém dos conceitos de compreensão e do método de análise do processo histórico usados por eles. O conceito de estrutura, por exemplo, é um conceito epistemológico, mas seu conteúdo econômico, antropológico ou outro, assim como os termos de sua aplicação na pesquisa, não: pertencem à chave de interpretação empregada pelo historiador. A consideração desse último aspecto, ligado a questões de metodologia aplicada, foge ao escopo de nosso trabalho, que se restringe, como ressalta a escassez de ilustrações no corpo do texto, aos temas de metodologia geral da história.

Orienta o texto em seu conjunto o conceito de *paradigma*, forjado há alguns anos por Thomas S. Khun. Para o autor, os paradigmas constituem a matriz disciplinar comum aos praticantes de uma ciência, que lhes fornece um conjunto de problemas e propostas de soluções desses problemas; eles nomeiam a constelação de crenças, valores e técnicas compartilhados por uma comunidade científica (KHUN, 1962). O termo é empregado neste estudo de forma semelhante, servindo para designar o complexo de postulados, conceitos e procedimentos mínimos que distinguem, pela maior ou menor adesão por parte dos autores da área, um enfoque de outro no seio da problemática epistemológica há história. O termo *corrente* é

usado como sinônimo de paradigma e o termo *tendência* como forma variante que compõe com outras uma corrente ou paradigma.

O texto foi concebido como guia de estudos, por isso não tem caráter de reconstrução crítica ou mesmo histórica de seu tema; ele se limita a sistematizar conteúdos e sumariar questões, procurando preencher uma lacuna constada na literatura. O leitor interessado dispõe hoje de vários trabalhos escritos sobre o assunto, mas praticamente todos eles encontram-se comprometidos com a versão da problemática dada por um paradigma. A proposta deste texto tem outro sentido, contenta-se em expor um quadro geral, didático e sistemático dessa matéria; assim, ele não traz nenhuma contribuição original ao seu campo de estudos, nem acrescenta formulações teoricamente novas à sua problemática, embora a redação dada ao último capítulo possa lhe dar o caráter de síntese.

As considerações acima não significam, contudo, a adoção de uma postura neutra diante do assunto. Os compromissos do escritor dom seu contexto social-histórico não o condenam à contrafação de seu tema, quando sua norma é a verdade. O pano de fundo deste trabalho é uma reflexão crítica sobre as tendências verificadas na autocompreensão das ciências históricas em nossa época, principalmente m nosso país. A resposta da pelos historiadores ao questionamento de sua disciplina ao longo das últimas décadas, especialmente através do intercâmbio com as demais ciências humanas, foi marcado pelo crescimento de sua consciência metodológica (Cf. TOPOLSKI, 1974).

Desde meados do século, com falência da historiografia tradicional, tem-se desenvolvido um pensamento teórico sobre a prática e o campo factual do historiador, cuja conseqüência mais notável é a renovação do saber histórico. Todavia, o preço pago por isso foi, malgrado a contraposição do movimento aos postulados do historicismo positivista, o reforço da autocompreensão cientificista de sua atividade. Nesse sentido, aliás, a reação anticientifista dos últimos anos não é senão a vertente negativa e a radicalização perversa de um mesmo processo. A reflexão cada vez maior sobre a prática dos estudos históricos progrediu no sentido de sua redução à metodologia,

com claro prejuízo de sua dimensão prática e crítica, de modo que, dispensando a questão das condições de possibilidade dessa prática, ela tem acelerado o processo certamente falacioso de separação do saber histórico da própria história.

O ponto de vista do autor, inversamente, é o de que os fundamentos epistemológicos da história ultrapassam o plano do método, sem serem exteriores a sua prática. A prática teórica do historiador é analiticamente segunda com relação às suas condições de possibilidade, cujo exame fornece o problema-chave de uma epistemologia que orienta sua disciplina de estudos no sentido da auto-reflexão. Essa postura, convém notar, não anula a consideração e análise dos procedimentos metodológicos da ciência histórica; pelo contrário, ela sustenta que esses procedimentos e as questões atinentes que eles colocam só podem ser corretamente equacionados no interior dessa problemática. A história defronta-se com suas condições de possibilidade sob a forma de uma prática teórica. Como ressalva Habermas:

> Somente uma auto-reflexão das ciências que não transcenda apressadamente o domínio das questões metodológicas pode renovar, ao nível do positivismo, a exigência de uma crítica do conhecimento, sem que recaia em posições pré-críticas (HABERMAS, 1968, p. 164).

Os manuais de introdução aos estudos históricos que circulam em nosso país assumiram, em sua maior parte, como noutros centros de pesquisa, a compreensão cientificista de seu tema, com relação a qual o anticientificismo não é uma alternativa, mas complemento contrário e negativo. O resultado é a progressiva supressão do questionamento sobre a dimensão filosófica presente nos pressupostos da prática do historiador. A problemática epistemológica da história vem sendo reduzida a determinados enfoques e questões, cujo principal pecado não é a tomada de posição, mas a visão limitada de um campo de reflexão mais amplo, dotado de rica e variada linhagem.

Nesse contexto, a mera sistematização de conhecimentos e o esclarecimento de certas problemáticas, num texto escrito para

historiadores e todos que se preocupam com a reflexão de sua ciência, têm claro compromisso filosófico. A proposta destas páginas não se esgota no plano didático da exposição sistemática dos paradigmas epistemológicos da história; ela avança no sentido de renovar a reflexão sobre a natureza desse saber e ampliar os termos em que esta reflexão vem elaborando a autocompreensão teórica da prática dos estudos históricos.

1. Os paradigmas fundadores

A historiografia moderna nasce com a pretensão de ser ciência positiva, disciplina científica. A reflexão sobre a historiografia como *episteme* é, por isso, um fato recente na história do pensamento. Até meados do século XIX, a consideração sobre o estatuto dessa disciplina não se havia consolidado no plano do saber. Ranke, embora assinale com seus estudos o nascimento da historiografia com esse conceito, sustentava em seus escritos a tese que ela combinava arte e ciência. Gervinus, em seus *Grundzuge der Historik* (1837), examina-a ainda como forma artístico-literária, seguindo de perto os termos da problemática da *ars historicae* do século XVIII, presente, por exemplo, no *Discorso Sull´arte Storica* (1819), de Paolo Manzi.

Todavia, com a propagação do pensamento científico no território dos estudos históricos, colocou-se a necessidade de elaborar o *órganon* de sua prática. A atividade dos historiadores estava criando um saber cuja existência ostensiva se impunha à reflexão. Os próprios historiadores foram os primeiros a se lançar a esse trabalho de fundamentação da história como ciência. J. B. Buchez (†1865), em França, e J. G. Droysen (†1884), na Alemanha, não obstante em direções opostas, podem ser considerados os responsáveis pela abertura dessa problemática, que teve seguimento nas diversas linhagens do pensamento epistemológico contemporâneo.

As matrizes apontadas por ambos, das quais derivam essas linhagens, são respectivamente o positivismo e o historicismo. O ponto de partida das mesmas reside na antinomia entre vontade e causalidade estabelecida por Kant em sua *Crítica da razão pura* (1781). O historicismo tomou partido pela primeira, afirmando o primado da compreensão do significado das ações humanas, dotadas de liberdade, no método histórico. O positivismo, ao contrário, reduziu o conhecimento histórico ao estabelecimento de fatos positivos, submetidos a relações de causalidade, cuja descoberta resume a tarefa do historiador. Para o primeiro, o mundo histórico constitui uma realidade própria que condiciona e distingue as ciências históricas

como ciências humanas, enquanto para o segundo as ciências apresentam uma unidade metodológica, que se aplica a qualquer matéria.

A convergência desses dois paradigmas no pensamento historiográfico durante o final do século, em virtude da ressonância do cientificismo em todos os campos da cultura da época, resultou na formação de uma corrente híbrida, que podemos chamar, à falta de um termo melhor, historicismo positivista. Essa corrente, fruto de uma autocompreensão elaborada principalmente por historiadores, caracteriza-se pela depuração das teses historicistas, que não foram propriamente anuladas, mas reinterpretadas conforme princípios positivistas. Para ela, trata-se de eliminar a dimensão filosófica das primeira sem abandonar sua perspectiva metodológica, assentando-a no postulado da reconstituição dos fatos como eles efetivamente ocorreram, formulado por Ranke.

1.1 O Paradigma Historicista

O termo historicismo é um termo polêmico, carente de conteúdo preciso, a propósito do qual atribui-se, conforme a época e os objetivos do participante da discussão, diversos sentidos. De acordo com os dados disponíveis, ele foi empregado teoricamente pela primeira vez por Karl Werner no livro *Vico als Philosoph und Gelehrter Forscher* (1879), tendo se generalizado alguns anos depois com a polêmica entre Carl Menger e Gustav Schmoller, verificada no contexto de reação à supremacia da escola histórica no campo da ciência econômica.

Na passagem para o nosso século, passou a ser associado à concepção filosófica acionada pela chamada historiografia tradicional, baseada na postura contemplativa do passado, no cultivo do particular pelo particular, no registro aparentemente neutro dos fatos e a conseqüente aceitação do relativismo dos valores. Posteriormente, foi retomado por um grupo de filósofos e historiadores, entre os quais E. Troelstch e F. Meinecke, para nomear uma doutrina que, apesar de ter

ressaltado sua pertinência epistemológica, acabou assimilando-a com uma visão de mundo. O historicismo assume, nesse caso, a condição de interpretação do homem e do mundo, assentada nas idéias de historicidade individualizadora dos fenômenos humanos e da correspondente relatividade do conhecimento do homem e do mundo, ambas determinadas pelo passado e orientadas para o futuro.

Na verdade, o termo historicismo serve especialmente para designar a corrente de pensamento que, vinculada originalmente à chamada Escola Histórica Alemã, empreendeu um trabalho de fundamentação das ciências históricas calcados nas seguintes teses:

1. Os fenômenos sócio-culturais distinguem-se qualitativamente dos fenômenos naturais, na medida em que constituem fenômenos espirituais dotados de significado humano.

2. Os fenômenos sócio-culturais só podem ser estudados na sua historicidade, através da compreensão, mediada pelas fontes, do seu significado vivido ou montado pelos contemporâneos.

3. O historiador, não menos que seus fenômenos de análise, encontra-se no fluxo da história, que determina suas perspectivas e conceitos de estudo.

Nesse sentido, o historicismo compreende uma série de postulados, cuja unidade reside na fundamentação da historiografia na própria história.

Giambattista Vico (1688-1744) detém com relação a esse ponto uma condição importante, não tanto por ter elaborado uma filosofia da história original, ou mesmo uma visão de mundo contrária aos cânones anti-historicistas do racionalismo de sua época, mas sim por ter anunciado, de modo confuso, a idéia de que a vida das nações é criada e transformada pela ação dos homens. O homem é autor de sua própria história. Trata-se, com efeito, de uma tese fundamental, na medida em que, embora mantendo-se presa aos esquemas providencialistas do pensamento pré-moderno, antecipou o postulado historicista de que o sentido existente no mundo histórico é um sentido gerado pelo homem.

Todavia, é preciso salientar que o pensamento de Vico permaneceu um pensamento marginal diante das grandes corrente de

idéias do século XVIII. De certo, podemos encontrar alguns ecos de suas concepções em autores como Herder, mas ainda sob a forma de uma doutrina especulativa sobre a história. Para o pensamento dominante na época, os conceitos valorizados eram conceitos mecanicistas, de feição naturalista, nos quais não havia lugar para a reflexão sobre a ação prática dos seres humanos. Não surpreende assim que a retomada dos seus princípios filosóficos no plano epistemológico, constituindo o paradigma historicista, tenha se dado somente em meados do século seguinte, com o aparecimento e consolidação da historiografia moderna, cuja teorização foi assumida por Johann G. Droysen.

Droysen estabeleceu a tese-chave do historicismo e demais paradigmas que se incluem em sua linhagem: a distinção entre as ciências naturais e as ciências históricas. Em seus *Grundrisse der Historik*, redigidos em 1858, ele não só sistematizou os procedimentos metodológicos empregados pela historiografia da época como também integrou, pela primeira vez, esse trabalho no quadro de uma reflexão filosófica mais ampla, elaborando numa doutrina epistemológica os fundamentos do conhecimento histórico.

Para o autor, é preciso distinguir o método histórico do método científico e do filosófico, que se ocupam respectivamente de explicar (*Erklaren*) e saber (*Erkennen*), enquanto aquele visa a compreensão (*Verstehn*) da passagem do homem pelo mundo. O conhecimento histórico obedece a dois princípios fundamentais. Primeiro, conhecer com base em fontes; segundo, conhecer visando a compreensão do homem O método histórico consiste em compreender as Brás humanas investigando os restos que o passado nos legou (DROYSEN, 1858, p. 30).

Droysen subordina a metodologia da pesquisa história à reflexão sobre o estatuto de seu campo de estudo. A histórica se ocupa do movimento do mundo moral, das mudanças verificadas no ser ético do homem, cuja categoria fundamental é a compreensão.

> A compreensão é o ato mais humano do ser humano e todo fazer verdadeiramente humano se baseia na compreensão, visa a compreensão, encontra a compreensão. A compreensão é o

> laço mais estreito entre os homens e a base moral de todo ser moral (idem, p. 34).

A história consiste na compreensão do movimento desse mundo moral; sua necessidade surge porque fazemos parte dele e através do seu conhecimento ampliamos o nosso próprio; nosso conhecimento do presente se aprofunda com a compreensão do seu devir.

Em vista disso, Droysen rejeitou as concepções em voga nos estudos históricos de seu tempo, procurando mostrar que as fontes do historiador não são um meio de acesso objetivo ao passado, não são jazidas de fatos brutos, como supunha a consciência imediata dos historiadores filiados a escola de Ranke. As fontes históricas são manifestações do espírito, de modo que é impossível reconstruir os fatos como eles efetivamente foram. Na verdade, trata-se de:

> compreender as relíquias e tradições, os restos e monumentos do passado, de forma similar àquela como o ouvinte entende o falante, e tratar de conhecer investigando, nos materiais ainda existentes e que temos em mãos, o que desejavam expressar em tais impressões e manifestações de seu ser, o que movia se eu, os homens laboriosos e atuantes que os modelaram (idem, p. 35).

A atividade do historiador define-se, portanto, em termos de retomada e recriação do sentido moral investido nas ações e obras passadas pelas gerações posteriores. Há uma comunidade entre sujeito e objeto no mundo moral; a sua continuidade constitui a história, que representa assim “a autoconsciência da humanidade” (idem, p; 326). O conhecimento histórico funda-se num círculo de compreensão, a história é a categoria mediadora universal entre o historiador e seu tema particular de estudo.

> O singular se compreende na totalidade onde emerge, e a totalidade se compreende nessa singularidade, na qual se expressa (idem, p. 34).

A pesquisa histórica é determinada por uma pré-compreensão de seu assunto que provém da própria história. Essa pré-compreensão, que o autor confunde com a heurística, recebe o nome de pergunta histórica.

> Esta pergunta contém algo do que me é mais próprio; trata-se da minha concepção das circunstâncias [do tema], de minha representação das pessoas a que ele se refere, de minha compreensão dos processos em que eles se desenrolam, com a necessidade de interpretá-la, pois ainda é embrionária (idem, p. 46).

O historiador não pode senão compreender investigando a história, conforme os três componentes constitutivos de sua ciência: a metódica, a sistemática e a tópica da historiografia.

A *metódica*, como conjunto de regras que comandam o trabalho de pesquisa do historiador, compreende a heurística, a crítica e a hermenêutica de sua matéria-prima: as fontes. A heurística consiste na pergunta histórica e nas regras de descoberta dos documentos necessários para respondê-la. A crítica visa o exame do material localizado com vistas à determinação de sua adequação ou não aos objetivos de pesquisa, em termos de autenticidade das fontes, correção dos juízos que contém e sua ordenação cronológica. A hermenêutica consiste não apenas na correta compreensão do significado dos documentos examinados, mas também na adoção por parte do intérprete de pontos de vista capazes de orientar essa compreensão.

A reconstituição de processo histórico não se resume, portanto, no simples reflexo na mente do historiador dos fatos contidos nas fontes, baseado na leitura dos documentos, como entende o historicismo dominado por uma compreensão positivista. Ela resulta da aplicação de determinadas formas de interpretação ou perspectivas de investigação que regulam a compreensão, em termos pragmáticos, contextuais e classificadores, das forças morais representadas nas fontes (idem, p. 185)

A visão pragmática consiste em reconhecer os conteúdos e co-pertenças da documentação em sua ordem genética, reconstituir os

acontecimentos e sua seqüência, segundo suas razões, com base nas fontes (idem, p. 188). A visão contextual examina o material com vistas ao estabelecimento das condições em que foi elaborado, na medida em que "podemos demonstrar, a partir dele, as condições mediante as quais o fato foi determinado ou co-determinado". (idem, p. 197). Finalmente, a perspectiva classificatória consiste na compreensão da força moral ou movimento de idéias contido nas fontes, pois como afirma o autor:

> Não há nenhuma relação do ser e do fazer humano que não seja expressão e forma de aparecer de algo pensado, que lhe subjaz, no qual a verdade e o ser desses indivíduos se configura (idem, p. 217).

A *sistemática* compreende os conceitos que definem a matéria do conhecimento histórico, servindo basicamente para o historiador contextualizar a interpretação das fontes. O mundo histórico é um mundo ético, que não conhece a causalidade, somente a vontade do homem em contextos formados pela ação moral do próprio homem. Os conceitos do historiador servem justamente para determinar esses contextos e orientar a compreensão das ações durante o curso da pesquisa.

A *tópica* há historiografia consiste no conjunto das várias formas de exposição dos resultados da pesquisa histórica. A forma investigativa procede como se o que a pesquisa encontrou ainda tivesse de ser investigado, evidenciando ao leitor todos os passos do trabalho do historiador até chegar a sua conclusão. A narrativa apresenta-se de vários modos, cujo denominador comum é a exposição da matéria em termos genéticos. A forma didática procura relacionar as partes com o todo, considerar um fato passado em relação com o presente para tirar lições da história. A exposição polêmica, enfim, apresenta a matéria em função do problema para o qual pretende ser a resposta (idem, p. 341-390).

Para Droysen, o trabalho do historiador deriva primeiramente das concepções que ele tem relativamente a seu tema. A pesquisa sempre visa os acontecimentos conforme determinada perspectiva;

logo, “tudo depende da perspectiva que se escolhe, do ponto de vista do qual se deseja compreender e seguir o devir das coisas” (idem, p. 356). Em síntese, a história está baseada na compreensão, que vincula o historiador à sua matéria de estudo, forma um mundo próprio, de cunho moral. Certamente, o conhecimento histórico é fruto da aplicação de um método, a práxis vital imediata do individuo não é história, mas simplesmente moral. Ela adquire este caráter na medida em que é concebida em sua continuidade e colocada à nossa consideração do ponto de vista da história. Apenas desta perspectiva seu fazer é um momento no fluxo dos poderes morais. Entretanto, este aspecto metodológico da história não lhe retira o caráter de ciência condicionada em sua estrutura pela especificidade de seu objeto: o mundo histórico.

Wilhelm Dilthey procurou desenvolver os fundamentos da construção desse mundo nas ciências humanas em seus diversos escritos, para os quais precisamos chamar atenção, depois de mencionar a contribuição mediadora de Simmel. A Georg Simmel, com efeito, coube refutar a doutrina do realismo histórico (historicismo positivista, cf. adiante) e sublinhar os problemas da filosofia da história desde o ponto de vista da ciência do historiador.

Conforme ele observa, o realismo histórico sustenta que o historiador reproduz o passado como *ele realmente aconteceu* (Ranke). Trata-se de um equívoco, na medida em que seu trabalho de pesquisa depende de categorias apriorísticas que reduzem a realidade vivida dos sujeitos em estudo aos aspectos de motivação, tempo e espaço estipulados por essas categorias. “A história é uma *construção* feita com matéria dada, que deve sua forma exclusivamente às exigências do conhecimento” (SIMMEL, 1892, p. 190).

Em contrapartida, a filosofia da história procura estabelecer a relação entre os fatos singulares de cada época e o transcurso da vida humana em sua totalidade, mas de fato não pode dar esse conhecimento. Os fatos históricos são de natureza espiritual, as ações humanas documentadas pelo historiador são apenas a expressão do movimento das idéias. Em vista disso, as conexões ente os fatos não são conexões casuais objetivas, que poderiam ser estabelecidas

sistematicamente, mas conexões contingentes inteligíveis, dadas à compreensão do historiador (idem, p. 118).

Os princípios dessa compreensão formam-se por sua vez, no próprio processo histórico, sendo transmitidos ao historiador pela consciência histórica de seu tempo, na medida em que essa consciência constitui uma espécie de caixa de ressonância do significado que as idéias vêm sucessivamente recebendo no tempo (idem, p. 156-157). O historiador pode estruturar esses significados em conceitos, para selecionar certos núcleos de idéias em detrimento de outros e estabelecer suas relações de sucessão, mas isso não constitui uma filosofia da história.

Simmel nota, entretanto, que não há problema em chamar o conjunto desses conceitos de filosofia da história, desde que se entenda essa filosofia como um sistema de categorias dotado de historicidade que "mantém distância da idéia de causalidade científico-natural" (idem, p. 131). Em outras palavras, está esboçando uma composição idealista entre os métodos históricos e sistemáticos, que se encontra na base das pesquisas de Dilthey.

Dilthey explorou de fato esse enfoque, retomando em escala filosófica mais ampla os postulados historicistas elaborados por Droysen. O projeto do autor se situa no quadro de uma crítica da razão histórica. Para Dilthey, é preciso prosseguir o plano kantiano de fundamentação do saber, que havia se detido no plano da matemática e das ciências naturais, dentro do campo das ciências humanas, em particular a história. Em última instância, a problemática do autor constitui a construção do mundo histórico nas ciências do espírito, incluindo neste conjunto a própria historiografia.

O autor parte da distinção entre ciências humanas e ciências naturais, privilegiando a especificidade de seus conteúdos, e não de seus procedimentos. A história se enquadra nas ciências humanas ou ciências do espírito, que se contrapõem às ciências naturais em função da estrutura de seu campo de estudo; este condiciona, através das relações que mantém com o sujeito investigador, as características do seu método. De certo, o autor também faz essa demarcação em bases metodológicas, salientando que o gênero humano apresenta-se de

maneira física e psíquica indivisível na realidade empírica (DILTHEY, 1881, p. 27-39). A realidade contém sua conexão viva; as ciências do espírito limitam-se a abstrair o aspecto psíquico, conforme seu ponto de vista. Entretanto, seus escritos mostram que sempre julgou insuficientes estes termos, enfatizando a necessidade de caracterizar essas ciências em relação à “realidade humana”, estabelecer seu estatuto em função de sua matéria, que o autor acabaria caracterizando como mundo do espírito (idem, p. 54-56).

No período inicial de sua obra, ele tentou definir esse conteúdo em bases psicológicas. Conforme sua *Introdução às ciências do espírito*, publicado em 1881:

> Todos os produtos humanos surgem da vida mental e de suas relações com o mundo exterior. Uma vez que as ciências procuram regularidades em todas as partes, o estudo das obras do espírito deve também começar pelas regularidades da vida mental (idem, p. 282).

Os elementos básicos que a análise da realidade social-histórica encontra têm um caráter psíquico e portanto a psicologia constitui a primeira e mais elementar das ciências do espírito. As ciências do espírito, incluindo a história, fundamentam seu conhecimento na natureza comum da subjetividade humana, cujos princípios de funcionamento seriam estabelecidos pelo que o autor chama de psicologia descritiva.

Esta disciplina, que ele procurou elaborar em *Ideen Über Einen Beschreibend Psychologie* (1894), não se confunde com a psicologia *tout court*, na medida em que não tem a pretensão de explicar os fatos psíquicos, mas descobrir o conjunto de regras de observação e descrição destes fatos, pressuposto por todas as ciências do espírito.

Nestas disciplinas, o pesquisador procede de modo a reviver em seu pensamento as experiências vividas subjetivamente por outros seres humanos, através de uma compreensão psicológica individualizante de seus estados mentais. Portanto, sua metodologia se baseia no entendimento psicológico da vida humana, apreendida na

imediaticidade dessa própria vida, cujo mundo constitui sua matéria de estudo.

> A compreensão de qualquer parte da história exige a aplicação dos recursos combinados de várias ciências particulares do espírito, e em particular da antropologia. Quando Ranke disse certa vez que queria dissolver seu eu para ver as coisas como foram, expressa em forma bela e forte a atitude profunda do verdadeiro historiador diante da realidade. Porém, essa atitude deve equipar-se com o conhecimento científico das unidades psíquicas, de que se compõe essa realidade, e das formações permanentes que se desenvolvem em sua interação e são os suportes do progresso histórico (DILTHEY, 1881, p. 146-147).

Dilthey salienta ainda nessa etapa de sua empresa o papel da historicidade no dimensionamento das ciências humanas, na medida em que ela está presente tanto no conhecimento como no objeto do seu conhecimento. As ciências do espírito contêm componentes históricos, teóricos e éticos. A história subordina os dois últimos ao primeiro, não visa a generalização, mas a compreensão dos fatos humanos singulares, ainda que isso não signifique qualquer descaso para com o conhecimento teórico-sistemático fornecido pelas demais ciências do espírito, através das conexões dadas pela psicologia descritiva (idem, p. 142). A compreensão dos seres humanos se dá através de um conjunto adquirido de conhecimentos, valores e noções que, se permitem o conhecimento da história das épocas passadas da humanidade, nos fazem ao mesmo tempo herdeiros do passado coletivo das experiências de nossa comunidade.

Em vista dos problemas epistemológicos envolvidos nesta fundamentação psicológica das ciências humanas, notadamente a assimetria existente entre a compreensão psíquica dos sujeitos de um fenômeno e seu significado cultural, mas também com o descompasso entre o primeiro tipo de compreensão e a compreensão da totalidade ou sistema em que um fenômeno se insere, o autor procedeu a uma reformulação em sua empresa, no sentido de lhe dar um fundamento histórico-hermenêutico.

Dilthey ressente-se nessa época da influência dos escritos de Husserl, reconhecendo progressivamente no *Erlebnis* (vivido) uma categoria metodológica autônoma em relação à vida mental que, contendo nossas representações valorativas e ornamentos teleológicos, escapa ao campo da psicologia. O ponto de partida das ciências do espírito e a experiência vivida que o homem tem do seu mundo, apreendido através das suas manifestações objetiva; elas visam o sentido dessas manifestações, que se distingue de sua atualização psíquica na subjetividade dos seres humanos. O fundamento humano que constitui essas ciências não reside portanto na vida psíquica, mas na compreensão do sentido que se encontra nas obras e ações do homem.

Consideremos um exemplo do próprio autor, o estudo do direito. Para ele, não podemos reduzir essa pesquisa à análise dos atos psíquicos dos indivíduos que obedecem às suas regras.

> A compreensão histórica do direito de uma comunidade semelhante à nossa, em uma dada época, consiste no regresso de nosso aparato externo à sistemática espiritual dos imperativos jurídicos produzidos por uma vontade coletiva, que encontra sua existência exterior nesse aparelho (DILTHEY, 1911, p. 105).

Para Dilthey, a compreensão de um sistema jurídico não consiste no seu conhecimento psicológico, consiste em retroceder à sua formação espiritual, dotada de estrutura e legalidade própria, até se chegar a sua compreensão como totalidade. A compreensão não visa as conexões que pertencem aos personagens envolvidos no fenômeno, mas sim a conexão espiritual que se apresenta no mundo do sentido. A compreensão não afeta a subjetividade ou as representações dos sujeitos da ação social, mas o sentido que ela adquire no seu vivido na e pela compreensão. “As ciências do espírito fundamentam-se, portanto, nesta conexão de vida, expressão e compreensão.” (idem, p. 107)

A compreensão é uma dimensão do mundo da vida, atravessado por uma rede de sentido, cuja expressão se encontra nos resultados da

práxis humana. A vida assim entendida é o subestrato das ciências humanas; ela assegura a comunidade entre sujeito e objeto no seu quadro de pesquisa.

> A "comunidade" das unidades da vida representa o ponto de partida para todas as relações do particular e do geral nas ciências do espírito. Esta experiência fundamental da "comunidade" atravessa toda a captação do mundo espiritual e nela se entrelaçam a consciência unitária do eu e a da semelhança com os outros, a identidade da natureza humana e a individualidade. Ela constitui o suposto da compreensão (idem, p. 165).

A vida é a trama da relação entre as pessoas sob as condições do mundo exterior, captada na independência desta trama com relação às mudanças no tempo e no espaço. Essas mudanças, que afetam a relação do homem com seu meio ambiente e com os demais de sua espécie, não podem ser dissociadas da significação que recebem na série de vivências por parte de uma comunidade. Na verdade, elas servem para expressar o magma de significados que constitui a própria vida.

Em contrapartida, as conexões internas da vida, tomadas na perspectiva de sua expressão e sucessão, constituem a história. Conforme as palavras do autor:

> A história não é senão a vida captada do ponto de vista do todo da humanidade, que constitui uma conexão: a conexão histórico-universal (idem, p. 281).

Portanto, há uma circularidade entre a história e o *Lebenswelt* (mundo da vida). Por um lado, compreendemos a vida no curso da historia, através da aquisição cada vez maior de experiências que alargam sua compreensão; por outro, compreendendo o mundo da vida descobrimos as conexões totalizadoras da história. Logo, somos forçados a concluir que o conhecimento das ciências do espírito, mesmo que não se proponha a focalizar sua matéria nesta perspectiva,

tem natureza histórica; mas, ao mesmo tempo, que a história aplica, mesmo que não saiba, conclusões e noções elaboradas pelas ciências do espírito (idem, p. 165-166).

As verdades sobre o mundo histórico descansam na compreensão histórica da vida, mas esta exige a aplicação de princípios que precisam ter uma pretensão de verdade. Em conseqüência disso, a história, preocupada com o entendimento do singular, não é estranha às ciências sistemáticas do espírito; pelo contrário, mantém uma relação essencial para com elas, na medida em que fornece a matéria empírica para a elaboração teórica das mesmas em troca dos modelos de compreensão que permitem o estudo de seu campo de experiência.

> A historiografia se acha condicionada em cada passo pelo saber a respeito das condições sistemáticas entrevistas no percurso histórico [pelas ciências sistemáticas do espírito]. Por sua vez, o progresso das ciências sistemáticas do espírito depende da compreensão de novos fragmentos históricos (idem, p. 167-168).

Para entender as Cruzadas, por exemplo, precisamos de conhecimentos sistemáticos e gerais que permitam visualizar e compreender por dentro sua época. Assim, os enfoques histórico e sistemático não são excludentes, mas complementares, numa relação de reciprocidade. As generalizações compreensivas elaboradas pelo segundo servem à análise dos nexos particulares da vida por parte do primeiro, por sua vez o caminho mais fecundo para a descoberta das verdades gerais sobre a vida.

> A compreensão amplia constantemente o âmbito do saber histórico, através do aproveitamento mais intensivo das fontes, através da penetração no passado até então incompreendido, e finalmente pela marcha da própria história, que vai produzindo novos acontecimentos e assim alarga o objeto da própria compreensão. Nesta marcha da história, esse alargamento reclama novamente verdades gerais para penetrar neste mundo do singular. A ampliação do horizonte histórico faz possível,

> ao mesmo tempo, a formação de conceitos cada vez mais gerais e fecundos. Assim, verifica-se no trabalho científico das ciências do espírito, em cada época e ponto da mesma, uma circulação de vivências, compreensão e representação do mundo espiritual em conceitos gerais (idem, p. 169).

A pesquisa histórica efetiva-se no círculo da compreensão, também chamada círculo hermenêutico, que inclui em sua operação as concepções teóricas legadas pelo saber formado no passado. Em Dilthey, este círculo não tem, contudo, um estatuto apenas metodológico, como em Rickert. Ele está baseado numa filosofia da história. O autor tem o cuidado de distinguir a *compreensão*, dimensão da vida, da *hermenêutica*, método da compreensão, cujo principal elemento é a interpretação de textos. A hermenêutica é a base da reprodução objetiva das conexões efetivas da vida; ela consiste na apreensão metódica do sentido vivido em uma época do passado. A compreensão é a trama que articula a vida e constitui a história.

O historiador enquadra os fenômenos vitais num todo, no qual eles adquirem sentido, mas sua própria compreensão parte de um ponto de vista que remete o fragmento de vida que estuda à totalidade da história. Em outras palavras, o historiador pertence ao movimento da vida que pretende conhecer e situar no plano da ciência.

> A primeira condição para a possibilidade da ciência histórica reside no fato de que eu mesmo sou um ser histórico, e que o mesmo que investiga a história é o mesmo que a faz (idem, p. 305).

Para Dilthey, portanto, as condições possibilidade do saber histórico residem na própria história, no fato de que somos seres históricos, que estudamos nossos semelhantes com base no fundo comum do mundo da vida possível de conhecimento pelo método hermenêutico. Por isso, a história e as ciências do espírito através das quais ela constrói o mundo histórico estão orientadas pela autognose, a vida que se manifesta através delas busca a autocompreensão. A história é objeto de si própria, representa o processo de

autoconsciência do homem, pelo qual ele tem acesso progressivamente a sua verdade (idem, p. 318).

O historicismo pode ser resumido segundo o pensamento dos autores analisados acima. Porém, não se esgota nele na medida em que seus postulados sofreram uma série de revisões desde sua primeira formulação em meados do século passado. Por um lado, a reinterpretação desses postulados em termos cientificistas, ou seja, reduzidos ao plano metodológico, gerou dentro de sua própria dinâmica a corrente híbrida que chamamos de historicismo positivista. Por outro, seu comprometimento e adequação aos princípios da ciência positiva resultaram na reforma do paradigma, promovida por Max Weber. Finalmente, seu próprio desenvolvimento interno levou à dissolução do historicismo na hermenêutica.

1.2. O Paradigma Positivista

O positivismo, embora deva seu nome à filosofia de um autor, constitui um paradigma comum a várias tendências do pensamento epistemológico moderno, na medida em que procedem a uma compreensão metodológica (baseada no postulado da explicação causal nomológica dos fenômenos) do conhecimento. Nele, a reflexão sobre a história tende a se confundir com a metodologia de estudo do processo histórico, derivada de ciências fundamentadoras, cujo uso geralmente esconde a construção de uma filosofia da história.

Para essa corrente, a história só pode se tornar uma ciência a partir do momento em que aprender a considerar seus temas de estudo como fenômenos naturais, ainda que produzidos pela vontade humana. O s fatos históricos precisam ser tratados como coisas por um método positivo; o historiador não deve se limitar apenas ao estabelecimento dos fatos, mas avançar no sentido de determinar as leis capazes de darem sua explicação. A tese da unidade metodológica das ciências deve se traduzir na explicação nomológica dos fenômenos históricos. Em suma, a historiografia deve visar ao estabelecimento de leis gerais, que, no caso são as próprias leis da história.

O paradigma pode ser recapitulado tomando-se como ponto de partida o nome de Augusto Comte. O autor apenas resume as tendências positivas verificadas na compreensão do pensamento histórico da primeira metade do século passado, cuja primeira sistematização se encontra na *Introdução ao estudo da história* (1842) de J. B. Buchez. Para este último, a história é uma ciência que visa descobrir a ordem de sucessão dos fenômenos e determinar suas relações de dependência, de modo que, através dela, possamos conhecer o passado e prever o futuro (BUCHEZ, 1842). Essa linha de reflexão, bastante comum em vários autores da época, situa-se num plano epistemológico mais amplo com Comte.

O autor interessa-nos aqui menos como filósofo de história, responsável pelas leis dos três estágios e da concepção do progresso como lei fundamental do desenvolvimento social, várias vezes retomada por seus seguidores, do que como filósofo da ciência. Segundo sua doutrina, o conhecimento dos fenômenos sociais não se distingue do conhecimento dos fenômenos naturais, seus objetos não constituem domínios distintos. A ciência resume-se em estabelecer os fatos e descobrir as conexões causais entre eles, devendo se libertar das concepções teológicas e metafísicas que dominaram o conhecimento em épocas anteriores. Os fatos sociais são fatos de observação empírica, devem ser tratados da mesma maneira que tratamos os fatos naturais. Eles estão submetidos a leis necessárias que devem ser descobertas pelo ramo do saber a que o autor deu o nome de sociologia (COMTE, 1830, p. 93).

Comte caracteriza o procedimento típico do pensamento positivista sobre o saber histórico, vale dizer: a fundamentação do conhecimento histórico noutra disciplina, subordinando-o a um ramo da sociologia. Para ele, a sociologia compreende o estudo estático e o estudo dinâmico dos fatos sociais. O primeiro visa ao estabelecimento das suas leis de coexistência; o segundo, as leis que regem a sucessão entre um estado e outro da sociedade. A história coincide com esse último, corresponde à dinâmica social. O autor resume sua posição no *Opúsculo da filosofia positiva*:

> Não existe até agora verdadeira história, concebida com espírito científico, isto é, tendo por fim a pesquisa das leis que presidem o desenvolvimento social da espécie humana (1822, p. 166).

A filosófica positivista pretende estabelecer as bases para essa elevação da história à condição de ciência. O caminho é dotá-la de um método positivo. O primeiro passo, de certo, é elaborar procedimentos capazes de estabelecer precisamente, sem julgamentos de valor, os fatos. Porém, isso não basta, não é suficiente. É preciso vencer a repugnância em considerar os fenômenos históricos como submetidos a verdadeiras leis naturais e estabelecer as conexões necessárias existentes entre esses fatos (Comte, 1841, p. 54).

O curso da história está sujeito não menos que outros processos a leis naturais. O conhecimento que se ocupa dele está baseado, portanto, no seu estabelecimento, que constitui ainda seu legítimo fim. Os fatos históricos estão submetidos a essas leis e como tais comportam previsão racional. Os personagens históricos, mesmo nos acontecimentos onde parecem ter papel decisivo, são sempre funções de forças externas, regidas por leis naturais. Eles podem no máximo descobri-las para prever-lhes o efeito e, desde que respeitem a sua natureza, colocá-las à disposição de seus objetivos, a seu serviço. As leis históricas devem nos habilitar a predizer os acontecimentos futuros, tal como podemos captar o princípio de regularidade na formação dos termos de uma série infinita de números em álgebra, predizendo o resto dela com o número de termos que quisermos, para usar um exemplo de Mill. Assim:

> A história estabelecerá uma verdadeira filiação racional no curso dos acontecimentos sociais, de forma que permita, como sucede com todo tipo de fenômenos e dentro dos limites gerais impostos por uma complicação superior, uma cera previsão sistemática de sua sucessão ulterior (idem, p. 240).

Coube a Stuart Mill retificar a compreensão comteana da ciência histórica, chamando atenção par o fato de que as leis históricas

não passam de generalizações empíricas. Para Mill, a primeira tarefa do historiador é "dar uma imagem fiel e viva do tempo passado, revestida das suas circunstâncias e particularidades". Porém, a fase mais importante sucede quando "o conjunto dos acontecimentos que sobrevieram à raça humana, assim como aos estados por que esta passou, são considerados uma série de fenômenos produzidos por causas e suscetíveis de explicação" (MILL apud HADDOCK, 1985, p. 206).

A pesquisa dessa explicação, de caráter lógico, não constitui um ramo da sociologia. O método histórico visa traduzir as generalizações feitas pelo historiador, a partir da observação da sucessão dos fatos sociais, em leis científicas, que devem ser derivadas logicamente da ciência social. Par o autor, esta ciência não é a sociologia, mas a chamada *etologia*, ou estudo das leis que regem a formação do caráter ou natureza humana, entendida em moldes comportamentais.

> A história, quando examinada judiciosamente, fornece de fato apenas leis empíricas da sociedade. O problema da sociologia geral consiste em apurá-las a relacioná-las com as leis da natureza humana, mostrando por deduções, que tais eram precisamente as leis derivativas com as quais se devia contar como conseqüência daquelas outras fundamentais (Mill, 1843, p. 111).

As leis históricas, uma vez determinadas, devem poder ser deduzidas dos princípios da natureza humana, com relação às quais não passam de base factual. Como ele afirma:

> É necessário combinar o aspecto estático dos fenômenos sociais com o dinâmico, considerando não só as transformações progressivas dos diferentes elementos, mas também as suas condições contemporâneas; desse modo se obteria empiricamente a lei de correspondência não só entre os estudos simultâneos, mas também entre as transformações simultâneas desses elementos (idem, p. 114).

Dessa lei de correspondência, validada a priori pelas leis da natureza humana, deveriam ser derivadas as verdadeiras leis do desenvolvimento da humanidade.

Posteriormente, vários autores e correntes de pensamento seguram, em diferentes direções, esse diagnóstico elaborado por Mill, procurando dar cunho científico à história fundamentando-a em outra ciência. O marxismo soma-se a essa linhagem pela versão dada ao pensamento de Marx pela II Internacional. Para os autores ligados a ela, o movimento da história consiste num processo histórico-natural regido por leis econômicas de cunho necessário, de modo que seu conhecimento deve ser fundamentado na economia política. O socialismo é uma doutrina científica sobre a evolução da sociedade porque está baseada na descoberta da lei dialética de seu desenvolvimento, conforme uma sucessão de modos de produção.

De certo, o componente positivista do pensamento marxiano tem uma responsabilidade nessa sua interpretação, na medida em que essa reinterpretação resulta da ênfase unilateral daquele componente nos escritos de autores como Filipo Turati, J. Seligman, Franz Mehring, Georges Plekhanov, Karl Kautski e Max Adler. Todavia, esse pensamento guarda em sua originalidade uma complexidade epistemológica que lhe reserva um exame à parte no capítulo seguinte. A referência a essa versão do marxismo se resume aqui a ilustrar uma das formas mais destacadas e explicitas de fundamentação do conhecimento histórico na ciência econômica tentada dentro do paradigma positivista no século passado.

Em contraponto, Paul Lacombe merece menção nele pelo esforço de fundamentação da história como ciência na psicologia. Para ele, o saber histórico pode constituir-se como ciência através de um trabalho de autoconstrução teórica. Não há história sem erudição, mas sem método generalizante não há ciência histórica (1894, p. 9). A história examina fenômenos heterogêneos; alguns deles se prestam ao conhecimento científico, outros não. As ações humanas no curso do tempo, que formam a matéria-prima da história, podem ser consideradas quer pelos aspectos que as fazem semelhantes, quer pelos aspectos que as tornam singulares. O primeiro conjunto de

aspectos, que se presta ao estudo comparativo do comportamento, determina a formação das instituições; o segundo, que foge ao estudo sistemático, constitui a dimensão dos acontecimentos. O caráter científico da história reside na capacidade maior ou menor que manifesta na explicação dos acontecimentos mediante o recurso às instituições sociais.

> Portanto, a ciência histórica abarca: 1) as instituições, as quais constituem seu principal objeto; 2) os acontecimentos, na medida em que tenham originado a alguma nova instituição, na medida em que, sendo o efeito do homem temporal, revelam o poder das instituições reinantes. Repito que não há de terminantemente rebelde senão o fato considerado pelo lado que o faz único. Este é matéria de pura erudição (idem, p. 21).

O caráter científico da história completa-se com a investigação das causas que afetam o comportamento coletivo dos homens, salientando-se que em história as causas das ações humanas se encontram no comportamento coletivo do próprio homem (idem, p. 22). A sua explicação, a história retira da psicologia.

A psicologia fornece à história as explicações que ela necessita, do mesmo modo como essa lhe fornece os fatos que estude e permitem sua sistematização (idem, p. 33-48). As ações humanas são frutos das necessidades que surgem em aparelho psíquico, das quais as necessidades econômicas de sobrevivência, genéricas de interação e simpáticas de compreensão recíproca são as mais importantes. Essas necessidades geram comportamentos no meio natural e social (que lhe oferecem possibilidades e resistências), ocorrem sob certas circunstâncias, que são alvos do estudo da história. As ações históricas não são senão o resultado do comportamento humano, motivado em suas necessidades e razões por uma combinação de circunstâncias, numa dada época (idem, p. 53-63).

A consideração da metodologia elaborada pelo autor no restante de sua obra foge da alçada deste trabalho. Para concluir a apresentação de suas teses, basta-nos assinalar que, para ele, as transformações históricas no plano das instituições obedecem a um princípio

nomológico. Lacombe sofre a influência de Comte. A mudança das necessidades psíquicas do homem pode ser deduzida da lei do progresso (idem, p. 224-228). A lei do progresso se manifesta sob condições históricas que é preciso pesquisar, mas em última instância o seu estudo deve permitir, como nas demais ciências, a previsão dos acontecimentos futuros.

> Se conhecemos bem o presente e se o interpretamos com um método seguro, poderemos induzir certos acontecimentos que de forma muito geral e abstrata podem ocorrer (...), fornecendo-nos indicações preciosas para nossa conduta no futuro (idem, p. 304).

Em contrapartida, Dimitri Xenopol é responsável pela elaboração de uma epistemologia da história de cunho positivista bastante matizado, cujos princípios ele toma da doutrina evolucionista em voga na biologia. Para ele, a história é categoricamente uma ciência, tem método próprio e está baseada na experiência (XENOPOL, 1908, cap. 3). A realidade divide-se em material e espiritual, conforme nossa orientação. Podemos estudá-la sob a forma de fenômenos repetitivos ou sucessivos na ordem do tempo. As ciências que procuram as leis de repetição dos primeiros são as ciências naturais, as ciências que pesquisam os fatos individuais enquadrando-os em séries genéticas causais são as ciências históricas. A história distingue-se entre essas por tratar os fenômenos sociais como fatos espirituais (idem, p. 152).

Para o autor, as ciências naturais encadeiam os fenômenos singulares de mesmo tipo num só princípio; as ciências históricas encadeiam os fenômenos singulares de tipos diversos numa série causal, na qual reside a cientificidade da história.

> Enquanto os fatos sucessivos se expõem simplesmente como continuação de outros, como fazem muitos historiadores ainda hoje, sem preocupar-se com o laço causal que os une nas séries de sucessão, poderemos ter materiais, mas não ciência histórica (idem, p. 152).

Em termos gerais, a história obedece os seguintes passos:

> 1. Procede à reprodução dos fatos com o máximo de exatidão possível, dando-nos acesso à sua verdade pelo uso do método crítico.
> 2. Procede à explicação desses fatos, expondo suas conexões de causa e efeito.
> 3. Procede ao estabelecimento das séries existente nessas conexões para precisar, por intermédio delas, as linhas gerais da evolução humana (idem, p. 498).

Para Xenopol, o fundamento do conhecimento histórico e científico reside no postulado da evolução, que se aplica à natureza como um todo, sem exceção, portanto, do homem. Para ele,

> A história da humanidade não é mais que o último anel da larga cadeia de fenômenos sucessivos, que começa com as transformações da nebulosa que constituía no princípio a massa informe do Universo (idem, p. 235) .

Esse processo manifesta-se na espécie humana, cujo ser tem um caráter psicofísico, no plano do espírito. O espírito não constitui uma entidade metafísica, coincide com a vida mental e psicológica, mas não tem caráter exclusivamente subjetivo, é coletivo e social. A evolução da humanidade realiza-se no terreno das idéias gerais objetivas, que dão origem aos fenômenos sociais (idem, p. 253).

Os princípios ou leis da evolução podem ser tematizados sem relação com os fatos particulares, com o objetivo de esclarecer os procedimentos que a sucessão põe em jogo para produzir o desenvolvimento em geral – mas, assim, em nada nos adiantam nada para entender a história. Isoladamente, eles não servem para explicar os fatos históricos, pois as condições em que esses princípios e leis se realizam não têm caráter permanente ou universal. Os estudos históricos visam a ação desses princípios em condições distintas, cujo efeito é a sucessão de diferentes acontecimentos nos diversos processos históricos, a formação das diversas séries históricas que

estabelecem as conexões causais entre esses acontecimentos (idem, p. 350). “As leis abstratas da evolução, que se realizam em condições constantemente variáveis, dão origem às séries históricas” (idem, p. 350).

O conceito de série histórica é chave na teoria do autor. Os fatos históricos são resultado da ação das forças evolutivas sobre determinadas condições, cujo encadeamento causal forma essas séries. Os fatos históricos:

> São produtos das forças evolutivas, exercitadas em certas condições, das quais as mais importantes são precisamente as formas gerais do espírito humano e as condições dos fatores constantes. (...) A ação dessas mesmas forças, através das circunstâncias em que atuam, produzem a ordenação em séries dos fatos da história (idem, p. 442).

A explicação causal por meio da ação dos princípios da evolução sobre os fatores constantes do meio, da raça e da cultura, conjugada com a aplicação das leis psicológicas ao comportamento humano em seu interior, constitui um pressuposto subentendido do trabalho do historiador (idem, p. 456). Como o próprio autor nos diz, “a sucessão dos fatos esta sempre determinada pela causalidade, mesmo quando as causas atuam por meio do acaso” (idem, p. 461). A sucessão dos fenômenos que compõem uma série é sempre o resultado da ação dessas forças sob condições variáveis de cultura, raça e meio natural, mas por isso não há necessidade na sucessão dos acontecimentos históricos (idem, p. 541).

Posteriormente, o paradigma positivista ainda sofreria nova reformulação, com a busca de fundamento da história na sociologia. François Simiand começou essa pesquisa em 1903. Em *Methode Historique et Science Sociale*, o autor nota que a história da sociedade, a historiografia, entendida como ciência social, não pode se basear na compreensão das intenções subjetivas das personagens envolvidas num acontecimento, mas sim nos fatos e relações sociais que escapam dela e podem ser apreendidos de forma sistemática. Os documentos não devem ser tratados como testemunhos subjetivos dos fatos, mas

marcas e traços de formas sociais que transcendem a compreensão dos sujeitos históricos.

A história confunde as relações de sucessão cronológica no tempo com relações de causalidade. Na verdade, todas as causas devem ser deduzidas de leis e para dispor dessas últimas precisamos da teoria. Para estabelecermos as causas de um fato, precisamos de conceitos capazes de especificarem as regularidades empíricas existentes na realidade. Para sabermos as causas de uma guerra, precisamos conhecer as generalizações teóricas que explicam as guerras em geral. Este tipo de conhecimento promana da sociologia.

Entretanto o principal nome dessa empresa, bastante em voga no início do século, foi Henri Berr, fundador da *Revue de Sinthése Historique*. Para o autor, os estudos históricos não haviam ultrapassado ainda a fase de erudição e crítica, necessitando de uma reformulação capaz de lhe dar o estatuto de conhecimento científico, que ele buscou na sociologia durkheiminiana (BERR, 1911, p 10).

O predomínio do que chamava história historicizante era responsável pela redução desse saber ao campo do contingente e do individual, baseada numa epistemologia subjetivista, na qual a principal categoria era a categoria de intuição. Em contraposição a essa perspectiva, o autor propõe-se a elaborar os princípios de sistematização do conhecimento histórico, destacando que o componente sociológico é a chave do problema da explicação em história. O método crítico de exame das fontes e estabelecimento dos fatos precisa ser subsumido a uma síntese capaz de dar conta causalmente dos fenômenos históricos. Em resumo, só assim é possível reconhecer na história o estatuto pleno de ciência. (idem, p. 251).

De acordo com esse plano, Berr promove uma reinterpretação metodológica da filosofia da história tradicional. O autor utiliza-se das teses convencionalistas de filósofos da ciência como Duhem, Poincaré e outros, traduzindo suas generalizações ontológicas em hipóteses empíricas de cunho sociológico sobre o curso do processo histórico. O resultado é a elaboração de um programa de pesquisa teórico na

abordagem e empírico na aplicação, um programa de síntese em que se combinam ciência e erudição, para o qual a principal questão é:

> encontrar o viés pelo qual as generalizações hipotéticas poderão ser criadas, confirmadas, coordenadas; e as leis secundárias consolidadas, agrupadas e relacionadas com os princípios de explicação mais gerais (idem, p. 40).

Para Berr, a história lida com diferentes tipos de causalidade. A primeira pertence ao domínio dos fatos contingentes, geralmente individuais, resultantes de condições particulares, que se traduzem em razões psicológicas. O seguinte importa relações necessárias entre os fatos e tem caráter sociológico; trata dos sistemas sociais, que têm uma realidade e eficácia superiores aos elementos particulares que os compõem. Há necessidades próprias, leis sociais, na história eu limitam o jogo da contingência, pois afetam as formas e funções sociais, exigindo uma reconstrução conceitual (idem, p. 136). Esses sistemas, de cunho econômico, político, jurídico e moral, bem como as instituições que se constituem neles, limitam o jogo da contingência ao passarem pelo indivíduo. O indivíduo é um ser social; a sociedade de alguma forma não lhe é exterior, passa por ele (idem, p. 168). Por fim, há uma lógica da história. Os sistemas sociais tendem a dar lugar a um pensamento refletido sobre si mesmos, têm uma lógica imanente, de cunho psicossocial, que promove o conhecimento da própria sociedade e seu desenvolvimento (idem, p. 212-213).

A sociabilidade cria a sociedade, constitui uma consciência coletiva que nasce e se desenvolve, constitui a história da humanidade, mas não é um elemento a *priori* dentro dela, tem um caráter experimental, que não pode ser esquematizado por uma filosofia. Trata-se apenas da hipótese coordenadora da teoria da síntese, que pode ser resumida como se segue:

> Eis o caráter próprio da ciência em história: comportar, para a explicação integral, a pesquisa de causalidades diversas e da relação que essas causalidades mantém entre si. Do discernimento destas causalidades diversas resulta a articulação

> natural e orgânica da síntese histórica. O problema capital da síntese histórica consiste na relação destas causalidades. Fatos contingentes, leis e razões; relações da contingência, da necessidade e da lógica: essas poucas palavras resumem a história a seus elementos simples, iluminam o trabalho do historiador que quer fazer obra de ciência (idem, p. 53).

A síntese histórica contém nesse sentido um caráter pragmático, visa instrumentalizar o homem em sua ação no universo, abrindo espaço para o conhecimento de suas possibilidades de ação e das resistências que limitam sua capacidade de transformação do mundo (idem, p. 223).

Depois de Berr, o positivismo ainda chegou a patrocinar teoricamente várias empresas, merecendo menção a proposta de fundamentação da história feita por Teggart, em *Theory of History* (1915). Contudo, nas primeiras décadas de nosso século, o paradigma positivista começou a assistir um processo de transformação, marcado pela autocrítica e renovação de seus princípios. O resultado foi a revelação dos compromissos existentes entre seu projeto de fundamentação da historiografia em um método nomológico, supostamente capaz de descobrir as leis do processo de desenvolvimento histórico, e o projeto de saber absoluto da filosofia da história.

A redução da epistemologia à metodologia havia provocado uma passagem da reflexão sobre o saber histórico à teoria do processo histórico, aberto caminho para a elaboração de uma resposta naturalista à questão do sentido da história colocado pela filosofia tradicional. As leis necessárias do processo histórico revelavam-se tradução nomológica e objetivista de determinadas perspectivas de consideração da história, como o progresso em Comte e o comunismo em Marx. A preocupação em fundamentar cientificamente a história, adequando-a ao método nomológico, resultara no eclipse filosófico da atividade do historiador.

Em conseqüência disso, verificou-se no positivismo um movimento complexo pelo qual, por um lado, ele abandonou as questões de métodos à prática d historiador; e, por outro, reservou para

si a análise teoricamente orientada dessa última. Assim, a corrente acabou adotando uma postura neutra no tocante à pesquisa ou postulado das leis especificamente históricas, que não desfigurou porém os fundamentos de sua concepção da historiografia. Na verdade promoveu sua reforma nos quadros de uma teoria analítica da ciência.

1.3 O Historicismo Positivista

A epistemologia da história apresenta correntes de difícil classificação, seja pela ênfase em determinadas questões, seja pelo cruzamento de referência do qual se nutrem. O termo historicismo positivista denomina aqui a reflexão epistemológica configurada no final do século passado pela combinação dos princípios historicistas do caráter individualizante do método histórico com as exigências de objetividade do positivismo, cujos principais exemplos são os manuais de Bernheim e Langlois & Seignobos.

Os escritos classificados nesta tendência têm sido chamados pura e simplesmente de positivistas pelo pensamento histórico contemporâneo, mas essa caracterização aparentemente é equívoca, pois sua fonte não se encontra nas teses comteanas ou de seus seguidores, mas sim na escola histórica alemã (Cf. PARKER, 1983, p. 145; BOURDÉ & MARTIM, 1983, p. 165).

Na verdade, a tendência em questão resulta da compreensão positivista d paradigma historicista. Como sugere Habermas, o historicismo se tornou, de pronto, o positivismo da ciência histórica. A compreensão do sentido vivido pelos protagonistas da ação social, postulada pela sua metodologia, se submeteu teórica e praticamente a uma epistemologia objetivista, o que acabou possibilitando o tratamento desse plano subjetivo da realidade histórica como coisa bruta, matéria para a determinação dos chamados fatos históricos (Cf. HABERMAS, 1975, p. 292).

A propagação do cientificismo fez-se sentir não apenas no saber histórico, mas também no seu pensamento reflexivo, colocando aos historiadores e seu ofício a questão de sua cientificidade. A corrente

em foco precisa ser compreendida neste contexto, na medida em que coexistem nela elementos contraditórios, como o postulado do caráter científico da história, marcado por uma recusa em conceder um papel ao pensamento filosófico no seu interior, e ao mesmo tempo o postulado da sua originalidade no conjunto do conhecimento, marcado pela rejeição do tratamento naturalístico dos fenômenos sociais. O historiador compreende objetivamente os documentos para estabelecer os fatos e determinar suas causas particulares numa linha de sucessão. O resultado é a manutenção dos princípios historicistas dentro de uma compreensão positivista de ciência, responsável pela redução de reflexão sobre o saber histórico ao seu aspecto metodológico.

Conforme Gabriel Monod, expoente dessa concepção:

> Nós temos compreendido o perigo das generalizações prematuras, dos grandes sistemas a priori, que reclamam a compreensão e a explicação da totalidade da história. Nós temos entendido que a história deve ser objeto de um processo lento e metódico de pesquisa, na qual nos movemos do particular para o geral, dos detalhes para o todo; onde todos os pontos obscuros são sucessivamente iluminados para formar o retrato do todo e fundamentar as idéias gerais, suscetíveis de prova e comprovação com base em grupos de fatos estabelecidos (MONOD, 1876, p. 323).

Ranke assinala sem dúvida o ponto de partida desta tendência, embora suas reflexões tenham um caráter mais geral que o situam como historiador no paradigma historicista. A fórmula “tratar os fatos como eles efetivamente ocorreram”, com que ele abre não apenas sua primeira grande obra, mas a própria historiografia moderna, está na base de seu programa.

Em primeiro lugar, a proposta põe em questão a filosofia da história e os compromissos partidários e morais no estudo da história, tirando do historiador a missão de julgar o passado ou fornecer exemplos aos seus contemporâneos; ela reserva-lhe exclusivamente o papel de elaborar o conhecimento dos fenômenos históricos, cujos princípios positivos, baseados na crítica dos documentos, foram

estabelecidos por Ranke em *Zur Kritik der Neuerer Geschichtschreiber* (1824).

Logo, ela se baseia no suposto de que não há nenhuma relação entre o historiador e seu objeto, pode-se pô-lo à distância, tratá-la como coisa, de modo objetivo e imparcial, aplicando esse método crítico. A problemática resume-se em estabelecer os fatos em cima das fontes; o ofício do historiador consiste no seu manuseio e estudo.

Finalmente, a proposta supõe que o processo histórico tem uma estrutura dada objetivamente, acessível ao conhecimento sem mediação, que o historiador se limita a descrever de forma objetiva com base em suas fontes. A reflexão teórica e o conhecimento generalizante servem apenas para estimular o gênio maligno da especulação e introduzir elementos subjetivos numa atividade que deve se restringir à reconstituição dos fatos.

Para o historicismo positivista, a história constitui uma ciência que expõe os fatos humanos em suas relações de sucessão. Longlois & Seignobos lembram que não há fatos históricos da mesma forma como existem fatos químicos; os fatos históricos só existem por posição, pelo modo como são conhecidos, através do método histórico (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1898, p. 44).

O método histórico tem características próprias, baseadas na individualização dos fenômenos. “A história não é uma ciência sistemática” (MEYER, 1902, p. 3); o seu campo de estudos é dado pelos acontecimentos históricos, que são os acontecimentos passados em sua individualidade, porque não há leis na história. A ciência histórica rejeita os princípios lógico-generalizantes, porque a vontade dos homens e até mesmo o livre-arbítrio são elementos essenciais ao seu modo de conhecimento. Porém, o enfoque desenvolvido por ela é de tipo causal. Trata-se de analisar os fatos do ponto de vista de seus efeitos na linha de sucessão, no fluxo do tempo. Os fatos chamados históricos são fatos que produzem conseqüências nessa séria, condicionam a marcha dos acontecimentos subsequentes, (MEYER, 1902, p. 34).

A classificação dos acontecimentos históricos remete para seu gênero e caráter. Assim, por um lado, eles podem ser singulares,

quando não se repetem, ou típicos, quando se repetem de modo regular durante certo período; por outro lado, podem ser coletivos, quando envolvem a ação coordenada de vários indivíduos, ou individuais, quando dependem da ação de apenas um personagem (BERNHEIM, 1905).

As relações entre os fatos são concebidas como sendo essencialmente psíquicas. Os autores ligados à tendência não negam a materialidade das ações humanas e a influência que recebem de seu contexto vital, chegam mesmo a tratá-las como coisas, mas sustentam que suas conexões são internas ao homem. As ações humanas não têm propriamente causas, mas razões e motivos que têm um certo encadeamento entre si, precisam ser explicadas como fatos psíquicos, que constituem reações do pensamento e da vontade aos estímulos exteriores (BERNHEIM, 1905).

O historicismo positivista flerta constantemente com a psicologia, mas não chega a proceder a fundamentação do conhecimento histórico sobre essa base, devido ao recurso à concepção metodológica de ciência. Para ele,a cientificidade da história reside na sua metódica. O ponto básico é a compreensão objetiva dos fatos e o estabelecimento de suas conexões, cujo pressuposto não é tanto o compromisso ético do historiador em não tomar partido ou emitir juízos de valor sobre sua matéria de estudo, mas sim o emprego correto do método. A história baseia-se em conjuntos de fatos isolados, cada qual se pode comprovar sem referência aos demais, como se fossem coisas. O saber histórico resume-se, portanto, no método crítico, capaz de assegurar a objetividade dos fatos, cuja continuidade fornece a matéria da história (BURY, 1902).

A ciência história não se edifica em cima da própria história, mas do chamado método crítico, cujo cânone foi estabelecido por Ranke. A cientificidade do ofício do historiador baseia-se nos procedimentos de que dispõe para tratar suas fontes; ou seja, determinar sua autenticidade, credibilidade e conteúdo. As ciências auxiliares garantem a cientificidade dos resultados dessa aplicação. Os fatos estabelecidos desse modo constituem a matéria-prima da

historiografia. A divisa comum do historicismo positivista está condensada na frase “a história se faz com documentos” (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1898).

O método compreende várias etapas. A heurística constitui a primeira delas. Trata-se do trabalho de pesquisa, descoberta e reunião das fontes, envolvendo a consulta e elaboração de inventários e repertórios. Nesse sentido, ela compreende o trabalho de classificação dessas fontes, segundo critérios diversos, que se aplicam a sua materialidade, conteúdo, etc.

O passo seguinte consiste na crítica externa e interna das fontes. A crítica externa visa o exame de seu aspecto material, com o objetivo de estabelecer sua credibilidade, compreendendo a determinação de sua procedência, autenticidade e originalidade. A crítica da procedência procura determinar a época, data, autor e função da fonte; a crítica de autenticidade testa as reivindicações do documento, buscando possíveis adulterações, emendas ou falsificações do mesmo; o processo de restituição consiste no estabelecimento da versão final da fonte ou documento. A crítica externa constitui o campo privilegiado das chamadas ciências auxiliar da história.

A segunda crítica visa a compreensão do conteúdo veiculado pelas fontes, envolvendo o exame da veracidade e exatidão dos dados transmitidos por elas, através de diversas técnicas hermenêuticas. A análise da veracidade pesa os argumentos que as fontes possuem para poderem sustentar determinadas afirmações, as razões que as fontes fornecem para aceitarmos seus registros. A análise da exatidão recorre a procedimentos de comparação e medição das fontes para avaliar o grau com que podemos usar suas informações. A crítica interna corresponde à etapa de estabelecimento dos fatos.

A síntese é o último procedimento metodológico; visa o estabelecimento das relações existentes entre os fatos dentro do seu processo histórico. Conforme salienta Bauer, “a mais alta finalidade que o historiador tem de ter sempre em vista é a síntese de suas diversas tarefas em uma construção histórica” (BAUER, 1921, p. 495).

Em primeiro lugar, convém fixar a linha de sucessão dos fatos, conforme classe, tempo e espaço, “pois as relações causais entre os dados históricos se acham condicionados pela sucessão no tempo, pela simultaneidade do espaço e pelo objeto de desenvolvimento histórico” (BERNHEIM, 1905, p. 168). Ao mesmo tempo, trata-se de proceder a sua classificação em categorias genéricas (economia, instituições, atividades, etc.) para seu melhor manuseio pelo intelecto (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1898).

Em seguida, deve-se proceder a compatibilização dos fatos, preenchendo-se as lacunas e inconsistências entre eles não só com a imaginação, mas também com o raciocínio autorizado pelos documentos. Em terceiro lugar, é preciso estabelecer o contexto geográfico, social e cultural em que os fatos se deram, pois as coes humanas sofrem a influência simultânea de todos os fatos que compõem a sociedade (BAUER, 1921, p. 17-100). Finalmente, o historiador deve definir as conexões entre os acontecimentos, explicando as causas e etapas de sua sucessão numa exposição (BURY, 1902).

O contraponto desta concepção positivista do método como meio de estabelecer os fatos é a concepção historicista da matéria de estudo do historiador. A autocompreensão positivista do historicismo recusa a filosofia da história, mas não está imune a uma concepção sobre a natureza do processo histórico. Para essa tendência, o historiador deve precaver-se dos esquemas apriorísticos e generalizantes, pois cada época tem suas circunstâncias próprias. Os conceitos que valem para explicar certa época não valem necessariamente para outra. O movimento histórico não se encontra subordinado a leis universais inexoráveis, mas também não está sujeito ao puro acaso, consiste apenas no desenvolvimento da vida humana no fluxo do tempo (BERNHEIM, 1905, p. 55-56).

A história não se sujeita a um sentido, cada época é herdeira da anterior, tem ações, preocupações e realização próprias. A renovação das gerações aparenta ser assim a causa mais ativa da evolução, cada época mantém sua especificidade e valores, não podendo ser comparada mecanicamente com qualquer outra, de modo que as idéias

de progresso e decadência lhe são alheias. O historiador precisa restringir-se a captar sua singularidade, esclarecer suas características e mostrar sua mudança no curso do tempo, pois as experiências de vida se encontram em perpétua renovação, não só em relação à natureza, mas também em relação ao conjunto da cultura.

Convém notar que o historicismo positivista apresenta matizes diversos, às vezes difíceis de se apreender, pautados pela inclinação maior ou menor para com cada um de seus componentes.O *Lehrbuch der historichen Methode* (1905), de Bernheim, orienta-se pela reflexão historicista. Para seu autor, as ciências naturais e as ciências históricas têm com objeto de estudo os mesmos fenômenos, mas distinguem-se pela forma como o fazem. Em ambos os casos, o mundo é entendido como matéria dotada de unidade e o homem como natureza psicofísica. As ciências naturais expõem as relações sistemáticas entre os fatos, mediante o estabelecimento de leis universais; a história expõe os fatos singulares em sua sucessão no tempo e no espaço, considerando suas relações de causalidade (BERNHEIM, 1905, p. 47-50).

Bernheim considera ingênua a crença de que a história é mera cópia da realidade histórica. O historiador sempre recorre à seleção: 1º do tema; 2º das causas e efeitos dos acontecimentos; 3º do material significativo para sua pesquisa. Para a história se trata sempre de selecionar os acontecimentos na perspectiva de seus efeitos sobre as épocas seguintes ou da consideração de suas propriedades típicas num determinado período. De qualquer forma, ela se ocupa basicamente do particular.

> Em vez da repetição regular, o conhecimento histórico considera, em primeiro lugar, o individual e o singular; frente aos fenômenos análogos, o que faz é individualizar em um determinado ponto o que corresponde a cada suceder, dirigindo o questionamento do problema que interessa ao historiador sobretudo ao especial, e não, como nas ciências naturais, ao geral (idem, p. 40).

Em termos metodológicos, o historiador procede à reconstrução do passado estabelecendo os fatos e descrevendo suas relações, através de uma compreensão objetiva dos documentos. Isto é, "juízos de referência baseados na percepção imediata ou mediata dos fatos, pelos quais reconhece o encadeamento dos mesmos". Afinal, são os juízos que se "apóiam em procedimentos práticos de indução e dedução que caracterizam as pesquisas históricas" (idem, p. 123).

Em contrapartida, a *Introdução aos estudos históricos* (1898), de Langlois & Seignobos, representa o acento positivista da tendência que vimos considerando. Os autores têm o mérito de evidenciar seus postulados. Em primeiro lugar, o postulado de uma sólida base empírica.

> A história, para construir-se como ciência, deve elaborar fatos brutos. Deve condensá-los sob forma manuseável, em fórmulas descritivas, qualitativas e quantitativas. Deve buscar entre os fatos os liames que formam a conclusão última de qualquer ciência (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 1898, p. 185).

A história tem sempre um conteúdo objetivo, mas isso não significa que não possa se tornar uma ciência. Os fatos são retirados das fontes, estabelecidos pela crítica e classificados pelo historiador – conforme a observação dos autores (idem, p. 149). Portanto, a história procede por processos abstratos e operações intelectuais, mas de forma metódica: trata-se do segundo postulado.

A combinação dos dois fornece a base do conhecimento histórico. A realidade histórica constitui uma sucessão dada de acontecimentos que envolvem o homem, cuja reconstituição resume a tarefa do historiador (idem, p. 172). Os autores não negam que a história proceda por meio de perguntas, como as demais ciências, mas salientam que elas surgem depois do estabelecimento dos fatos (idem, p. 151). A história é uma ciência de raciocínio, mas também uma ciência empírica. O historiador precisa se limitar a seguir a "a ordem empírica" e desistir de pesquisar os "elementos constitutivos dos fenômenos", deve examinar os fatos "na ordem em que eles se

apresentam à imaginação, começando pelos mais aparentes" (SEIGNOBOS, 1901).

Bauer merece menção por ter apresentado uma visão de síntese esclarecida da reflexão metodológica do historicismo desenvolvida pela tendência em questão no tratado *Einführung in das Studium der Geschichte* (1921). Para o autor, o componente-chave do método do historiador é a compreensão; ele não pode fazer um conhecimento direto de seu objeto e por isso recorre à compreensão de suas fontes, "que consiste em tornar a viver as diferentes manifestações e efeitos das existências desaparecidas, em viver por si mesmo os acontecimentos internos na alma dos demais, ou transladar-se dentro do que já chegou a lhe ser estranho" (BAUER, 1921, p. 113).

Todavia, a base de suas afirmações é o exame da documentação e o conseqüente estabelecimento dos fatos, desprovido de qualquer preconceito teórico ou concepção generalizante, própria das ciências naturais. No dizer do autor, "só é verdadeiramente historiador o que parte dos fatos e não de uma teoria preconcebida, na qual faz entrar os fatos à força" (idem, p. 191). Em suma, a reflexão teórica só pode ter um papel positivo na historiografia depois do trabalho de pesquisa e compreensão correta dos fatos.

A autocompreensão metodológica dos historicismo, embora cada vez mais abalada a partir dos primeiros decênios do século, continuou sendo até alguns anos atrás uma tendência presente na epistemologia da história. Podem ser incluídos nela, apenas para citar alguns exemplos, os trabalhos de Halphen (1948), Hockett (1955) e Salmon (1972). Porém, o principal curso histórico que desenvolveu tomou o sentido da progressiva diluição, que não pode ser dissociado das transformações verificadas na historiografia ao longo de nosso século. Em resumo, seu destino acabou se vinculando, como se pode avaliar, aliás, nos epígonos da doutrina, à reforma do historicismo, proposto por Max Weber.

2. Os projetos de superação

Marx e Weber merecem atenção especial neste estudo por terem elaborado modelos epistemológicos que representam, cada qual a sua maneira, uma proposta de solução das antinomias entre os paradigmas historicistas e positivista. De certa maneira, pode-se dizer deles que consistem em duas formas alternativas de composição de seus postulados, caracterizadas pela tentativa de superar a oposição entre teoria e história, para dar à história cunho teórico; e, entre ciência e história, para fundamentar uma ciência da história.

O pensamento marciano sobre a história apresenta-se extremamente complexo devido aos vários aspectos que contém e às diversas fases de sua elaboração. Marx não formulou explicitamente uma epistemologia da história, que deve ser reconstruída nas suas proposições gerais através do exame de seus escritos científicos e filosóficos, com relação aos quais pode-se identificar no mínimo duas fases, além da fase de juventude.

Em contrapartida, Weber revela-se autor de uma reinterpretação renovadora do paradigma historicista. O modelo de ciência construído por ele caracteriza-se por uma autocompreensão metodológica do conhecimento, que se distingue daquele elaborado pelo historicismo positivista pela valorização do componente teórico e o postulado da aplicação da explicação em história.

Trata-se em ambos os casos da constituição de paradigmas de compromisso com os modelos de ciência propostos pelo historicismo e o positivismo, que procuram combinar seus componentes, em medidas variáveis conforme o caso e o aspecto enfatizado, em sínteses capazes de se apresentarem como novas matrizes epistemológicas para a autocompreensão das ciências históricas.

O presentismo, que constitui um paradigma epistemológico derivado do historicismo, caracterizado pela sustentação da tese idealista da identidade entre sujeito e objeto da história no pensamento do historiador, fornece um contraponto a essas empresas. Para seus promotores, ciência e história apresentam estruturas radicalmente

distintas e incompatíveis, em termos gnosiológicos, são incomensuráveis e não têm qualquer possibilidade de compromisso. O enfoque é tratado em apêndice no final deste capítulo.

2.1. A Matriz Marxista

O marxismo constitui uma corrente de pensamento complexo em vários sentidos, devido à multiplicidade de suas formulações e o destino histórico de suas proposições originais, cujo entendimento não pode ser desvinculado de sua própria reinterpretação. O caso ainda é mais grave quando se trata da sua posição com relação à questão da história, na medida em que constitui um componente problemático no próprio pensamento de Marx. Como demonstram comentadores menos comprometidos, as concepções do autor contêm, conforme a etapa de sua elaboração, formulações derivadas tanto do paradigma historicista quanto do paradigma positivista (FLEISCHER, 1968; ADANSON, 1981).

As duas reivindicam para si o conceito de dialética e tiveram diversos destinos históricos, acabando por se equacionar ao longo de nosso século numa espécie de síntese, de certo desigual, que caracterizamos com o nome de materialismo dialético. Considerando esses problemas, julgamos melhor examinar separadamente o pensamento de Marx para precisar as fórmulas de sua dialética, optando por tratar sua consolidação doutrinal num capítulo posterior.

Para compreendermos o pensamento de Marx sobre a questão devemos levar em conta suas diferentes fases. A primeira etapa se coloca ao abrigo do texto *A ideologia alemã* (1845). Nele, Marx, juntamente com Engels, rompe com seu passado filosófico, dominado pelas idéias de Hegel e Feuerbach. A filosofia antropológica da história de seus escritos de juventude é abandonada. Doravante, trata-se para os autores de pensar a história em termos de ciência positiva, como evidencia sua conhecida proclamação: “Conhecemos uma única ciência – a ciência da história” (MARX & ENGELS, 1845, p. 25)

Marx não rompe com os postulados historicistas, trabalha com eles na fundamentação do saber histórico, mas assentando-os em bases materialistas. Para ele, o processo histórico não é um movimento de criação e retomada das forças morais pela atividade prática dos homens, mas sim esta atividade como processo de acumulação de trabalho e transformação da natureza para a criação do mundo humano. O mundo histórico não pode ser separado do mundo natural; há uma relação entre os dois domínios, dada pela transformação do segundo pelo trabalho humano sob condições materiais determinadas, tendo em vista a produção dos meios de vida (idem, p. 23).

> A história nada mais é do que a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais e as forças de produção a ela transmitidos pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado, prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto de outro lado, modifica as circunstâncias através de uma atividade totalmente diferente (idem, p. 70).

.

A produção material das condições de existência é a base do processo vital dos homens. As formas de consciência política, moral, religiosa, jurídica e restantes se desenvolvem pela atividade prática sob condições concretas, formando um todo com elas na realidade. A ciência é uma forma de consciência que emerge dessa práxis humana, constituída por sínteses contingentes em contextos determinados (que mantém a unidade do mundo histórico com o mundo natural), mas pode ser estudada sob diferentes enfoques, com diversos modelos e conceitos de análise (idem, p. 23). O conhecimento do mundo histórico baseia-se na compreensão desta práxis e na reconstrução, mediante conceitos teórico-analíticos capazes de determinarem suas relações concretas, do contexto histórico-natural que lhe serve de condição (MARX, *Teses sobre Feuerbach*, 1845).

Marx não usa os termos compreensão e explicação para conceituar este procedimento, mas sem dúvida trata-se deles; a sua combinação dentro de pressupostos historicistas caracteriza a matriz dialética da ciência. A complexidade da concepção provém do fato de

acrescentar a esta reinterpretação materialista do historicismo um enfoque crítico dos pressupostos em que se baseia. Este enfoque é introduzido pelo conceito de ideologia. Para Marx, as representações que o processo histórico legou ao presente não podem servir de chave para o trabalho de reconstrução do passado por parte do historiador. Elas servem no máximo para facilitar a ordenação da matéria.

Não se pode estudar a história a partir das representações e idéias que os homens fizeram de sua vida, ação e época, pois sua explicação não se encontra nelas mesmas, mas nas condições concretas da práxis. O equívoco dos historiadores idealistas, que explicam os fatos pelas idéias de seus protagonistas, e dos historiadores empiristas, que os consideram independentemente da atividade prática, reduzem-nos a coleções de fatos mortos, é exatamente este. “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem conforme sua vontade” (MARX, 1852, p. 17). As formas de consciência são resultado de certas condições de existência, determinadas pelo modo de produção e troca material, nascendo e se desenvolvendo conforme seu processo de vida. Portanto, não se parte do que os homens dizem, mas de suas atividades concretas em determinadas condições.

> Desde que se apresenta este processo ativo de via, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas, ou uma ação imaginária, de sujeitos imaginários, como para os idealistas (MARX, 1845, p 38).

A realidade histórica forma um todo complexo de relações determinadas em última instância pela práxis que a articula à natureza. Por isso, seu estudo exige não apenas uma compreensão de seu movimento, mas um método de análise dos fenômenos em sua estrutura. A reflexão teórica não se opõe ao trabalho do historiador. O comportamento dos sujeitos sociais não pode ser apenas compreendido por suas idéias, mas explicado conjuntamente com elas pelas suas condições econômicas de possibilidade. A reconstrução do processo histórico não parte das representações que ele nos legou, mas da análise, abstração e síntese de seus elementos, conforme um

método de estudo da estrutura e da práxis da sociedade, que Engels denominou *materialismo histórico*.

A consideração e exame deste método de análise fogem ao escopo deste trabalho. Em compensação, convém explicitar a fundamentação do saber histórico feita pelo marxismo nesta fase de sua elaboração. Para Marx, os pressupostos da historiografia residem no processo histórico concreto, dentro do qual intervém de modo prático, e não no patrimônio cultural legado pelo passado à época do historiador. O saber histórico não tem um caráter contemplativo, não consiste na retomada das experiências passadas por parte do presente. Ele deriva dos interesses de classe em jogo numa época, apresenta sua visão de história tendo em vista uma intervenção na história em curso.

Portanto, as perspectivas de compreensão da história derivam do seu movimento concreto e não dos pontos de vista elaborados abstratamente pela cultura. Basta notar que o próprio marxismo se autocompreende assim, como parte do movimento real que, segundo Marx, agia no sentido de superar, com base nos pressupostos existentes à época, o capitalismo que lhe possibilitou o surgimento (idem, p. 52).

Marx reformulou vários destes conceitos em seus escritos de maturidade, suplantando este entendimento da dialética. Os estudos econômicos do autor levaram a uma progressiva naturalização da história, esquematizada no célebre prefácio à *Contribuição à critica da economia política* (1859). A combinação entre tratamento histórico e analítico dos fenômenos humanos, concebidos em termos de práxis social, foi alterado em favor do enfoque lógico, traduzindo-se no entendimento destes fenômenos como resultado da ação de estruturas econômicas de cunho histórico, mas definidas em termos sistêmicos. O tratamento nomológico, ausente nos escritos anteriores, assume o primeiro plano, mantendo-se uma concepção de história como processo histórico-natural, mas regido por leis econômicas de cunho necessário. A conseqüência disso é a fundamentação do seu conhecimento, em moldes metodológicos, na economia política.

O princípio do método histórico torna-se a pesquisa das leis econômicas que determinam o curso dos acontecimentos humanos e a

organização da sociedade. Estas leis assumem o caráter necessário para sua época. Os homens agem basicamente como seres de vontade, mas personificações de categorias sociais enraizadas no modo de produção, pelo menos no seu campo de validade. A tarefa do investigador é descobrir estas leis, a fim de dar aos homens a capacidade de participarem da história com total consciência de seu movimento. No dizer de Marx:

> Mesmo quando uma sociedade segue a pista de lei natural de seu movimento, não pode saltar por cima de fases naturais de desenvolvimento (MARX, 1867, p. 6).

O compromisso com postulados positivistas não pode deixar de ser reconhecido neste tipo de proposição, embora se possa fazer outras leituras dos textos de maturidade do pensador, usando por exemplo a clave da dialética hegeliana (Cf. FAUSTO, 1983). De qualquer modo, nos parece inegável a supremacia do enfoque lógico-sistemático no pensamento do último Marx.

Todavia, convém salientar a originalidade de suas formulações, cuja filiação ao paradigma positivista não descarta componentes historicistas, caracterizando um novo paradigma, que, embora bastante adulterado posteriormente, ganhou a alcunha do *materialismo dialético* (Cf. V Capítulo).

Com efeito, Marx não se desembaraça das concepções historicistas com a adoção de uma postura nomológica diante da história; ele recorre a elas para dar caráter histórico às leis que regem a base econômica da sociedade e ao mesmo tempo manter a contingência de sua sucessão, que não pode ser apreendida pelo enfoque lógico, exige a análise histórica por parte do historiador.

O primeiro aspecto é ressaltado pelo próprio pensador, que cita a respeito um resenhista russo no posfácio de *O capital*:

> Não existem, segundo Marx, essas leis abstratas. Ao contrário, cada período histórico, na sua opinião, possui suas próprias leis. Outras leis começam a reger a vida quando ela passa de

> um estágio para outro, depois de ter vencido determinada etapa do desenvolvimento (MARX, 1867, p. 15).

A passagem entre os períodos históricos não tem, por sua vez, um cunho lógico-sistemático. Embora o prefácio do livro *Contribuição à crítica da economia política* e alguns trechos de *O capital* autorizem a versão de que existe uma sucessão necessário entre os vários estágios do desenvolvimento, a maior parte dos próprios textos de maturidade de Marx sustenta a visão de que a passagem entre eles é contingente, resulta do processo concreto de vida dos homens. Os textos dos *Grundrisse* (a857/a859), para não mencionar os capítulos históricos d'*O capital*, constituem hoje a melhor prova disso, desqualificando a leitura puramente positivista, que no fundo reduzia o marxismo a uma filosofia da história.

Marx salienta nos *Grundrisse* que não é preciso fazer a história de uma forma social para conseguir sua compreensão sistemática, mas nota que este procedimento não substitui aquele, pelo contrário, encontra-se em relação dialética com o mesmo.

> De resto, o mais importante é que nosso método ponha em evidência os aspectos em que é preciso introduzir os fatos históricos e aqueles em que (o sistema da) a economia burguesa, através do modo puramente histórico de seu processo de produção, se relaciona com os modos de produção anteriores. (...) A correta concepção e dedução de suas leis, enquanto urgidas no curso da história, nos levam sem cessar a estabelecer comparações que evocam o passado deste sistema, como com os dados das ciências naturais (MARX, 1857, p. 332).

Portanto, o processo histórico forma os pressupostos das leis que governam a estrutura econômica. A análise histórica corresponde ao estudo da gênese, e a análise lógica ao estudo da estrutura do modo de produção. A história estrutura-se conforme determinadas leis, mas não se transforma segundo elas; o marxismo não é uma filosofia da história.

As duas matrizes constitutivas dos escritos marxianos tiveram diferentes destinos, assim como o conjunto de seu pensamento, que degenerou numa doutrina dogmática, mediante sua reinterpretação em termos positivísticos pelos teóricos da II Internacional (Cf. capítulo anterior). A primeira, dotada de forte componente historicista, foi redescoberta nas primeiras décadas do século, esvaziada no entanto de seu conteúdo analítico; enquanto a segunda viu acentuada seu componente positivista, até que sua perspectiva, não desprovida de todo desse cunho, cedesse lugar à consolidação de um paradigma. Lukács assinala essa descoberta da primeira matriz, que forneceria posteriormente o modelo para a formação do paradigma crítico, embora tenha constituído uma linhagem própria, representada por Goldmann e Sartre; Bukharin, em contraponto, exemplifica, como Kovalhov mais recentemente, a radicalização da segunda matriz, que acabou servindo de modelo para o materialismo dialético de nosso século.

Lukács reelaborou o componente historicista do marxismo, depurando-o dos elementos analítico-sistemáticos, em *História e consciência de classe* (1922). Para o autor, as concepções positivistas constituem um instrumento de combate da burguesia quando aplicados ao estudo da sociedade (idem p. 25). A história tem uma especificidade que só pode ser corretamente apreendida pelo conceito de totalidade.

> É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa (idem, p. 41).

O autor situa-se na tradição historicista, adaptando a categoria hegeliana de totalidade à fundamentação do conhecimento histórico. O procedimento metodológico é bastante semelhante ao empregado pelos membros da escola histórica em sua crítica da razão histórica. A concepção do processo histórico e sua interpretação é que divergem, na medida em que a visão materialista do processo é vinculada à doutrina marxista da revolução proletária como seu desfecho.

Para Lukács, o fundamento do conhecimento histórico reside na própria história. A consciência sobre a historicidade do presente comanda o estudo do passado. O conhecimento histórico é uma forma de autoconhecimento da sociedade (idem, p. 248). A questão é saber qual perspectiva de estudo nos dá acesso à verdade. Para o marxismo, a resposta não se põe de modo transcedental, a exemplo de Rickert, ou hermenêutico, a exemplo de Dilthey, mas sim de modo histórico concreto. A historiografia deriva da consciência de classe. O saber histórico tira suas condições de possibilidade do movimento da sociedade capitalista. A possibilidade da objetividade radica na situação de classe do historiador dentro da totalidade (idem, p. 60-69). A perspectiva do proletariado moderno contém a universalidade de que carece não apenas o saber histórico moderno, contaminado pela consciência de classe burguesa, mas também todas as perspectivas históricas anteriores. A cisão radical da sociedade em classes antagônicas é a fonte da pluralidade de pontos de vista sobre a história apontada pelo historicismo. A relação com os valores que preside o trabalho do historiador não é arbitrária; nasce das contradições de sociedade. Por isso, os princípios orientadores da pesquisa histórica não têm a mesma validade. As perspectivas derivadas da consciência de classe burguesa são limitadas pelo seu interesse em manter a dominação de classe. O pensamento burguês, embora constitua um momento fundamental no edifício dialético da metodologia da história, tem limites no seu ser de classe (idem, p. 183). Ele resulta numa visão ideológica do passado, manifesta na projeção das formas do presente neste horizonte da sociedade ou mesmo a falsificação dos fatos históricos, que não provém de fatores externos, como compromissos políticos ou censuras, mas de suas ligações no interior da totalidade. Em contrapartida, a perspectiva do proletariado tem conteúdo universal e possibilidade de uma visão concreta da realidade histórica porque carrega consigo o interesse na supressão da sociedade de classes. A condição de sujeito histórico-universal e a possibilidade de construção do comunismo, através da revolução, abrem caminho para a supressão da pluralidade de visões sobre a história, permitem à perspectiva do proletariado totalizar a história (idem, p. 168-171).

Posto isto, Lukács retoma a crítica da razão histórica elaborada pelo historicismo, em especial sua contestação ao tratamento naturalístico dos fenômenos humanos, que, seja pela procura das leis que lhes regem, seja pelo seu enfoque como fatos brutos, suprimem a possibilidade de compreender a gênese concreta das configurações sociais como resultado da ação do homem em determinadas condições, para demonstrar que o caráter individualizador do método histórico não se contrapõe ao ponto de vista da totalidade (idem, p. 169-175). Os fatos históricos não são mônadas brutas, singulares e eternas, desprovidas de conexões com as demais, exceto no tocante às suas linhas de sucessão e regularidades tipológicas. Lukácz nota que essa visão é resultado da permanência do historiador ao nível da facticidade imediata do mundo histórico, é um aspecto elaborado do chamado fenômeno da *reificação* da realidade, gerado em nossa experiência imediata da totalidade.

Na verdade, os fatos encontram-se presos a relações complexas, que lhes conferem sentido, no interior de uma totalidade. Quando o pesquisador transcende o nível imediato da experiência e se põe a estudar suas relações no curso do processo histórico, ele se habilita a apreender suas formas estruturais, reconstruir a totalidade que fornece os termos de sua gênese e fundamento.

> Com efeito, só esta problemática permite estudar o conceito de "fato" de um modo verdadeiramente concreto, isto é, indo ao fundamento social que lhe dá origem e o mantém (idem, p. 265).

A questão é descobrir o estatuto desta totalização, na qual reside a originalidade do historicismo marxista. Trata-se de um tema aberto à discussão e que não é possível resgatar neste trabalho. Consideramos de nossa parte que seu caráter é ao mesmo tempo concreto e relativo. Em primeiro lugar, convém destacar seu caráter relativo. A totalização não está baseada em nenhuma filosofia da história, mas no processo de criação social-histórica do homem, por isso se apóia em nenhum absoluto. Não há necessidade na história. A revolução proletária como meio de supressão da sociedade de classes e da pluralidade de visões

retrospectivas da história é apenas uma possibilidade objetiva, categoria que o autor toma de empréstimo a Weber, do ser social do proletariado. O processo histórico mantém assim, seja no plano material, seja no plano do conhecimento, sua abertura do ponto de vista do presente.

O segundo aspecto a enfatizar é sua dimensão concreta. Embora tenha um caráter relativo, a totalização da história pelo proletariado resulta do movimento da história em sua totalidade.

> A dialética não é pois introduzida na história ou explicada à luz da história (como muitas vezes em Hegel), é antes *decifrada* e tornada consciente a partir da própria história como sua forma de manifestação necessária nesta etapa determinada de sua evolução (a do capitalismo) (idem, p. 198).

A fundamentação do círculo hermenêutico no marxismo, enraizada na práxis vital do proletariado, tem um caráter concreto, embora se possa eximi-la, conforme nossa leitura do autor, de necessidade, de modo que a universalização do conhecimento histórico através do triunfo do proletariado é apenas uma das possibilidades da história. As condições de possibilidade do conhecimento histórico válido residem na consciência do proletariado e na tomada de seu ponto de vista; por isso, aliás, sua problematização não pode ser desvinculada da história. Afinal, esta última:

> não é nem a soma puramente mecânica dos acontecimentos particulares, nem um princípio heurístico que transcende os acontecimentos particulares, que portanto só poderia impor-se por meio de uma disciplina própria, a filosofia da história. A totalidade da história é, bem pelo contrário, um poder histórico real (...) que não se deixa separar da realidade (...) dos fatos históricos particulares sem suprimir também a sua realidade (idem, p. 171).

Em contrapartida a esta perspectiva, N. Bukharin elaborou à mesma época uma versão em tom bastante positivista do marxismo. Em seu Tratado de materialismo histórico (1922), o autor apresenta

uma compreensão estritamente metodológica da história, que se fundamenta no materialismo histórico ou sociologia marxista. A história é seu campo de aplicação e como tal se subordina ao enfoque nomológico no estudo de sua matéria. O acento no componente positivista do marxismo é notável.

Para Bukharin, os fenômenos humanos são historicamente necessários porque a sociedade obedece a uma lei de evolução, cuja pesquisa em suas condições particulares define o trabalho do historiador. Nas palavras do autor:

> A condição necessária da evolução é conhecida pelo nome de necessidade histórica. É nesse sentido que a Revolução Francesa, sem a qual o capitalismo não poderia ter-se desenvolvido, constituía uma necessidade histórica; ou então, da mesma forma, a pretensa "libertação dos servos" de 1861, sem a qual o capitalismo, russo não poderia continuar se desenvolvendo. É nesse sentido que o socialismo é uma necessidade histórica, a evolução social posterior sendo impossível sem ele (BUKHARIN, 1922, p. 49).

De certo, as leis têm um caráter histórico, são válidas apenas para um período histórico, mas entre cada um deles há uma relação de necessidade. Nenhuma forma se restringe a manter conexões com a anterior, cada uma delas constitui um prolongamento necessário da precedente, embora as contingências históricas possam embaraçar sua sucessão.

> É preciso estudar cada forma social nas suas origens, na sua desaparição inevitável, isto é, relativamente a outras formas sociais. Nenhuma forma cai do céu; ela constitui uma conseqüência necessária do estado anterior. (...) Para compreender convenientemente uma destas formas, é preciso encontrar esta raiz no passado, examinar as causas de seu aparecimento, as condições de sua formação, as forças motrizes de seu desenvolvimento. É também necessário estudar as causas de seu fim inevitável, a direção do movimento ou, como se diz, as *tendências de evolução* que determinam o

> desaparecimento inevitável dessa forma e preparam a sua substituição por um regime social novo (idem, p. 74).

De resto,o *Tratado* reduz a história à pesquisa dos fatores contingentes que perturbam a ação das leis descobertas pela sociologia; ela não tem propriamente autonomia teórica. O conhecimento histórico restringe-se à metodologia, entendida como sistema de conceitos de validade geral, e sua vinculação com a práxis vital se dá em termos de previsão do processo social em curso. O marxismo é a ciência da história.

2.2 A Matriz Weberiana

Max Weber merece análise particular por ter assumido metodologicamente o legado da escola histórica, tornando-o compatível com os princípios da ciência positiva de sua época. A perspectiva em que se situa rejeita tanto o positivismo, com sua defesa do tratamento naturalista dos fenômenos sociais, quanto a tradição idealista, com sua defesa da especificidade espiritual do objeto das ciências humanas. Ambos são incapazes de fornecerem um modelo satisfatório da prática das ciências culturais. A solução é uma síntese metodológica das duas correntes, baseada no postulado da compreensão explicativa dos fenômenos sociais. O fundamento dessa solução se encontra na relação da filosofia neokantiana com o historicismo, conforme se apresenta nos escritos de Rickert. Rickert não se liga originalmente ao paradigma historicista, tendo seguido as doutrinas neokantianas em seus primeiros textos: posteriormente, porém, foi entrando na esfera de sua problemática, que tratou a partir da distinção entre ciências nomotéticas e ciências ideográficas, estabelecida por Windelband.

Para Windelband, a contraposição entre ciências naturais e ciências do espírito é válida, mas não reside na diversidade de sua matéria, é resultado exclusivo de uma questão de método. As ciências empíricas, quaisquer que sejam elas, classificam-se em função de sua orientação epistemológica, podendo ser nomotéticas ou ideográficas.

No primeiro caso, trata-se de estabelecer leis pertinentes sobre determinados acontecimentos; no segundo, descrevê-lo em sua individualidade. O conhecimento das primeiras tem um cunho generalizador, enquanto das segundas tem um cunho individualizador. A história arrola-se entre as ciências que seguem essa última orientação. Para o autor, ela visa o estudo de acontecimentos singulares e, portanto, busca “tornar viva novamente, numa presença ideal, uma forma de passado em todas as suas características individuais” (WINDELBAND, 1894, p. 102).

Rickert desenvolveu conceitualmente esta distinção, acrescentando à caracterização do método individualizante o exame da dimensão dos valores. Em *Grenzen die Naturwissenchaftlichen Begriffsbildung* (1902), o autor salienta que o conhecimento do mundo empírico admite pelo menos dois métodos de estudo. A perspectiva baseada no método generalizante visa o estabelecimento de leis gerais; a perspectiva baseada no método individualizante tem por objetivo a particularização de certos fenômenos. Esses dois tratamentos se distinguem e opõe em termos lógicos, pois correspondem a modos diversos de conhecer a realidade. Cada ramo das ciências adota predominantemente uma ou outra perspectiva, embora não detenha direitos de exclusividade em sua aplicação. Trata-se apenas de sua orientação dominante.

Neste contexto, ele argumenta que temos *natureza* quando submetemos a realidade ao método generalizante e *história* quando aplicamos o método individualizante. Nenhum dos conceitos tem conteúdo substancial, designam dimensões concretas da realidade; eles são exclusivamente metodológicos. As ciências naturais recorrem principalmente ao método generalizador, visam estabelecer leis; as ciências históricas valem-se basicamente do método individualizante, visam constituir fatos únicos e que não se repetem. Não obstante, convém destacar que não há obstáculos para a utilização do método generalizante nas ciências históricas, que se tornam assim ciências naturalísticas; ou vice-versa, com o recurso ao método individualizante pelas ciências naturais, que se tornariam assim ciências historicistas.

> Apresentamos o contraste entre as ciências histórico-culturais e as ciências naturais generalizantes como a principal divisão das ciências empíricas da realidade, e enfatizamos que o que é tratado pelas ciências culturais históricas constitui, para o modo de questionar científico-natural generalizante, uma fronteira que nunca pode ser ultrapassada (RICKERT, 1898, p. 12).

Para Rickert, o problema concreto porém não é classificação das ciências, mas sim a determinação dos procedimentos gerais que permitem separar um fenômeno de outro, provocar sua individualização, nas ciências históricas. A solução dada pelo autor passa pelo que ele chamou a *relação com os valores*.

A relação com os valores é uma condição transcendental do conhecimento histórico. O método individualizante só releva a originalidade de seus objetos em função de um conceito de valor. O historiador seleciona e analisa seu tema de estudo estabelecendo seu relacionamento com certos valores, que ele elabora em cima de seu próprio campo de pesquisa. Ele não se restringe a estabelecer os fatos para os quais remete a documentação. A condição transcendental dessa operação é a inserção desses documentos num conjunto conceitual capaz de fornecer sua significação e singularizar alguns de seus dados, que assumem assim o estatuto de acontecimentos históricos.

> A ciência histórica (...) não pode perder de vista as relações dos objetos com os valores em geral, uma vez que seria então incapaz de separar processos historicamente importantes dos historicamente sem importância na realidade empírica (RICKERT, 1898, p. 84).

Os sistemas de valores do historiador, responsáveis pela definição de conceitos como *estado, religião e economia*, permitem recortar o essencial do acessório, unificar totalidades dispersas e organizar as pautas do processo histórico. Porém, o conteúdo que eles sintetizam é sempre de cunho particular, referem-se a totalidades

parciais (a polis grega ou o desenvolvimento do feudalismo, por exemplo), que se revelam nos valores e significados contidos nas próprias fontes, conforme os interesses e finalidades da pesquisa do historiador. Portanto, o conhecimento histórico, que visa o singular, é mediado pelo particular, resultante do contraste de certos conceitos de valor com a realidade empírica.

O historiador trabalha com sistemas de valor que fornecem significação a determinados temas de pesquisa, como o campesinato medieval, as guerras púnicas, etc. Esse procedimento permite que ele examine sua documentação, aplique conceitos e individualize certos fenômenos. Vale dizer, resulta na construção de uma história específica, que se confronta na sua originalidade com nossos valores, ressalvando-se que essa confrontação não significa necessariamente valoração. Rickert observa que

> A história não é uma ciência valorativa; isto é, o historiador como tal não valora seus objetos, mas em troca se encontra com valorações tais como a do estado, das organizações econômicas, da religião, da arte, etc., como fatos a comprovar empiricamente. Através da relação teórica de seus objetos com os valores, que são assim valorizados de fato, isto é, tendo em conta se e porque sua individualidade significa algo para esses valores, o historiador estrutura e organiza a realidade em elementos essenciais e não essenciais em relação a eles, sem que por isso tenha que emitir nenhum juízo valorativo direto, positivo ou negativo, sobre os objetos mesmos (RICKERT, 1904, p. 70).

Por isso, aliás, a eliminação dos valores não parece ao autor um desiderato consequente no saber histórico, na medida em que traria consigo a eliminação do conhecimento histórico individualizante da realidade. Há uma conexão entre o método histórico individualizante, preso à relação teórica com os valores, e sua matéria de pesquisa, constituída pelas formações de sentido envolvidas nas ações humanas, que o historiador compreende através de seu sistema de valores. (idem, p. 80-82)

Weber baseia-se nessas análises, fundadas na chamada relação com os valores, para definir as ciências culturais, onde se inclui a história. Para o autor, nisso discípulo de Rickert, essas ciências repousam na premissa transcendental de sermos homens de cultura, dotados da faculdade de tomar posição diante do mundo e de lhe conferir sentido. Elas investigam o sentido dos fenômenos potencialmente significativos para nós: e por isso geram um enfoque predominantemente individualizador, preocupado com a especificidade desses fenômenos em relação à nossa cultura.

O conhecimento histórico, que desenvolve o enfoque genético no estudo dos fenômenos culturais, está baseado numa relação de valor que vincula o historiador à cultura da qual faz parte. Esta relação de valor, centrada na escolha de um ponto de vista para o estudo do passado, constitui o princípio de seleção e delimitação do campo de pesquisa do historiador, dentro do qual ele procede de maneira empírica. Por isso, a seleção do historiador não supõe um princípio que poderia se impor a todos e assegurar no plano transcendental a objetividade do conhecimento, como queria Rickert. A própria relação com os valores é variável, renova-se com a cultura, embasa a eterna juventude da história (WEBER, 1906, p. 146).

> Nas ciências da cultura humana, a construção de conceitos depende do modo de propor os problemas, e (...) este último varia de acordo com o conteúdo da cultura (WEBER, 1904, p. 121).

Os temas de análise histórica são função do sentido cultural que eles possuem para a comunidade de historiador – o que não quer dizer que devamos julgá-los com nossas categorias (WEBER, 1906, p. 139). Pelo contrário, sendo alvo de um interesse histórico, das questões que nossa época coloca ao passado, devem ser analisados na sua especificidade. O sentido dos fenômenos históricos é sempre particular, por isso o conhecimento dos mesmos tem um caráter individualizante. Porém, isto não significa que a história dispense o uso de conceitos teóricos e procedimentos generalizantes. Para o autor, o método histórico está baseado na compreensão explicativa dos

fenômenos culturais, a explicação causal complementa a compreensão.

Consideremos em primeiro lugar este último procedimento, a compreensão, elaborado teoricamente pelo historicismo. Embora o tema seja motivo de discussão até hoje, é lícito afirmar que, para Weber, a compreensão do sentido não constitui uma operação psicológica, pois não se compreende a subjetividade dos agentes sociais, mas o sentido de sua ação num dado contexto. A compreensão consiste em reconstruir o sentido de uma ação social num plano empírico, partindo da evidência de que os fatos humanos mantêm relações inteligíveis entre si, revelam uma racionalidade imanente à realidade empírica, de caráter intersubjetivo. O sentido é uma propriedade intersubjetiva presente na ação social, é a orientação recíproca que guia a conduta dos indivíduos dentro de certas condições (WEBER, 1922, p. 18-23).

Em Weber, não existem relações concretas independentes do sujeito. As relações sociais e seus pontos de condensação institucional, como o Estado, as empresas, a Igreja, etc., são relações intersubjetivas. A compreensão do sentido assim definido dá-se, de modo mais ou menos claro, mediante conceitos, que o autor chama tipos-ideais. Os tipos-ideais são construções que acentuam um ou vários aspectos da realidade, combinam determinadas relações para formar um quadro histórico homogêneo no pensamento. O historiador defronta-se com a tarefa de caracterizar em cada caso particular os fenômenos que estuda, a fim de distingui-los de outros, e para isso procede ao exame da maior proximidade ou afastamento entre a realidade e os conceitos.

Há vantagem em trabalhar com conceitos unívocos como *estado*, *feudalismo*, *revolução*, *economia rural*, etc. Essas categorias constituem, mesmo quando são usadas inconscientemente, de modo não explicitado e carente de elaboração, tipos-ideais. A linguagem empregada pelo historiador contém dezenas de palavras que comportam as características desses conceitos, mas muitas vezes não são elaboradas pela reflexão. Os termos são usados em sentido

semelhante ao do vocabulário corrente, não passando do nível da intuição. Não obstante.

> Qualquer exame atento dos elementos conceituais da exposição histórica mostra que o historiador logo que tentar ir além da mera comprovação de relações concretas, para determinar a significação cultural de um evento individual, por mais simples que seja, isto é, para caracterizá-lo — trabalha e tem de trabalhar com conceitos que, via de regra, não podem ser determinados de modo preciso e unívoco senão sob a forma de tipos-ideais (WEBER, 1904, p. 108).

Quanto mais claro e definidos esses conceitos são, melhor para a pesquisa e exposição; quanto mais resistência ao trabalho teórico o historiador apresenta, mais se encalha na esfera do vagamente sentido. Os tipos-ideais não são cópias da realidade, mas construções, por isso não interessam ao historiador como fim de pesquisa, ao contrário do sociológico, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento exposição historiográfica.

História e sociologia são ciências complementares em termos analíticos, na medida em que visam sempre a realidade histórica, mas divergem em orientação.

> A sociologia se ocupa dos tipos de desenvolvimento da ação, em oposição à história, interessada nas conexões particulares, mais importantes para a imputação causal, isto é, mais carregada de destino (WEBER, 1922, p. 23).

Para Weber, portanto, a história pesquisa as conexões concretas da ação social, o trabalho do historiador reside na compreensão dos fenômenos passados com interesse para nossa cultura, com auxílio de conceitos (WEBER, 1917, p. 253). Todavia, é preciso notar que onde a análise permanece no estágio de uma “compreensão” do “significado” do fenômeno, onde o trabalho de imputação causal é deixado de lado e não se estabelece as conexões do fenômeno com outros, não se ultrapassa o plano da intuição, não se concede à história

a condição de ciência (WEBER, 1906). A história não se distingue qualitativamente da ciência. O historiador precisa compreender, sob determinado ponto de vista, o sentido do fenômeno histórico para em seguida proceder a sua explicação, através da determinação de suas condições de possibilidade.

> A análise daquela mostra os elementos valorizados no objeto, cuja "explicação causal" é o problema desta; aquela determina os pontos nodais desde os quais se faz a regressão causal, proporcionando a esta os "pontos de vista" decisivos para encontrar seu caminho (WEBER, 1906, p. 136).

O procedimento metodológico que sustenta esse trabalho de explicação consiste em selecionar, com base em sua teoria, os fatores que o mesmo supõe necessários par explicar a ocorrência do fenômeno em questão, está baseado num cálculo retrospectivo de possibilidade. A história não trabalha com um modelo de explicação causal nomológica, mas sim com a pesquisa das condições que, somada com outras, tornaram possível determinado acontecimento. Trata-se, portanto, de um modelo de explicação condicional, determinado pelo ponto de vista teórica do historiador, que aliás define os limites da objetividade do conhecimento histórico. O conhecimento nomológico, as categorias teóricas e os tipos-ideais não têm valor por si próprios na história.

> Quando se trata da individualidade de m fenômeno, o problema da causalidade não incide sobre as leis, mas sobre conexões causais concretas, não se trata de saber a que fórmula se deve subordinar o fenômeno a título de exemplar, mas sim a que constelação deve ser imputado como resultado (WEBER, 1904, p. 94).

O trabalho de explicação pressupõe um conjunto de hipóteses sobre a estruturação e curso das diversas classes de fenômenos humanos, na medida em que só ele pode definir as classes de conexões que devem ser examinadas como possíveis condições de possibilidade

de um fenômeno e os tipos ideais da ação social necessários à confrontação com a realidade e à individualização do fenômeno, configurando um problema histórico. A realidade empírica apresenta uma multiplicidade de aspectos e relações inesgotáveis pelo conhecimento. No limite, cada aspecto da realidade está preso a todas as suas conexões concretas (WEBER, 1904).

Não existe nada nas próprias coisas que permita escolher quais delas são as mais relevantes ou qual de suas relações é a determinante das demais. Não podemos afirmar que a base econômica ou as relações sociais, por exemplo, sejam os fatores determinantes do movimento histórico em sua totalidade, pois neste caso seria preciso demonstrar que há uma causalidade absoluta na história, correndo-se o risco de desfigurar a pesquisa histórica em simples ilustração de uma doutrina metafísica. O historiador precisa avaliar através da análise empírica, em cada caso, confrontando suas hipóteses teóricas com a realidade, o peso de cada fator social na constituição de um fenômeno. “A história não se deixa apreender em esquemas conceituais” (WEBER, 1922, p. 173).

O historiador sempre procede a *regressão causal*, porque estuda a *posteriori* os seus fatos, tem de remontar dos efeitos às causas. Assim, a explicação histórica dá-se através de juízos de possibilidade objetiva, que visam estabelecer a adequação do fato à determinada constelação social. A explicação destaca certas condições como causas do evento, mas é a sua totalidade que, efetivamente, comanda a ocorrência do fenômeno. A explicação histórica se limita exclusivamente aos elementos e aspectos do acontecimento que, sob dado ponto de vista, constituem um problema para o pesquisador (WEBER, 1906, p. 156).

A explicação está baseada em um cálculo retrospectivo de possibilidades. O historiador calcula se o curso dos acontecimentos seria o mesmo sem essas condições, mensurando sua relevância para o acontecimento. Quando o curso dos fatos se mostra diverso do realmente verificado, pode-se dizer então que elas se incluem entre suas causas (idem, p. 163). Todavia, em virtude deste procedimento, não podemos concluir que as causas apontadas sejam únicas ou

suficientes, pois necessariamente deixamos fora de consideração fatores cuja relevância para a verificação do fato pode ser descoberta por novas pesquisas. A regressão causal é aberta por princípio; na se afirma nunca a necessidade do fato, mas somente sua possibilidade objetiva, considerada determinada constelação histórica. Não há necessidade na história em Weber.

Em suma, a explicação compreensiva, isto é, a explicação causal de um fenômeno sócio-cultural, cujo sentido apreendemos por compreensão, compõem-se de duas operações. Primeiro, o historiador procede a abstração que, conforme sua relação de valor ou problema histórico, seleciona determinados aspectos da realidade para estudo. A compreensão do sentido dos mesmos, no contexto de sua época, verifica-se, simultaneamente, mediante o emprego dos chamados tipos-ideais. Por fim, o historiador analisa a constelação histórica em que se inserem os fenômenos, estabelecendo as condições que contém sua possibilidade objetiva; isto é, adequando a compreensão do sentido às suas conexões causais concretas (WEBER, 1904, p. 162-163).

As reflexões metodológicas de Weber podem ser avaliadas pelo peso que têm em boa parte dos desenvolvimentos verificados posteriormente no campo da epistemologia da história. Marc Bloch, embora ligado à tradição histórica diversa, serve de primeira comprovação disso, conforme se pode ler no texto *Introdução à história* (1942). O autor estabelece logo de início o papel da relação dialética entre o passado e o presente no conhecimento histórico. O passado fornece a inteligibilidade do presente, mas é inútil tentar apreender aquele sem nada saber do presente: é este quem coloca ao passado as questões que a história deve responder. Nesta missão, “uma palavra domina e ilumina os nossos estudos: compreender “ (BLOCH, 1942, p. 125).

Bloch entende a compreensão em termos psicológicos. Para ele, os fatos históricos são fatos essencialmente psicológicos, mas esta formulação é matizada pelo próprio autor, quando lembra que falsearíamos gravemente a reconstrução do processo histórico se a reduzíssemos sempre aos problemas de motivos (idem, p. 168). O

campo de estudos do historiador não é simplesmente o passado, mas a multiplicidade de experiências dos homens ao longo do tempo, que não pode ser tratada exclusivamente sob a forma de acontecimentos singulares (idem, p, 25-30). Bloch faz sua tese de Lucien Febvre de que a história consiste no estudo das sociedades humanas, dos grupos organizados, e por isso exige a análise de seus temas. A análise histórica complementa a compreensão.

O primeiro passo dos estudos históricos é a colocação do problema histórico, só a partir dele o historiador pode começar a examinar a documentação; os documentos só respondem às perguntas formuladas pelo historiador, não falam por si mesmo (idem, p. 82).

O estudo dos documentos envolve a compreensão do seu significado e a análise de suas relações através da aplicação de conceitos. Bloch tece considerações a respeito deles bastante semelhantes às de Weber. Os conceitos e fórmulas são um instrumento indispensável do trabalho do historiador. Contudo, salienta seus perigos.

> Em si mesmas tais rubricas são perfeitamente legítimas. O único perigo vem da sua própria comodidade. Se é mal escolhido ou aplicado demasiado mecanicamente, o símbolo, que só interessava como auxiliar da análise, acaba por dispensá-la. E além disso, fomenta o anacronismo: o mais imperdoável dos pecados, no entender de uma ciência do tempo (idem, p. 149).

A análise histórica visa a explicação dos fenômenos, mas no sentido corrente da palavra. Os fatos históricos não se explicam por linha de sucessão ou regularidade nomológica, mas pelas relações que mantêm com os fatos que lhe são contemporâneos. A concepção é original; não se trata nem de explicação causal, nem de explicação através de leis gerais. Os fenômenos explicam-se por suas relações de dependência com os demais no interior do campo social. A filiação dos fenômenos não dá conta de sua sobrevivência, essa deve ser buscada no seu contexto contemporâneo.

> Em suma, nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento. E isto é válido para todas as etapas da evolução, tanto para aquela que vivemos como para outras (idem, p. 36).

A análise histórica consiste na reconstrução, sempre parcial, das relações entre os fenômenos, cuja inesgotabilidade veda qualquer afirmação sobre sua necessidade. O conhecimento histórico não nega o determinismo; os fatos passados estão mortos e não podem ser alterados, foram o resultado da ação de certas causas, mas isso não significa que eles tenham sido necessários (idem, p. 55).

> O uso que a investigação histórica faz da noção de provável nada tem de contraditório. Que tenta, com efeito, o historiador que se interroga sobre a probabilidade de um acontecimento passado senão transportar-se, por um movimento ousado do espírito, ao tempo que antecede esse acontecimento mesmo para lhe avaliar as probabilidades, tais como elas se apresentavam antes da sua ocorrência? A probabilidade continua, pois, a situar-se de fato no futuro. Mas como a linha do presente foi, de alguma maneira, imaginariamente recuada, é um futuro de outrora construído com um fragmento daquilo que, para nós, atualmente, é o passado (idem, p. 110-111).

Para Bloch, a história caracteriza-se por uma visão abrangente do social, mas empírica na abordagem. O pesquisador não postula a *priori* certas causas; como nas demais ciências ela, procede a sua pesquisa (idem, p. 126).

Em conclusão, verificamos em primeiro lugar que a tendência weberiana não contrapõem teoria e historiografia de maneira mutuamente excludente. O método histórico combina procedimentos generalizantes com procedimentos individualizantes, mas os primeiro só lhe interessam como meio auxiliar dos segundos, concernem à compreensão do particular através do geral. Conforme um seguidor dessa tendência:

> A perspectiva histórica que tende para a generalização move-se no campo da heurística, ou seja, os conceitos e teorias definidos por este processo têm de ser confirmados em cada novo objeto, e, longe de servirem de explicação para os fatos históricos, são apenas um auxiliar na busca dessa explicação (MOMMSEN, 1961, p. 364).

Em segundo lugar, a história não nega o princípio da causalidade, mas sim sua versão nomológica, optando por uma postura que rejeita o determinismo e o caráter necessário do processo histórico. As conexões entre os fatos históricos são contingentes não no sentido que sejam arbitrárias, mas sim no sentido que são cálculos de probabilidades feitas pelos agentes sociais em função das alternativas presentes num dado contexto.

> A explicação histórica concerne acima de tudo ao sentido e significação; está mais próxima da avaliação e interpretação dos fatos, na qual a análise causal é apenas um elemento (LEFF, p. 106).

Em suma, o estudo dos fenômenos históricos baseia-se em procedimentos relevantes por significado e não experimentalmente, como nas ciências naturais. A necessidade de tipificar os fenômenos fomenta a construção de hipóteses gerais sobre dadas séries de acontecimentos, que não constituem, porém, leis objetivas do curso do processo histórico. A análise causal que complementa a compreensão dos fenômenos depende em última instância dos valores embutidos nas questões que o presente coloca ao passado.

2.3 Apêndice: o presentismo

O presentismo constitui uma corrente relativamente à margem das linhagens principais da epistemologia há história, embora se possam encontrar elementos seus na problemática de outros paradigmas. Trata-se de uma corrente idealista, cuja tese básica é o

postulado da identidade do sujeito e objeto do conhecimento histórico no pensamento do historiador. Nesse sentido, constitui um contraponto aos paradigmas analisados anteriormente, que procuraram soldar a fenda entre ciência e história, sem perder a autonomia e especificidade desta última. O presentismo, ao contrário, consiste na radicalização dos componentes idealistas do historicismo.

Para os integrantes dessa corrente, o problema do conhecimento histórico reside na especificidade da relação entre sujeito e objeto que ele contém. A história põe o presente em relação com o passado humano, que, por definição, não existe mais, senão nos restos e ruínas que ele nos legou e podemos atestar na atualidade, através da sua elaboração em nosso pensamento. Logo, toda história é história do pensamento e história contemporânea; não trabalhamos com o passado, mas com suas representações em nosso pensamento; hão há distinção entre sujeito e objeto no conhecimento histórico, este reside inteiramente no pensamento do primeiro.

Aparentemente, as raízes desta corrente remontam aos princípios criticistas elaborados no final do século passado por J. F. Bradley. Em *The Pressupositions of Critical History* (1874), esse autor notava que o método crítico-documental dos historiadores está baseado, apesar das evidências contrárias, num cânone: o cânone da própria experiência do historiador, na medida em que a veracidade dos testemunhos que tira das fontes é decidida em última instância por esse tribunal. Na verdade, porém, o ponto de partida da corrente encontra-se no pensamento de Benedetto Croce.

Para o autor, os conceitos de ciência e história não coincidem. A primeira busca leis gerais para explicar os fenômenos; a história compreende intuitivamente as ações humanas, e por isso se aproxima mais da arte do que da ciência; ela se ocupa do particular de modo contemplativo. O historiador não se encontra nunca diante de seu objeto, possui apenas a experiência imanente do pensamento que nossos antepassados deixaram registrados nos documentos. O passado é vivido intuitivamente pelo historiador. Logo, “a história não tem senão um dever: narrar acontecimentos.” (CROCE, 1902).

Conforme as palavras do autor num de seus escritos posteriores, esse fato não pode ser dissociado da práxis.

> A necessidade prática, que está no fundo de todo juízo histórico, dá a toda história o caráter de "história contemporânea", porquanto, por muito distantes que apareçam cronologicamente os fatos por ela referidos, a história se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes, nas quais aqueles fatos propagam suas vibrações (CROCE, 1938, p. 14).

Croce revisou seus primeiros conceitos sobre a história ao longo de sua obra, embasando-nos na filosofia hegeliana. Para ele, a história é uma forma de conhecimento que combina o universal com o particular. As categorias universais só se manifestam concretamente no particular, mas por sua vez os fatos particulares só adquirem significado pela mediação do universal. O espírito, portador da universalidade, somente se manifesta de modo particular, mas nesta medida se confunde com a história. E por sua vez, a história não é senão a consciência de si do espírito, em cada momento sucessivo de sua atualidade; isto é, história contemporânea e história do pensamento.

> Será impossível compreender qualquer coisa de afetivo no processo histórico do pensamento, a menos que partamos do princípio de que o espírito em si mesmo é histórico, responsável pelo estabelecimento da história a cada momento e também o resultado de toda a história anterior (CROCE, 1915, p. 56).

Em outras palavras, a historiografia é a consciência que a história assume de si mesma, para Croce. Há uma unidade entre filosofia e história; o pensamento baseia-se num historicismo absoluto, no qual se fundem o mundo e seu conhecimento. A filosofia é somente um elemento constituinte da história, que manifesta o espírito universal no pensamento concreto e particular desta última.

No fundo, o autor procede a fundamentação da história numa filosofia do espírito. Para ele, Hegel cometeu o erro de substancializar a razão no movimento da história, quando na realidade toda a ação humana é uma ação espiritual que cotem em sua imanência todo o seu passado, atualizado por exigências da práxis. Em cada ação histórica, o espírito está presente não porque carregue consigo o destino teleológico de se concretizar, mas sim porque fornece os predicados com que o pensamento trabalha (CROCE, 1938, p. 34-35).

Benedetto Croce encontrou seu primeiro seguidor britânico em Michael Oakheshott. Para este autor, ciência e história divergem porque são modos de experiência distintos. A primeira organiza o mundo como sistema de medidas, enquanto a segunda como uma conexão de acontecimentos passados no pensamento do historiador. Além disso,

> Precisamos desconsiderar a distinção entre a história tal como aconteceu (o curso dos acontecimentos) e a história tal como se pensa; a distinção entre a história propriamente dita e a história como experiência. A distinção não apenas é falsa, como carece de sentido (OAKHESHOTT, 1933, p. 93).

O passado histórico não passa do mundo espiritual que as fontes permitem recriar na experiência presente do historiador, que compreende as relações inteligíveis entre os fatos no contexto de seu pensamento.

Em contrapartida, as teses crocianas, privadas de sua filosofia no espírito, estão na base do presentismo os historiadores revisionistas norte-americanos. Para eles, o historiador não lida com fatos brutos, provados por documentos e ligados entre si, como pressupunha o historicismo positivista. Os fatos com que ele trabalha são selecionados e reunidos de acordo com seu pensamento em condições determinadas, na medida em que a história é o registro do passado pelo pensamento presente.

Carl Becker resume as posições desta corrente, composta entre outros por Charles Beard, Conyers Read e A. Randall Jr. Em *Everymen his Own Historiam*, ele nota que devemos distinguir em

tese os acontecimentos históricos de sua representação mental pelo historiador. Todavia, já que os primeiros só existem pelo ato subjetivo do segundo, é forçoso admitir que a história é um saber subjetivo, condicionado pela situação presente do historiador. Quando este revive o passado no pensamento, ele se torna parte viva integrante do seu mundo, porque é ligado de modo sutil às suas necessidades.

> Cada século reinterpreta o passado de modo que este sirva os seus próprios fins (...) Qualquer que seja o esforço para preservar o seu recuo, os historiadores não podem libertar-se inteiramente das idéias preconcebidas mais gerais da época em que vivem. (...) O passado é uma espécie de tela sobre o qual cada geração projeta a sua visão do futuro, e por tanto, tempo quanto a esperança viva no coração dos homens, as "histórias novas" suceder-se-ão (BECKR, 1927, p. 14).

O historiador não pode lidar diretamente com o passado, mas apenas com suas imagens e idéias, registrada nos documentos, e por isso ele lida com afirmações sobre o que aconteceu nesta dimensão do tempo.

> [Ele] não lida diretamente com o evento em si mesmo, na medida em que este desapareceu como tal. Com o que ele pode lidar diretamente é um enunciado sobre o evento. Ele lida em resumo não com o evento, mas o enunciado que afirma o fato do evento ter acontecido (BECKER, 1955, p. 125).

Charles Beard lembra que todo estudo envolve seleção e delimitação arbitrária de seus limites; no caso da história, o fato é mais grave. O passado tende a se tornar uma tela móvel, na qual projetamos nossa visão de mundo. Assim, o conhecimento histórico resulta de um *ato de fé*, pois constitui uma criação subjetiva do historiador (BEARD, 1934). Cada um molda o passado em função de sua experiência pessoal e o adapta às suas condições de vida. De certo, a dependência da base factual e a existência de uma comunidade intelectual impedem que "a imaginação criadora do historiador" se torne totalmente arbitrária; mas não o relativismo do conhecimento histórico, reduzido

à projeção dos pensamentos do presente sobre os dados da memória, com base na “convicção de que se pode saber alguma coisa de verdadeiro sobre o movimento da história” (BEARD, 1935).

Em suma, conforme sentencia o autor:

> O historiador que escreve a história, consciente ou inconscientemente performa um ato de fé com relação à ordem e o movimento da história, assim como certamente a ordem e o movimento são negados a ele pelo conhecimento da atualidade com a qual ele mantém relação. Sua fé consiste no fundo na convicção de que alguma verdade pode ser conhecida sobre o movimento da história e que essa convicção resulta de uma decisão subjetiva e não de uma descoberta puramente objetiva (BEARD, 1934, p. 148).

Finalmente, precisamos considerar o pensamento de Robin G. Collingwood. O autor merece análise detida por ter promovido, através de uma leitura da filosofia do espírito de Croce, um reatamento com o historicismo diltheyano, reenquadrando a questão gnosiológica da história destacada pelos presentista na reflexão sobre suas condições de possibilidade feita pelo historicismo, que está na base há hermenêutica contemporânea.

> A história serve ao autoconhecimento humano. (...) Conhecer a si mesmo significa conhecer o que se pode fazer, e posto que ninguém sabe o que pode fazer até que o tenta, a única pista para saber o que o homem pode fazer é averiguar o que já fez. O valor da história, por conseguinte, consiste em nos ensinar o que o homem fez e, por essa via, o que é o homem (COLLINGWOOD, 1946, p. 22).

Para o autor, a história consiste na reatualização dos pensamentos passados na mente do historiador, a reconstituição de experiências passadas no seu espírito, na medida em que formam esse campo de conhecimento.

> Os processos da natureza podem-se descrever com toda propriedade como seqüência de meros acontecimentos, porém os da história não. Não são processos de meros acontecimentos, mas sim processos de ações, que têm um interior composto por processos de pensamento, e o que o historiador pesquisa são esses processos de pensamento. Toda história é história do pensamento. (...) A história do pensamento, e portanto toda história, consiste na reatualização de pensamentos pretéritos na própria mente do historiador (idem, p. 249).

Toda história é história do pensamento. Os fenômenos históricos, como fenômenos humanos, têm ao mesmo tempo uma dimensão exterior, dada pelo movimento dos corpos no tempo e no espaço, e uma dimensão interior, dada pelo pensamento que acompanha esse movimento. Sua unidade constitui uma ação, tema de investigação do historiador. A questão não é estabelecer o acontecimento, mas sim compreender o pensamento que se expressa nele; quando o historiador o consegue, sabe automaticamente porque ocorreu; descobrir o pensamento que o comanda equivale a compreendê-lo. A explicação coincide com sua reatualização.

> Quando um historiador pergunta "por que Bruto apunhalou César?", o que quer dizer é: "eu pensava Bruto eu o fez decidir-se a apunhalar César?" A causa do acontecimento significa para ele o pensamento na mente da pessoa por cuja agência se produziu o acontecimento, e isto não é algo distinto do acontecimento, é o próprio interior do acontecimento (idem, p. 249).

O passado não é um objeto possível de experiência, posto que não existe mais, mas pode se converter, através da atividade crítica sobre os restos materiais que legou ao presente, em objeto de nosso pensamento e imaginação (idem, p. 267-286). Exatamente por isso, a elaboração de perguntas é o principal fator da pesquisa histórica. Nesse sentido, a história se aproxima da literatura, distinguindo-se dela pela pretensão da verdade, baseada no uso de três regras.

Em primeiro lugar, os temas históricos precisam ser localizados no tempo e no espaço; em seguida, têm de ser coerentes consigo mesmos, manter uma relação com os demais; finalmente, devem estar baseados em testemunhos e documentos (idem, p. 283-284).

Aparentemente filiado ao pensamento croceano, Collingwood separa-se dele pelo abandono do historicismo absoluto e o redimensionamento do idealismo no quadro de uma teoria antropológica do saber histórico. Não pode haver história senão do pensamento, porque o processo histórico é um processo pelo qual o homem forma sua própria natureza, recriando em seu próprio pensamento o passado do qual é o herdeiro. O pensamento histórico não é senão a forma e seu autoconhecimento dentro desse mesmo processo.

> O processo histórico é em si mesmo um processo de pensamento e só existe enquanto as mentes que formam parte dele se sabem partes deles. Através do pensar histórico, a mente, cujo autoconhecimento é história, não só descobre dentro de si essa capacidade, cuja possessão lhe revela o pensamento histórico, mas também faz passar essa capacidade de um estado latente a outro atual, lhe dá existência efetiva (idem, p. 262).

O fundamento do conhecimento histórico é a própria idéia de história, uma categoria a priori, que o ser humano concreto descobre na medida em que aprende o que é o seu pensamento e como ele funciona, aprende a natureza do mundo histórico.

> Nem a matéria-prima do conhecimento histórico, o detalhe do aqui e agora tal como se apresentam à percepção, nem os vários dotes que o auxiliam na interpretação dos documentos históricos, podem dar ao historiador seu critério de verdade histórica. Esse critério é a própria idéia de história. A idéia de um quadro imaginário do passado. Tal idéia é, em linguagem cartesiana, inata; em linguagem kantiana, a *priori* (idem, p. 286).

O historiador revive o passado em sua própria mente, recriando os pensamentos contidos nas ações humanas com autoconsciência dessa recriação.

> O fato de que alguém execute um ato de pensamento que alguém executou antes não o converte em historiador. Em tal caso, não é possível dizer que seja um historiador sem sabê-lo; a menos que saiba que está pensando historicamente, não está pensando historicamente. O pensar histórico é uma atividade (...) que é uma função da autoconsciência, uma forma de pensamento possível apenas para uma mente que sabe que está pensando dessa maneira (idem, p. 331).

Por isso, o conhecimento histórico leva à autoconsciência, à nossa própria gnose, quando recriamos, como consciência dessa recriação, os atos e ações de nossos semelhantes no passado.

O conhecimento histórico do passado no presente é uma forma de autoconhecimento por parte de quem o executa, porque consiste na reatualização meditada da experiência humana passada no vivido do historiador, através da atividade crítica diante das fontes. Ele reconstrói para si a racionalidade das ações humanas.

> O conhecimento histórico tem pois como objeto próprio o pensamento: não as coisas acerca das quais se pensa, mas sim o ato de pensar mesmo (idem, p. 348).

O pensamento histórico é autoconsciência, é o ato pelo qual nos tornamos conscientes da continuidade do pensamento ao longo do tempo, é uma soma de ações reflexivas que obedece aos interesses da vida. O conhecimento produzido por ele visa o autoconhecimento do homem e a relação prática com sua situação de vida em termos de solução (idem, p. 265). A reflexão sobre a história constitui um domínio de liberdade, nos torna livres. Em última instância, o conhecimento do passado, através de sua recriação crítica e reflexiva no pensamento, condiciona a construção do futuro (idem, p. 380).

O presentismo vem sendo redescoberto mais recentemente, com a retomada de várias de suas proposições sobre o conhecimento histórico por certas tendências da chamada filosofia analítica, como alternativa à compreensão neopositivista. No fundo, trata-se de sua reinterpretação metodológica como forma de explicação há história, conforme se sugere no capítulo seguinte. Para encerrar este apêndice, convém, entretanto, prevenir o leitor para não confundir o presentismo epistemológico dos autores acima citados com o presentismo lógico da pesquisa histórica, reconhecido pelos vários paradigmas e bastante esclarecido no seio do pragmatismo por Dewey (1938).

3. O positivismo no século XX

O pensamento contemporâneo é escandido por duas correntes principais: a dos herdeiros do positivismo e a hermenêutica. Ambas formam problemáticas filosóficas autônomas, mas também vêm pautando a maior parte da reflexão sobre o conhecimento histórico ao longo das últimas décadas. A corrente hermenêutica, veremos, constitui um prolongamento, vazado pela fenomenologia, do velho historicismo, e se caracteriza pelo esforço em manter a vinculação das ciências com o mundo da vida. A corrente neopositivista, calcada numa reflexão relativamente neutra no tocante aos conceitos teóricos, consiste numa renovação do projeto de redução da ciência aos termos de sua estrutura lógica e relação com a realidade empírica.

Com efeito, o neopositivismo se desenvolveu em contraponto às pretensões da filosofia tradicional em legislar sobre o conhecimento científico. Para ele, "a possibilidade da ciência se prova com a existência da própria ciência" (Neurath). O método científico está baseado na explicação dos fenômenos, sejam naturais ou humanos, segundo um entendimento objetivista do conhecimento. A história adquiriu rapidamente a condição de campo privilegiado de exercício desta perspectiva, devido às suas características peculiares e ao seu estatuto problemático no campo do saber, propiciando a formação de várias tendências de interpretação no seu próprio interior.

No terreno da história, o paradigma neopositivista parte do princípio epistemológico da unidade da ciência, advogando pela compreensão metodológica (nomológica, funcional ou estrutural) do saber. Segundo seus doutrinadores, não há diversidade de procedimento entre as ciências, cada uma delas procede ao tratamento empírico de sua matéria e à explicação teórica de seus fatos. A historiografia moderna, enquanto reclama a condição de episteme, não constitui exceção, adquire cientificidade à medida que sua estrutura lógica adota os expedientes comuns empregados nas demais ciências.

O desenvolvimento desse paradigma, que se distingue do positivismo do século passado por sua limitação ao plano da análise da estrutura lógica dos estudos históricos e a rejeição do conceito de leis históricas, data do período entreguerras. O pano de fundo é o rumo logicista da análise da linguagem tomado por significativas correntes da filosofia contemporânea e a reforma do velho positivismo empreendida nos anos 20 pelo chamado Círculo de Viena. Para seus membros e simpatizantes, a pergunta pelas condições de possibilidade do conhecimento é uma pergunta metafísica; as ciências são dadas como ciências ao pensamento epistemológico, que deve se limitar a expor sua estrutura lógica.

Conforme seu entendimento teórico dessas estruturas, os autores comprometidos com essa doutrina podem ser agrupados em três tendências principais. A tendência logicista caracteriza-se pela combinação dos postulados do tratamento factual e da explicação causal mediante o uso de leis gerais na compreensão da ciência histórica, cujo ponto de partida é um artigo de Carl Hempel. A tendência estruturalista apresenta em substituição a essa compreensão uma visão formalista da matéria e estrutural da explicação em história, baseada na redução da realidade histórica aos modelos construídos por alguma teoria, cuja origem se encontra nos escritos de Levy-Strauss. Quando essas tendências se combinam com uma concepção materialista da existência, surge uma terceira vertente, que se desenvolveu ligada ao marxismo e em que se situam, para a mescla com o logicismo, nomes como o de Kovalhov e, para a mescla com o estruturalismo, o de gente como Althusser.

O funcionalismo, baseado numa concepção organicista da matéria da historiografia, não chegou a constituir uma tendência assinalável no entendimento neopositivista da história, embora seus componentes possam ser encontrados em alguns textos, como *A Behavioral Approach do History* (1969), de Robert Berkhofer Jr.

Karl Popper situa-se nessa problemática como responsável pela extensão do programa do Círculo de Viena ao campo dos problemas da história. Para o autor, a história deve desembaraçar-se completamente da filosofia da história, que recebe dele a denominação

equívoca de *historicismo*. Popper compartilha com os empiristas lógicos a crença na unidade da ciência, mas distingue a história, mesmo das ciências sociais. As ciências não se diferenciam pela estrutura metodológica, mas têm diversas orientações epistemológicas. O autor filia-se nesse ponto à tradição neokantiana. A história detém originalidade com relação às demais ciências porque, enquanto essas têm uma orientação teorética, ela tem um interesse em estudar acontecimentos particulares concretos, sejam típicos ou singulares, e não em estabelecer leis ou generalizações (POPPER, 1957, p. 112).

> As ciências que têm interesse em acontecimentos específicos e em sua explicação podem, para se distinguirem das ciências generalizadoras, ser chamadas ciências históricas (POPPER, 1945, p. 272).

O autor não descarta a possibilidade da história proceder a generalizações ou aplicar determinadas leis para explicar os fatos, mas salienta que, além de não ser esta sua orientação, , não se conseguiu até hoje estabelecer leis históricas com real poder explanatório. A história preocupa-se com a explicação causal de acontecimentos singulares, que não se formula mediante leis universais, mas através da determinação de suas condições necessárias.

> Só no campo da História é que realmente nos interessamos pela explicação causal de um acontecimento singular. Nas ciências teoréticas, as explicações causais são, via de regra, meios para um fim diferente – submeter a testes leis universais (POPPER, 1957, p. 113).

A história não consiste assim numa ciência teórica, não estabelece leis gerais, no máximo se utiliza do conhecimento nomológico definido pelas demais ciências. As generalizações em história não têm o mesmo caráter que têm nas ciências naturais. Elas se resumem no que o autor denomina interpretação histórica. Seu papel é fornecer um ponto de vista para a seleção dos aspectos que nos interessam no curso de uma pesquisa. Em segundo lugar, elas servem

para guiar o trabalho de explicação do historiador, mediante a análise da lógica da situação em que se inserem os acontecimentos sociais.

> Na realidade, a maior parte das explicações históricas utiliza não tanto leis psicológicas ou sociológicas triviais, mas o que chamei (...) *a lógica da situação*; isto é, além das condições iniciais que descrevem os interesses pessoais, os objetivos e outros fatores situacionais, tal como a informação disponível à pessoa envolvida, tacitamente ela admite, como espécie de primeira aproximação, a trivial lei geral de que as pessoas de juízo perfeito, em regra, agem mais ou menos racionalmente (POPPER, 1945, p. 273).

Para Popper, o pecado principal do historicismo é a reação naturalista a esse entendimento do saber histórico e a totalização da história. Ele supõe que podemos estudar o desenvolvimento dos fenômenos humanos como um todo, quando todo estudo é necessariamente seletivo de determinados aspectos da realidade.

> É errado acreditar que possa haver uma história no sentido holista, uma história dos "estágios da sociedade", que representam "o todo, o organismo social" ou "todos os eventos sociais e históricos de uma época". Essa idéia decorre de uma concepção história da humanidade como vasta e global corrente de desenvolvimento. Entretanto, história dessa espécie não pode ser feita. Cada história escrita é história de certo e limitado aspecto desse desenvolvimento "global" e é sempre história muito incompleta, até mesmo com relação ao particular e incompleto aspecto selecionado. (POPPER, 1957, p. 64).

Não bastasse isso, o historicismo, no sentido usado pelo autor, acredita que esse desenvolvimento obedece a determinadas leis. Para ele, não só há leis na história, com há leis da história. Popper argumenta que essa concepção ignora a natureza real do método científico. As ciências teoréticas, à semelhança das ciências históricas, têm de ser seletivas, sob pena de se verem diante de um agregado de dados caóticos. As relações estabelecidas entre esses dados recebem o

nome de leis, após serem comprovadas por meio de experimentos e testes. O caráter dessas relações é constante, as leis valem apenas para certa classe de eventos. A lei da gravidade explica porque o sopro do evento pode provocar a queda de uma árvore apenas no que diz respeito à queda do corpo. O evento concreto na sua multiplicidade de aspectos remete a uma série de outras leis que, embora casualmente associados, não podem ser submetidas a uma única lei ou mesmo um conjunto integrado e bem definido de leis. Em suma,

> É simplesmente errônea a suposição de que uma seqüência ou sucessão de eventos (...) possa ser aplicada por meio de uma única lei ou por qualquer conjunto definido de leis. Não existem leis de sucessão nem leis de evolução (POPPER, 1957, p. 92).

Popper precede assim à liquidação da filosofia da história. O historicismo pretende descobrir a chave da história universal. Tal chave, porém, não existe. A história tem o sentido que nós lhe damos. O processo não só não é dado objetivamente, como carece de sentido (POPPER, 1945, p. 278-279). A história consiste na multiplicidade de histórias das várias espécies de aspectos da vida humana. A análise da estrutura positiva desse seu saber consiste na epistemologia.

3.1 A corrente logicista

A corrente logicista desenvolveu esse enfoque conforme os dogmas do empirismo lógico, focalizando principalmente duas questões. Por um lado, a questão da explicação. Para os autores ligados a essa tendência, a história é uma ciência nomológica, mas não no sentido pregado pelo velho positivismo. A história distingue-se das demais ciências pela preocupação com o estudo de fenômenos particulares no tempo e no espaço. O historiador com tal não procura estabelecer leis e sim determinar as causas de certos acontecimentos, ele tem de recorrer a leis gerais como as demais ciências. A estrutura

lógica é a mesma, varia o fato de que a história não elabora as leis com que trabalha, tendo de buscá-las em disciplinas vizinhas.

Por outro lado, esses autores se preocupam com o estabelecimento dos termos para o equacionamento histórico. Não há como negar o presentismo da pesquisa histórica e as exigências de seleção de sua temática. O historiador não registra seus fatos sem mediação, como supunham os antigos empiristas, mas isso não significa que esteja proibido de fornecer um relato objetivo de sua matéria. A seleção que ele está obrigado a fazer, mesmo condicionado pelo seu meio social, não anula a validade de suas conclusões.

Vejamos, em primeiro lugar, esta última questão, sistematizada originalmente por Maurice Mandelbaum em *The problem of historical knowledge* (1938). O texto tem um cunho polêmico, apresentando-se como réplica às teses relativistas, muito em voga graças à propagação do presentismo. No seu entender, o problema do conhecimento não é um problema histórico relativo ao historiador, mas uma questão de ciência, que só pode ser tratada de forma metodológica pelo pensamento filosófico.

O historiador não está proibido de apresentar um relato exato dos acontecimentos porque os critérios de seleção que utiliza estão presos a determinado contexto. A origem dos problemas e pontos de vista aplicados a sua análise não atingem a validade objetiva de suas conclusões. Além disso, a história lida com acontecimentos que de fato ocorrem e de certa forma falam por si mesmos, através de seu próprio método de estudo. Conforme sustenta o autor:

> A pesquisa histórica tem como objetos primários o “conjunto dos acontecimentos havidos irrevogavelmente no passado”, que tem suas próprias propriedades e relações em sua própria época, e cuja formação constitui seu primeiro compromisso de investigação (MANDELBAUM, 1938, p. 187).

Trata-se de não confundir as exigências de seleção dos fatos com os critérios de veracidade das afirmações feitas sobre elas. As primeiras certamente são suscetíveis de decisões subjetivas, mas os segundos não. Para o autor, o caráter narrativo da história não prova o

caráter compreensivo do método. O relato de uma série de eventos tem sempre caráter seletivo que não depende dos valores atribuídos pelo historiador, mas de fatores objetivos que dependem da análise causal dos eventos estudados por ele (idem, p. 192).

Morton White destacou que a exigência de seleção, denunciada pelos historicistas como fonte de subjetividade da história, é inerente a todo problema científico. Não pode haver história completa e integral do passado, o historiador precisa necessariamente selecionar certos aspectos do passado para pesquisa e estudo. Além disso, “o simples fato de que os historiadores têm pontos de vista distintos não é argumento contra a existência de padrões impessoais, e parece absurdo argüir suas limitações com padrões que procuram justificar essas limitações” (WHITE, 1949, p. 194). Do ponto de vista metodológico, a dependência de seleção ao contexto vital do historiador não atinge a adequação e verdade de sua pesquisa. O autor exemplifica:

> O fato de que os historiadores medievais tenham certos propósitos morais e teológicos de modo nenhum os livra de estarem sujeitos aos cânones de validade, de terem de evidenciar a verdade histórica em suas afirmações (idem, p. 200).

Os problemas do historiador são postos pelo presente, mas sua resposta depende de uma pesquisa objetiva sobre o passado. A seleção é um requisito que depende do primeiro aspecto, mas não afeta a possibilidade do segundo, que exige, aliás, um esforço de superação das limitações e preocupações com o presente. Os neopositivistas não negam o presentismo da pesquisa histórica, mas sustentam que ele não afeta a validade do conhecimento.

Ernest Nagel ampliou o entendimento do problema em *The Logic of Historical Analysis* (1952). O autor nota que devido à complexidade da pesquisa histórica, o investigador não apenas se furta de explicar as leis gerais de que se utiliza, como também deixa de justificar a imputação causal das condições necessárias que aponta para a explicação de dado fenômeno. Nesse caso, o peso causal

atribuído a cada uma delas pode depender dos seus valores pessoais. Porém, isso se deve mais às condições de pesquisa, que têm de lidar com uma multiplicidade infinita de aspectos, e assim não implica um ceticismo indiscriminado quanto à possibilidade de explicação objetiva e muito menos quanto à sua exatidão.

> Em resumo, embora o historiador utilize a seleção quando procede as suas investigações, e embora as tendências sociais e pessoais lhe atinjam muitas vezes os juízos e determinem as conclusões que ele aceita, nenhum destes fatos destrói a possibilidade de explicações fundamentadas para os eventos que ele estuda (NAGEL, 1952, p. 467).

Nos anos 60, a questão foi retomada, mas agora no contexto de fissão do neopositivismo. Para alguns críticos dessa corrente, a história é subjetiva porque a linguagem do historiador é carregada de juízos de valor. Os termos empregados por ele têm caráter não apenas descritivo, mas também valorativos, acentuados pelo fato da história estudar ações humanas (BERLIM, 1951). A réplica positivista assinala que, embora a linguagem do historiador contenha juízos de valor, ela pressupõe um conhecimento do seu objetivo. Além disso, não há necessidade lógica desses juízos na pesquisa, na medida em que podemos buscar termos mais neutros para descrever as ações humanas (MANDELBAUM apud HOOK, 1963).

Em contrapartida, críticos formados na tradição da análise da linguagem ordinária argumentaram que a própria defesa da objetividade da história carece de sentido, na medida em que os estudos históricos tanto podem sê-lo como não (BLAKE, 1952). Caso não fosse assim, eles não seriam motivo de discussão quanto a esse ponto. Portanto, a questão deve ser recolhida com base numa pesquisa dos elementos que tornam cada estudo historiográfico digno ou não do juízo “objetivo”. John Passmore rebateu a desqualificação metodológica da questão lembrando que ela não se aplica apenas à classe dos estudos históricos, mas à comparação desses com a classe das pesquisas científicas. Trata-se, portanto, de uma questão

epistemológica relevante, cuja resposta não veda à história o caráter científico e a objetividade de seu conhecimento (PASSMORE, 1964).

Finalmente, críticos de extração racionalista têm sustentado que não podemos encontrar coerência nos fenômenos históricos sem categorias teóricas supra-empíricas que lhes dão sentido. Adrian Kusminsk rebate essas observações salientando que podemos manter a distinção entre objeto e descrição desses objetos.

> Não importa o que possamos pensar de suas várias interpretações e explicações, a experiência existe para nós *não teoricamente*, em todo seu poder emotivo e inefável significado, como *descrição* e distorcer sua integridade como verdade sobre o mundo por intermédio de contextualização não é somente um engano; é uma profunda recusa da única espécie de verdade de que dispomos (KUSMINSK, 1979, p. 348).

Posto isto, podemos passar à discussão do problema lógico da explicação em história, cujo ponto de partida está no texto, agora clássico, de Carl Hempel, intitulado *"A função das leis gerais em História"*. O autor defende a tese da unidade de método da ciência e segue de perto o modelo de atividade científica elaborado por Popper, mas discorda desse ao sustentar que a história tem a mesma estrutura metodológica das ciências naturais. "As leis gerais têm, na história e nas ciências naturais, funções perfeitamente análogas" (HEMPEL, 1942, p. 422). Os fatos históricos estabelecidos pelo historiador podem ser explicados pelo método hipotético-dedutivo (Hempel-Popper). A compreensão não constitui um método, consiste no máximo no meio de formulação de hipóteses.

Qual é em resumo o modelo desse método? Considerando um dado fato, procedemos à sua explicação, quando determinadas suas condições necessárias e suficientes, podemos deduzir logicamente o fato. O acontecimento pode ser deduzido de duas premissas: 1. As condições iniciais: circunstâncias e fatos anteriores; 2. Uma hipótese universal que, comprovada pelos fatos, chamamos de lei geral. A explicação de um fato consiste em estabelecer a lei geral em que se

enquadra e as causas determinadas que fornecem suas condições necessárias (idem, p. 424-426).

Para Hempel, o método histórico obedece a este modelo de explicação, mas os historiadores geralmente não procedem a sua explicitação. Em primeiro lugar, porque, a maior parte das leis gerais utilizadas pela história é retirada da psicologia, pertencendo de certo modo ao senso comum; em segundo, porque estas leis são difíceis de formular de modo a se sujeitarem à comprovação empírica, principalmente se considerarmos o tipo de linguagem empregado pelo historiador (427). Assim, o estudo dos fenômenos históricos freqüentemente não oferece uma explicação conforme o modelo descrito acima, mas com o que o autor chama de um *esboço de explicação*.

> Consiste este esboço numa indicação mais ou menos vaga das leis e das condições iniciais consideradas relevantes, que precisa de um "enchimento" para se transformar numa explicação perfeita. Este enchimento exige novas pesquisas empíricas, cuja direção é sugerida pelo esboço (idem, p. 429).

O autor concorda que o propósito principal da história não é estabelecer leis gerais, mas lembra que ela não se furta à explicação dos eventos, mesmo quando se limita a registrar a gênese de um fenômeno. A seleção e encadeamento dos eventos dependem sempre de uma análise causal da origem desse fenômeno, que freqüentemente se encontra diluída na narrativa do historiador.

De resto, Hempel nota que a epistemologia é neutra com relação à possibilidade de descobrir leis especificamente históricas, embora reconheça que seu conceito é vago e que o conhecimento histórico geralmente tome as leis de que se utiliza das demais ciências (idem, p. 434-435).

Notemos que o descompasso entre este modelo e a prática dos historiadores provocou uma série de revisões na tendência positivista. Patrick Gardiner, por exemplo, chegou à conclusão de que a história não se utiliza de leis gerais, mas explicações disposicionais. Em *A natureza das explicações históricas* (1954), ele nota que os

procedimentos explicativos do historiador são válidos apenas para determinados fenômenos e não para outros. As leis aplicadas por ele não têm caráter universal, embora forneçam as condições suficientes para a eclosão de certos eventos; consistem em generalizações empíricas válidas para a explicação de certas classes de fenômenos. A razão para isso se encontra no tipo de linguagem empregada pelo historiador.

Michael Scriven relaxou ainda mais o modelo neopositivista afirmando que as explicações históricas não apenas não estão baseadas no emprego de leis gerais, como também admitem contra-exemplos. O historiador recorre, via de regra, a *truísmos*, generalizações que não são nem verdades universais, nem verdades estatísticas, aperfeiçoáveis mediante aplicação e descoberta de exceções que reformulam o seu conteúdo de seu juízo (SCRIVEN, 1959, p. 578).

Morton White segue a mesma linha de raciocínio em *Foundations of Historical Knowledge* (1966). O autor sustenta uma versão diluída do modelo nomológico contra o modelo de explicação racional defendido pelos antagonistas da corrente positivista. O método dos historiadores é basicamente o mesmo método empregado em explicações mediante leis gerais. A distinção reside no fato de que não se trata nela de enunciados universais, mas generalizações a respeito de certas regularidades empíricas, que são usadas como premissas gerais de um modelo dedutivo, embora não sejam explicitadas, devido ao caráter narrativo da linguagem empregada pelo historiador. Afinal, "a história é uma arte literária assim como uma disciplina, cujo objetivo é descobrir e ordenar a verdade". (idem, 1965, p. 221).

Para o autor, "a sentença de forma *'A' é causa necessária de 'C'*, é verdadeira se e somente se há um argumento explicativo contendo 'A' como premissa e 'C' como conclusão" (idem, 1965, p. 50). Em história, o cunho desse argumento pode ser definido em termos de regularidade existencial que se apresenta numa multiplicidade devido, em última instância, à forma narrativa de que se utiliza esse saber. Por outro lado, essas generalizações têm um caráter probabilístico, na medida em que o historiador constantemente

encontra fatos adicionais que sugerem alternativas de pesquisa. Nesse caso, é preciso calcular o peso das condições iniciais que tornam mais ou menos prováveis a ocorrência dos eventos em cada generalização para decidir qual delas merece o título de explicação do evento em questão.

De todo modo, a revisão dos postulados positivistas, verificada no quadro mais amplo de crise e questionamento dessa corrente no pensamento epistemológico contemporâneo, acabou resultando no próprio reajuste do modelo nomológico. Para os próprios autores dessa tendência, foi-se tornando claro a exigência de ampliar o quadro de compreensão do método histórico. O historiador emprega meios de explicação e compreensão que não se encaixam nos cânones propostos pelo positivismo.

Charles Frankel é o principal exemplo. Em Explicação e interpretação na história (1957) o autor nota que a preocupação da história reside na procura das condições necessárias dos fenômenos. A explicação mediante o modelo nomológico complementa-se necessariamente, quando não se resume no procedimento de interpretação do peso causal dessas condições na ocorrência dos fenômenos em estudo.

Trata-se do mesmo problema diagnosticado por Nagel. A validação das imputações causais em história é extremamente problemática. Os historiadores freqüentemente citam as principais causas de um acontecimento. A questão é o cálculo de relevância da causa assinalada em comparação com as demais possíveis, como podemos evitar a arbitrariedade em sua escolha, como podemos encontrar comprovação suficiente para assegurar qual é a explicação mais completa (NAGEL, 1962).

Frankel e Nagel conservam o modelo nomológico formulado por Hempel, na medida em que salientam a possibilidade de uso das leis gerais em história. Contudo, sua reflexão evidencia o abandono gradual do modelo construído pelos logicistas e a fissão verificada no próprio neopositivismo, sugerida nos texto de seus próprios seguidores.

Robert Atkinson, em livro especialmente dedicado à matéria, chega a dizer, por exemplo, que há uma “impossibilidade de lançar conclusões a respeito do tipo de explicação característica aplicada pela história”, embora, acrescente em seguida, “a explicação nomológica indubitavelmente ocorra em história, e as leis e generalizações sejam apeladas ou pressupostas na construção de narrativas, a fim de relacioná-las com a evidência” (ATKINSON, 1978, p. 101-102).

3.2 A corrente materialista

Dos escritos do velho Marx, originou-se uma problematização científica e positivista da história que se encontra na raiz da corrente materialista que se desenvolveu no século XX.. Como tal, ela pode ser definida pela combinação em graus diversos de elementos historicistas e positivistas numa concepção de ciência histórica análoga nos princípios, mas distinta no acento ao historicismo reformado originado em Max Weber. Para o marxismo, a ênfase reside no aspecto explicativo da história, entendido em alguns casos de modo nomológico-causal e noutros de modo sistêmico-estrutural. O preço pago foi a elaboração de uma compreensão metodológica do conhecimento histórico, responsável pela crescente neutralização de sua dimensão filosófica, e o reforço do componente positivista do legado de Marx.

O tratamento das questões historiográficas por esta corrente permaneceu diluída em exposições puramente filosóficas ou em estado prático nos manuais de materialismo histórico durante várias décadas, desvinculando-se delas para constituir uma problemática própria e sistematizar suas concepções somente nos anos 60. As principais contribuições ao seu desenvolvimento têm sido dadas por autores soviéticos e poloneses. Althusser e seu grupo, negando completamente o componente historicista do pensamento marxista, não podem ser situados neste paradigma.

Jerzy Topolski nos fornece um tratamento exemplar desta perspectiva em sua *Metodologia da história* (1973). Para o autor, a

compreensão do saber histórico tem caráter essencialmente metodológico, baseando-se em duas premissas:

> 1. A tarefa fundamental da pesquisa histórica é explicar: isto é descrever os meios e as causas – o desenvolvimento dos sistemas (sociais);
> 2. É impossível separar a observação da teoria no trabalho de pesquisa histórica efetivo sobre o desenvolvimento de sistemas (sociais) (TOPOLSKI, 1973, p. 15).

A abordagem do assunto proposta pelo autor está esquematizada em três planos: os planos da matéria, da pesquisa, e da exposição do conhecimento histórico.

O tratamento do primeiro corresponde ao esclarecimento conceitual dos fatos e processos históricos. Topolski acompanha as conclusões sobre o assunto formuladas por Schaff. Os fatos históricos são construídos pelo sistema teórico do historiador, mas não carecem de realidade concreta por isso, seu conhecimento sempre contém parcelas de verdade. Para o autor, entretanto, os fatos não esgotam o conteúdo do conhecimento histórico; pelo contrário, fazem parte do processo histórico geral, que constitui a verdadeira matéria da história. “O processo histórico é a matéria do conhecimento histórico, que tem como objetivo a sua reconstrução.” (idem, p. 235). O campo dos estudos históricos não constitui a soma de todos os fenômenos humanos, mas seu macrosistema, composto por uma série infinita de subsistemas, “que se transformam sem cessar e se desenvolvem em toda a sua complexidade e inumerabilidade de relações mútuas” (idem, p. 184).

O conceito-chave, sempre especificado por uma teoria, é o conceito de sistema, na medida em que permite combinar o estudo estático com o estudo dinâmico dos fatos históricos, pesquisar seu lugar e desenvolvimento dentro de um conjunto de relações determinado. O autor assume o princípio da causalidade deste conjunto para afirmar a regularidade e a possibilidade de explicação dos fatos; dentro dele não existem fenômenos não condicionados, que se furtem a sua causalidade (idem, p. 190). Conforme nota Topolski, o

acaso é somente o resultado de fatores perturbadores sobre a ação de determinados subsistemas dentro do movimento histórico.

> As decisões humanas são regulares e estão baseadas no acaso: são regulares porque estão relacionadas com uma rede de condicionamentos e estão baseadas no acaso porque podem variar de indivíduo para indivíduo. (idem, p. 202).

Portanto, o processo histórico é determinado, conforme certas relações especificadas por uma teoria, que não exclui a consideração das ações humanas para a compreensão de seu desenvolvimento.

> A postura do determinismo dialético é a afirmação de que o curso dos acontecimentos está regido por regularidades, combinada com o causalismo que aceita o papel ativo das ações humanas na história (idem, p. 216).

No plano pragmático, Topolski salienta o papel da teoria na especificação do conceito de sistema empregado pelo historiador, chamando atenção para seu caráter especulativo. Para o autor, as teorias constituem hipóteses sobre o comportamento da realidade nas suas várias dimensões, cuja particularidade reside no seu aspecto sistemático. As hipóteses empregadas pelo historiador em suas pesquisas concretas promanam de teorias, podendo as mesmas terem um cunho fatográfico, classificatória ou explicativo relativamente aos fenômenos que colocam em questão. As teorias, por sua vez, podem ter cunho fatográfico, genético ou causal, constituindo sistemas dedutivos ou séries coerentes de teoremas, que carregam consigo pretensões legislativas sobre um ou vários planos da realidade.

> Portanto, as teorias têm um caráter variado: vão desde séries de afirmações históricas até conjuntos de afirmações históricas combinadas com outras estritamente gerais, sem que, no entanto, convertam-se apenas em séries de afirmações estritamente gerais (idem, p. 289).

Em contraponto, o caráter empírico do conhecimento produzido pelo historiador provém essencialmente de suas fontes. A teoria constitui o principal elemento do conhecimento prévio com que ele formula seus problemas, sugere respostas e enceta sua pesquisa, mas não sustenta sozinha o saber histórico. O estudo das fontes é um componente fundamental da prática do historiador, na medida em que somente Le serve para responder às perguntas factuais que concedem à história a condição de ciência empírica (idem, p. 308).

As teorias têm, portanto, uma função principalmente explicativa na história, que trabalha com vários tipos de explicação. Topolski enumera cinco:

1. explicação descritiva
2. explicação genética
3. explicação estrutural
4. explicação conceitual
5. explicação causal

Para o autor, somente a explicação causal consiste numa verdadeira explicação; as demais não respondem à pergunta por quê? Conforme seu entendimento:

> apenas a explicação causal pode ser considerada explicação, no sentido rigoroso do termo. A proposta de explicação causal é o procedimento fundamental que adota o historiador, passando da simples descrição dos fatos, ligando sua pesquisa com o estudo das leis científicas e teóricas (idem, p. 415).

As explicações causais admitem várias formas, sendo de cunho nomológico, quando recorrem a leis que definem a condição suficiente para verificação de um fenômeno, ou de cunho possibilista, quando recorrem ao estabelecimento das condições necessárias para sua ocorrência. Topolski manifesta simpatias pelo modelo nomológico elaborado no seio do neopositivismo, mas salienta que sua adoção na prática dos estudos históricos é uma questão normativa, concluindo de acordo com os autores “que assinalam o fato de que os historiadores

fazem um uso ‘descuidado’ das leis a que se referem, o que, no entanto, não descreve como tal toda a investigação histórica, mas,no máximo, lança luz sobre seu estado atual, no que respeita a certas tarefas da pesquisa.” (idem, p. 233).

Por outro lado, as chamadas explicações racionais, ou teleológicas consistem em explicações causais que recorrem à reconstrução das ações humanas mediante teorias relativas ao comportamento racional do homem, dentro de determinada época. A chamada compreensão tem uma função apenas heurística no curso da pesquisa, não consiste num procedimento válido de conhecimento. Para Topolski, esse expediente tem um caráter empatético e intuitivo, completamente desqualificado para o trabalho de explicação e comprovação efetuado pelo historiador. A compreensão é um falso sucedâneo da pesquisa psicológica, que deve substituí-la quando houver sua plena integração à história (idem, p. 416-419).

De qualquer modo, a explicação leva à síntese, cujo propósito é a composição da matéria estudada num texto. A principal preocupação é responder corretamente as perguntas formuladas no começo da pesquisa. Segundo o autor, em resumo:

> uma construção sintética é um modo de formular uma resposta à pergunta básica da investigação, uma resposta na qual se usam os critérios cronológico, territorial e objetivo, mas de modo dependente de uma visão concreta do passado, que, como sabemos, é o componente mais importante do conhecimento não baseado em fontes de um historiador (idem, p. 454).

A síntese coloca assim o problema do enfoque da matéria, envolvendo também a questão de sua periodização, cujo conceito constitui variável da teoria empregada pelo historiador. As possibilidades nesse sentido são basicamente três. A síntese pode ser estrutural, quando compõe sua matéria de modo lógico-sistemático; genética, quando a compõe na sua sucessão cronológica; e dialética, quando procede à combinação entre as duas anteriores, “mostra as seqüências genéticas sem romper as estruturas” (idem, p. 456).

Finalmente, chega-se ao plano da exposição. Para Topolski, seu componente básico é a narração, na medida em que esta ainda é o melhor expediente disponível para o registro da matéria historiográfica no seu eixo de referência: o tempo. No entanto, ele salienta que os artifícios narrativos não substituem os procedimentos teóricos no saber histórico. Pelo contrário, nota que esses artifícios estão carregados de conceitos teóricos e termos classificadores, tomados de empréstimo às ciências vizinhas ou construídos pelo próprio historiado. A história não está condenada a relatar sua matéria sob o arbítrio da imaginação (que não pode, de certo, ser totalmente eliminada dela), na medida em que a sistematização desses conceitos contribui para aumentar a precisão de sua narração (idem, p. 477).

As narrações, mesmo controlando os conceitos com que trabalha, são a principal fonte dos juízos de valor e avaliações feitas pelo historiador. A história não está livre de julgamentos de valor, que atravessam todos os planos da pesquisa e se manifestam, seja de maneira explícita ou não, na linguagem em que ela toma forma. Portanto, as avaliações, na medida em que são controladas e não entram em contradição com a procura da verdade, são um componente categorial da história (idem, p. 504-505).

Para Topolski, em suma, o conhecimento histórico, baseado no emprego de teorias sociais, tem um cunho científico comum ao conhecimento das demais ciências, considerando-se, contudo, que nele o conceito comum de sistema se aplica ao estudo das ações humanas no tempo.

Na União Soviética, vários autores desenvolveram essa mesma linha de compreensão do conhecimento histórico, lastreada numa visão metodológica de ciência, convindo chamar atenção para sua ênfase no componente positivista do marxismo. Dobrianov, por exemplo, postula a relação dialética entre teoria e história, na medida em que esta última não se limita a descrever as manifestações das leis dos processos históricos, descobertas pelas demais ciências, notadamente a sociologia. De certo, a história preocupa-se basicamente com os fenômenos que manifestam certas leis e suas contingências perturbadoras, sendo forçada por isso a recorrer a

teorias, mas também procede a generalizações e estabelece tendências do movimento histórico (DOBRIANOV, 1968, p. 64).

Para o autor, a ciência repousa, sem exceção, na tensão dialética entre a história e a teoria de seu objeto; tensão essa que pode ser orientada em um ou outro sentido, mas não pode ser abolida. A metodologia geral compõem-se de procedimentos lógicos e históricos, capazes de formarem um unidade. O método histórico recorre à hipóteses teóricas e expedientes lógicos; o método lógico recorre à sua própria história no curso do estudo de sua matéria (idem, p. 68).

O conhecimento histórico visa principalmente a compreensão das manifestações concretas que as leis empíricas descobertas pelas demais ciências, notadamente a sociologia, produzem no curso da via humana. Nesse sentido, aliás, é forçada a recorrer à teoria, para poder caracterizar a classe desses fenômenos. Porém, não se limita a esse papel, pois nesse estudo é capaz de fazer generalizações a respeito de certas regularidades empíricas e estabelecer suas tendências de movimento (idem, p. 64).

Ergueni Zhukov precisa essa fórmula de compromisso entre lógico e histórico em sua *Metodologia da história* (1980). Para o autor, a tese exige matiz, sob pena de anular a validade científica e autonomia da história. Os fatores lógico e histórico coincidem, mas só no plano da história universal.

> Havendo coincidência completa entre o lógico (isto é, a regularidade geral do desenvolvimento) e o histórico (isto é, a manifestação empírica dessa regularidade em toda a complexidade de modificações particulares), não haveria existido a matéria especial da história, e então coincidiriam sociologia e história (ZHUKOV, 1980, p. 21).

A historiografia não visa o singular, mas as circunstâncias particulares em que operam as regularidades nomológicas, pressupondo conhecimento teórico. A preocupação que lhe ocupa reside nas suas variações empíricas, causas particulares, acidentes localizados, etc. A história tem o mesmo objeto da sociologia, a diversidade reside no enfoque, não obstante complementar, pois assim

como a história pressupõe o lógico, o lógico tem uma dimensão histórica.

> O descobrimento de regularidades históricas jamais exime o investigador da análise concreta da situação concreta. A própria realização da regularidade histórica conhecida pode ser desigual em condições diversas. A vigência da lei pode ser debilitada ou acentuada pelas circunstâncias. A combinação de certos fatores comuns em condições distintas traz resultados totalmente diferentes. Daí deriva a necessidade de se utilizar vários métodos e enfoques na investigação (idem, p. 34).

A historiografia estuda a ação das leis sociológicas em condições concretas de espaço e tempo, visando analisar não só seu fluxo e efeito no processo histórico, como também a relação de suas regularidades próprias com as leis sociológicas, no quadro de uma interação dialética. A ação de leis sociológicas em condições concretas gera as chamadas regularidades históricas, cuja especificação é de responsabilidade do historiador. As leis sociológicas estão vinculadas dialeticamente às leis históricas, resultando a síntese em contratendências particulares que freiam, modificam ou acentuam a ação das leis gerais. A história é uma ciência generalizante no sentido em que apreende esta síntese (idem, p. 70-75).

As leis históricas resultam da ação de leis sociológicas, de cunho geral, em condições concretas, sendo passíveis de apreensão indutivamente, através de generalização teórica.

> A história como ciência tem a possibilidade de transcender o marco rigorosamente delimitado que a separou da vida real e colocar seu sítio no círculo das disciplinas chamadas a ajudar no dinamismo social e propiciar a compreensão das tarefas não só do presente, mas também do futuro (idem, p. 85).

Portanto, a história tem autonomia científica, recorre a conceitos teóricos para explicar e interpretar seus fatos, mas não desconhece essa dimensão factual. “O trabalho do historiador é uma

síntese dos enfoques empírico e teórico de sua matéria de pesquisa.” (ZHUKOV, p. 190).

No Ocidente, as reflexões sobre a problemática epistemológica da história, pobres em quantidade, seguiram esta perspectiva geral, embora bastante afetada pelo estruturalismo. Cesare Luporini, por exemplo, proclamou a prioridade lógica do enfoque sistemático sobre o enfoque historiográfico no conhecimento histórico. A história combina esses dois enfoques, mas o segundo deve ser subordinado ao primeiro, sob pena de perder a condição de ciência.

> Não há a alternativa hipotetizada por Engels entre *modo histórico* e *modo lógico*: aqui ao modo lógico (isto é, sistemático) não se apresenta nenhuma alternativa. É evidente, pelo contrário, que só a elaboração sistemática pode tornar inteligíveis os fatos da história (LUPORINI, 1966, p. 30).

A história constitui uma ciência na medida em que os aspectos genéticos revelados no estudo de sua matéria são entendidos como conjunto limitado de variáveis de sua teoria. A possibilidade dos primeiros reside no trabalho com o segundo, porém, somente do ponto de vista gnosiológico.

Para encerrar este tópico, convém fazer as seguintes considerações a respeito da corrente marxista. Os paradigmas epistemológicos têm um caráter simultaneamente teórico e normativo, não só procedem a reconstrução do saber, do qual não podem ser desvinculados, mas também apresentam-se como modelos de sua prática. O materialismo dialético, não bastasse não ser exceção, constitui um paradigma de configuração epistemológica complexa, baseado na combinação de procedimentos diversos, retirados de paradigmas concorrentes, cuja dosagem varia de autor para autor. A conjunção do enfoque sistemático, compreendido em termos nomológicos ou estruturais, como enfoque genético, sob dominância do primeiro, tem um cunho profundamente problemático dentro dele.

Destarte, não surpreende que suas fórmulas tendam a se situar em paradigmas vizinhos, notadamente no paradigma neopositivista, bastando lembrar a filiação marxista dos principais representantes da

tendência estruturalista para ressaltar o caso. Porém, não deveria estarrecer também que essas mesmas formulações, embora haja exceções, não se manifestem na maior parte da historiografia marxista, na medida em que sua fundamentação deve ser buscada no paradigma dialético elaborado não nos escritos tardios, mas nos chamados textos de ruptura de Marx (Cf. capítulo II, p. 51-62), quando não se vinculam ao herdeiro desse, o paradigma crítico (Cf. capítulo V).

Os paradigmas epistemológicos, o marxismo não sendo exceção, não coincidem necessariamente com a prática das ciências, ainda que lhes forneçam o quadro de sua autocompreensão.

3.3 A corrente estruturalista

A tendência estruturalista desenvolveu-se, com efeito, à sombra da progressiva descaracterização do modelo nomológico, resultante de suas sucessivas revisões e seu flagrante descompasso com a história dos historiadores. Nesse sentido, o estruturalismo constitui-se em sua alternativa, baseada na substituição do método de explicação nomológico, retirado das ciências naturais, pelo método da análise estrutural, formulado pela lingüística saussuriana, como fundamento epistemológico das ciências humanas.

Para os estruturalistas, a historiografia tradicional não tem autonomia teórica, carece de método e objeto próprio, não pode reivindicar a condição de ciência. O saber histórico é uma forma de ideologia, que precisa passar por uma severa crítica e reformulação de conceitos, principalmente no sentido de superar seu cunho narrativo e dotar-se do método estrutural desenvolvido nas ciências humanas. A história não tem autonomia, seu fundamento reside fora dela, nos modelos teóricos das ciências humanas, aos quais se reduz e não passa do enfoque retrospectivo.

Nesse sentido, seu esclarecimento passa necessariamente pelo enquadramento lógico-sistemático de sua matéria, no qual a principal categoria é a categoria de estrutura ou sistema. A matéria precisa ser estudada em termos estruturais e não mais em cima das ações dotadas

de significação, cuja análise e reconstrução não envolvem mais a compreensão do sentido dos fenômenos, mas a elaboração de seus dados e relações num modelo ou teoria. A história não explica, mas ao contrário se explica; em última instância a história precisa renunciar ao historicismo.

Aparentemente, Levy-Strauss foi o primeiro a colocar essas questões, pelo menos nesses termos, durante sua polêmica com Sartre, no começo dos anos 60. Em *Crítica da razão dialética* (1960), Sartre havia tentado recuperar o componente histórico-hermenêutico como base para a fundamentação do marxismo. Levy-Strauss assumiu a contestação dessa empresa, aproveitando a ocasião para reduzir as pretensões do historiador. A principal tese que mobiliza o autor em seu escritos é a da liquidação das ilusões da subjetividade. Para o autor, a história como todo conhecimento utiliza-se de um código para estudar seu objeto. Este código, no seu caso, é a cronologia (LEVY-STRAUSS, 1962, p. 40).

A história reivindica para si a consideração do tempo, mas esse só se viabiliza por intermédio da cronologia. A cronologia é o elemento que confere especificidade à história. Todos os demais componentes que ela contém são tomados de empréstimo de outros campos de conhecimento, o que significa dizer que ela não tem objeto próprio, se reduz a um código.

> A história é um conjunto descontínuo formado de domínios de história, cada um dos quais é definido por uma freqüência própria e por uma codificação diferencial do antes e depois. Não é possível a passagem entre as datas que compõem uns e outros, tal como não o é entre números naturais e números irracionais. Mais exatamente, as datas de classe são irracionais em relação a todas as das outras classes (idem, p. 41).

Nesse sentido, o estruturalismo não suprime a história propõe uma revisão no seu método de estudo; nega os pressupostos historicistas que embasam a prática do historiador. Para Ley-Strauss, a história é um método sem objeto definido; sem conceitos capazes de especificá-lo, reduz-se à ciência auxiliar que prepara o processo de

análise sociológica dos fatos humanos, na medida em que procede ao inventário dos elementos que compõem um sistema social (idem, p. 44). A primeira consideração é essa; o passo seguinte é estabelecer os termos em que essa análise tem de dar conta da historicidade do seu objeto e considerar a perspectiva da história.

A solução é o embasamento do enfoque histórico no modo lógico, a análise sistemática da realidade histórica, cujos modelos e metodologia são fornecidos pelas ciências humanas ou elaborados pelo próprio pesquisador, supondo a descontinuidade estrutural do movimento histórico, como se pode constatar no tratado teórico *A arqueologia do saber* (1969), de Michel Foucault.

Para o autor, a história deve descartar o ponto de vista do sujeito, na medida em que o mesmo não passa de uma função das diversas práticas sociais. A pesquisa positiva restringe-se à descrição das regras que sistematicamente presidem a sua articulação, independentemente do sujeito. O enfoque não é exatamente estrutural ou sistêmico: o campo histórico é atravessado por uma multiplicidade de práticas, resultando os fenômenos de seu encontro, cuja reconstrução delimita a problemática do historiador (FOUCAULT, 1969).

Não obstante, coube ao marxismo explicitar o conteúdo epistemológico do estruturalismo, numa empresa cujo destino se ligou ao nome de Louis Althusser. Althusser tomou os postulados estruturalistas para validar o materialismo histórico, dando-lhes uma versão marxista. Para o autor, o marxismo contém uma ciência há história, mas não é de modo nenhum um historicismo (idem, p. 130). A prática científica separa-se da práxis social por um corte epistemológico que lhe abre uma problemática teórica autônoma com relação àquele campo. O pecado do historicismo é assimilação da ciência da história à própria história, cujo resultado é a redução do saber histórico à história real, a caída no empirismo. O conceito de matéria da história perde o caráter teórico e se confunde com a matéria empírica envolvida pelo tempo homogêneo e contínuo, medido pela cronologia, do senso comum (idem, p. 116).

> A história toma então a metodologia pela teoria que lhe falta, toma o “concreto” das evidências concretas do tempo ideológico pelo objeto teórico. Esta dupla confusão é típica de uma ideologia empirista. À história falta afrontar, consciente e valentemente um problema essencial para toda a ciência, qualquer que seja: o problema da natureza e da constituição de sua teoria; entendo por isso a teoria interior à ciência mesma, o sistema de conceitos teóricos que fundamenta todo método e toda prática, inclusive experimental, e que, ao mesmo tempo, define seu objeto teórico (idem, p. 120).

Para o filósofo, o conceito de história precisa ser construído, não se confundindo com o conceito empírico ou vivido de tempo. A prática teórica do materialismo histórico é a responsável pela ruptura que tornou possível essa elaboração e seu estudo, conforme um método estrutural que, se bem não resolveu o problema teórico da transição entre os modos de produção, pelo menos equacionou a questão da estrutura histórica da realidade, apontando para a supressão “dos sonhos e ritos religiosos de ressurreição dos mortos e de comunhão dos santos que os historiadores ainda celebram nas praças públicas de nosso século, em vez de fazê-lo nas catacumbas” (idem, p. 121).

Conforme nota Balibar, a historiografia não é senão uma versão empíricista da filosofia da história, cujo caráter metafísico não merece maior consideração. Nela os fenômenos históricos são apresentados como fluxo de eventos que escoam de modo linear através do tempo, dando lugar a uma forma de exposição baseada no relato genético ou teleológico, que seja num caso, seja no outro, revela o profundo parentesco há história com a ficção literária. No fundo, a historiografia consiste na explicação pela sucessão e sentido.

> A história, tanto empírica como filosófica, se definiu na realidade como *história da história*, ou como *relato da história*, e as questões de método e fundamento que ela se coloca são as da *verdade de um relato*, isto é, da veracidade, questão que é, no fundo, de caráter estético, jurídico e religioso (BALIBAR, 1969, p. 85).

Para Althusser e sua escola, esse caráter ideológico da história só poderá ser superado na medida em que os historiadores abandonarem os métodos de estudos baseados na compreensão da subjetividade imediata da práxis vital.

Para eles, o conhecimento histórico não pode ser histórico para ser científico: ele precisa romper com a historização primária que situa a ciência da história no mesmo tempo da história, pois esse é o único caminho dele se subtrair aos seus efeitos e constituir sua própria problemática.

Para o estruturalismo, há, portanto, uma cisão epistemológica entre método lógico e método histórico, o segundo não apenas se submete ao segundo como é forçado a abolir seus pressupostos. O conhecimento histórico precisa ser elaborado com base num conceito lógico de história, cuja construção é obra de uma razão teórica emancipada da história.

Gerard Mairet consumou esse enfoque. Em *Le Discours et Le Historique* (1974), ele se propõe a desmistificar a noção político-filosófica da história da em nome da razão científica.

> A história não se libertou de sua origem filosófica. As categorias do discursos histórico têm sido elaboradas fora da prática historiadora. Causalidade, evento, tempo são noções elaboradas sobretudo pela metafísica e a filosofia política (idem, p. 22).

O primeiro passo da crítica aos supostos historicistas da história é a análise das categorias do discurso histórico. Os acontecimentos históricos são radicalmente heterogêneos com relação aos outros, sua ligação numa série é feita na base do suporte *tempo*, pautado pela cronologia. Na verdade, a série dos acontecimentos é construída pelo discurso, a continuidade do processo heterogêneo é assegurada pela homogeneidade do discurso. O tempo histórico é constituído pelo discurso. As relações de causa e efeito entre os acontecimentos não são de ordem lógica; variando de caso para caso, elas não são conexões mecânicas externas, estabelecidas por leis gerais, mas relações comuns no tempo. A retroação em história, a explicação da relação A-B de modo B-A, explicação das causas pelos efeitos, não é

nomológica e, portanto, obedece à razão política do historiador, que se situa no final do tempo.

> A idéia de um sentido há história não deve ser buscada originalmente na vontade subjetiva de tal partido que na história vivida teria interesse em apresentar seu mundo como o melhor dos mundos possíveis. Ao contrário, a noção de um sentido de história é apresentada de maneira objetiva, vale dizer, na estrutura mesma do campo factual considerado como série temporal (idem, p. 50).

Para Mairet, a filosofia é o verdadeiro inconsciente da história. A história é uma fenomenologia total da experiência humana, pois escrever a história é sempre escrever o tempo em que passa a vida (idem, p. 154).

> O realismo do tempo é para a história dos historiadores sua condição de possibilidade. A história faz do tempo uma coisa, uma realidade concreta, quase palpável, que o discurso expõe de duas maneiras: ou bem o tempo histórico é contínuo ou bem é descontínuo (idem, p. 172).

A historiografia reproduz linearmente o suposto movimento real dos acontecimentos, faz uma representação imediata do processo, na qual análise e síntese não se distinguem, mas ao contrário se confundem no conceito de tempo.

> O tempo é, por assim dizer, o significante da história. É assim porque a idéia de história se realiza na história concreta, no devir real dos homens. De modo que o historiador de fato se ocupa diretamente dos conteúdos, que nós nomeamos práticas, mostrando-os como manifestantes da história, vale dizer do tempo (idem, p. 209).

Mariet segue de perto as análises de Ricouer, porém para criticá-las em nome da ciência. Para ele, o conhecimento histórico deve promover uma ruptura com a idéia de história, sob patrocínio do

materialismo histórico, na qual não haja mais história e sim apenas práticas históricas, cujo conceito será construído fora da história, na prática científica. Em última instância, a história é um mito dos historiadores. O estruturalismo acaba com a própria noção de história.

4. Os projetos de esclarecimento

O pensamento contemporâneo é escandido por duas correntes principais. A corrente neopositivista, calcada numa reflexão relativamente neutra no tocante aos conceitos teóricos, renova o projeto de redução da ciência aos termos de sua estrutura lógica e relação com a realidade empírica. A corrente hermenêutica, em contraponto, constitui um prolongamento, vazado pela fenomenologia, do velho historicismo, e se caracteriza pelo esforço em manter a vinculação das ciências com o mundo da vida. Ambas formam problemáticas filosóficas autônomas, mas vêm pautando a maior parte da reflexão sobre o conhecimento histórico ao longo das últimas décadas.

A hermenêutica tem assumido o papel de epistemologia das ciências humanas, principalmente da história, com o fracasso do historicismo em constituir uma alternativa à filosofia da história e a falta de adequação dessas ciências ao modelo de conhecimento elaborado pelo positivismo. Para ela, as ciências humanas nascem do solo da existência cotidiana, sua modelagem metodológica não escapa aos constrangimentos impostos por essa situação e, portanto, não podem submeter seus objetos de estudo a um tratamento naturalista. Trata-se de um problema relativo à sua estrutura de constituição, que secundariamente se traduz num problema de método e campo de estudos.

A corrente analítica, embora derive dele, constitui certamente uma forma de reação aos componentes doutrinários preservados pelo neopositivismo. Para ela, a reflexão sobre o saber histórico deve se restringir ao exame de suas características concretas, com privilégio para a análise de sua linguagem. O esclarecimento do ponto, baseado numa postura neutra em princípio com relação a sua origem e sentido, é capaz de determinar os limites internos e a estrutura essencial da historiografia. Contudo, cumpre notar que esta corrente vem assimilando diversas contribuições em seu curso, cujo principal resultado é a tendência a assumir também um caráter doutrinário.

4.1 A contribuição da hermenêutica

O paradigma hermenêutico caracteriza-se por repor à história a pergunta pelo seu fundamento, pelas condições de possibilidade do próprio objeto da história. A historiografia não pode ser dissociada de uma estrutura de pré-compreensão de seu campo de estudos, que, ao mesmo tempo, permite sua configuração como saber, mas veda-lhe o entendimento objetivista do conhecimento, em virtude de sua natureza ontológica. A compreensão dos fenômenos históricos, qualquer que seja seu tipo, não é primariamente uma questão de método, mas fundamentalmente o modo de ser da existência humana.

Heidegger assinala essa passagem da hermenêutica do plano do método das ciências humanas para o plano ontológico de homem. Dilthey havia colocado a questão em seus escritos tardios, posteriormente retomados por Husserl. Para este filósofo, o conhecimento histórico tem um fundamento transcendental. A subjetividade onde o conhecimento assume o caráter evidente se define por uma historicidade, está vinculada a uma tradição da qual nós, e por extensão o historiador, não só fazemos parte como somos o elemento essencial. A continuidade da tradição e a transmissão do sentido através dela no plano da subjetividade transcendental nos permite entender a possibilidade de compreender o passado. A história está baseada na historicidade do sentido e sua compreensão no mundo da vida. A subjetividade transcendental, atravessada pelo mundo da vida, do qual se origina, é em si mesma história. O tempo não se escoa nela, pelo contrário, é a consciência que constitui o tempo no fluxo do vivido. O passado não é dado ao sujeito, mas tornado possível por uma consciência que originalmente é temporal.

Heidegger procede de modo a dar a essa estrutura um caráter ontológico. A retomada da fenomenologia husseliana pelo autor, instando-a em bases hermenêuticas, desenvolve-se no quadro de uma pesquisa de cunho não mais transcendental, mas ontológico sobre o sentido do ser. Por isso, convém salientar que a questão do

conhecimento histórico integra-se numa reflexão filosófica mais ampla no contexto deste paradigma. A questão do saber histórico se coloca nele, pelo menos nesse momento inaugural, apenas para permitir o exame com mais claridade da historicidade do “Dasein” (ser no mundo) e seus horizontes na temporalidade. Em *Ser e tempo* (1927), o filósofo observa que

> A historiografia só é possível como forma de ser do “dasein”, que se coloca questões porque está determinado do fundo do seu ser pela historicidade (idem, 1927, p. 20).

A reconstituição da problemática heideggeriana foge bastante ao escopo deste texto. Não obstante, para situar a exposição das raízes ontológicas da historiografia feita pelo autor, é preciso fazer uma rápida referência à sua análise da estrutura do *Dasein*. Para Heidegger, a historicidade tem um caráter ontológico, na medida em que o modo de ser do ser no mundo á a compreensão, no seio da qual se coloca e tenta responder a pergunta pelo seu ser.

> A análise da historicidade do “Dasein” trata de mostrar que este ente não é “temporal” por estar dentro da história, mas sim que, ao contrário, só existe e pode existir historicamente por ser temporal no fundo do seu ser (idem, p. 407).

O *Dasein* assume a preocupação com a história apenas porque é temporal, e não porque há história, como sugeria o historicismo. O caráter histórico das coisas não provém de si mesmas ou de seu ordenamento na escola do tempo, mas do fato de terem pertencido a um momento da trajetória do *Dasein*, terem feito parte de uma humanidade comum, relegada ao passado, dentro de um mesmo tempo (idem, 410-412). A capacidade de fazer julgamentos históricos encontra-se na historicidade do ser-aí, porque é em função desta historicidade imanente que as coisas revelam sua pertença ao passado. A temporalidade é a ele imanente, visto que seu modo de ser como compreensão é o que permite que ele se projete não apenas sobre suas

possibilidades de ser no futuro, mas também sobre as possibilidades que vivenciou no passado.

> O desenvolvimento da pergunta que interroga o ser tem, pois, que partir do sentido mais peculiar do próprio perguntar, que é ser um perguntar histórico, o de perguntar por sua peculiar história, isto é, o de se tornar historiográfica, para colocar-se, mediante a apropriação positiva do passado, em plena possessão das suas possibilidades mais peculiares de ser a pergunta que interroga pelo sentido do ser (idem, p. 31).

Na verdade, trata-se aqui de um entendimento ontológico do círculo da compreensão, que expõe o modo como a historiografia tem origem na historicidade do ser-aí. A história se gesta no próprio gestar-se do ser-aí, deriva da historicidade constituída pelo avanço do ser no horizonte imanente do tempo. A autocompreensão é um dos componentes essenciais do gestar do ser-aí, é o que abre a possibilidade existencial dele apreender seu passado e, sucessivamente, construir o mundo histórico nas ciências humanas.

> A abertura historiográfica para a história é em si mesma, leva-se a cabo factualmente ou não, por sua própria estrutura ontológica, enraizada na historicidade do Dasein (idem, p. 423).

A consciência histórica precisa reconhecer a mobilidade histórica não apenas da vida, mas de sua própria compreensão, que não corresponde à ação de certo tipo da subjetividade, mas ao próprio movimento da tradição da qual faz parte.

A historiografia está enraizada na própria estrutura ontológica do ser que é tempo, tem seu núcleo na situação hermenêutica que se abre com a resolução tomada pelo ser-aí, ciente de sua finalidade, de buscar seu passado para se dar um futuro.

> Assim, em história (...), o que é filosoficamente primeiro não é nem a teoria da formação de conceitos em matéria histórica, nem a teoria do conhecimento histórico, nem mesmo a teoria

> da história como objeto de ciência histórica, mas a interpretação do ente propriamente histórico relativamente à sua historicidade (idem, p. 20).

Portanto, a historiografia, qualquer que seja sua matéria, é constituída pela totalização do movimento do *Dasein* no seu próprio tempo, consiste na compreensão metódica do sentido carregado pela tradição, que coincide com esse mesmo movimento. O conhecimento histórico efetiva-se, somando-se ao seu conteúdo, no seio da tradição que carrega o sentido sedimentado da trajetória do *Dasein*.

> A exposição concreta da originação histórico-existencial da historiografia se leva a cabo com a análise da tematização que constitui essa ciência. A tematização historiográfica tem seu núcleo no desenvolvimento da situação hermenêutica que se abre com a resolução do *Dasein*, historicamente existente, de abrir, reiterando, seu sido no mundo. Partindo do "estado aberto" ("verdade") próprio da existência histórica é que é preciso expor a possibilidade e a estrutura da verdade historiográfica (idem, p. 428).

A ressonância dessas teses na reflexão sobre o conhecimento histórico afetou bastante, embora de modo variado, o pensamento epistemológico francês. Raymond Aron, por exemplo, sinaliza a conjugação do velho historicismo com a fenomenologia hermenêutica. Essa estabeleceu como há história para o pensamento: ele próprio é história. Em *Introducion a la Philosofia de L'histoire* (1938), Aron parte desse pressuposto para examinar como ela se organiza em saber, retomando o legado da crítica da razão histórica.

O cerne do livro é a análise da compreensão e da causalidade histórica, mas sua originalidade reside na última seção, onde subsume a exposição dos limites da objetividade do conhecimento histórico ao seu fundamento numa filosofia histórica do homem de corte fenomenológico. Logo na introdução, ele precisa que a base do seu texto é o postulado de que o homem não está na história, ele traz em si a história que vive e conhece. Em última instância, "a história se

define pela conservação e retomada consciente do passado.” (ARON, 1938, p. 40).

O autor filia-se à solução weberiana da escola histórica, mantendo o postulado da complementaridade entre compreensão e explicação. Para ele, o resultado da crítica da razão histórica rematada pelo pensador é a determinação dos limites e dos fundamentos da objetividade do conhecimento histórico. Em seu estudo, ele aprofunda a análise da compreensão explicação, concluindo que sua validade só pode ser avaliada em relação aos pontos de vista teóricos adotados pelo historiador.

Consideremos primeiro o caso da compreensão. Trata-se de um ato epistemológico. O sentido dos fenômenos históricos não é transparente ao vivido. A história não pertence à ordem da vida, mas à prática de um saber. A compreensão é uma operação racional de reconstituição do mundo e da ação vivida pelos homens através de conceitos, embora envolva uma psicologia ao mesmo tempo intuitiva e descritiva, necessária para seguir o fio dos acontecimentos, simpatizar com as consciências e tornar inteligível o destino dos homens. Esses conceitos resultam sempre de uma escolha do historiador e não da própria matéria de estudo, derivam de uma filosofia (II seção).

> Os homens vivem a experiência jurídica e moral; o historiador procede à sua reconstituição. Os elementos espirituais se inserem em diversas totalidades, o historiador ordena os conjuntos e define o essencial. Todos os momentos de uma existência ou de um universo se unem assim num devir; o historiador compõe a seqüência e, seguindo sua perspectiva e valores, fixa as relações entre as fases e o sentido do movimento (idem, p. 155).

A explicação procede de uma decisão adicional do historiador. Aron discorda de Weber, para quem a compreensão precisa ser completada pela explicação, seja ela causal ou nomológica, pois a primeira se basta por si mesma. A pesquisa da causalidade não atinge todos os aspectos da realidade histórica, mas apenas as partes

selecionadas para estudo pelo pesquisador. Logo, não vale para a totalidade da história; o primado de certas causas não permite sustentar qualquer determinismo.

> A compreensão, mesmo que às vezes sirva para introduzir a pesquisa de determinismo, não deixa de ser menos autônoma quando se restringe a reconstituir os acontecimentos ou dar conta da seqüência dos fatos; singular, ela não toma de modo algum sua validade da verificação causal (Aron, 1938, p. 272).

A explicação procura determinar as condições ou causas dos eventos estudados, mas não chega nunca ao estabelecimento de leis e o conseqüente primeiro motor da história. No dizer do autor, “há uma contradição entre a afirmação *a priori ou a posteriori* de um primado causal e a hipótese metódica do determinismo em história” (idem, p. 253). O primeiro reduz a história à exposição de uma doutrina, enquanto a segunda mantém sua condição de pesquisa positiva. A teoria em história tem sempre um estatuto filosófico (Cf. Idem, III seção).

Para Aron, os resultados do exame acima são que a filosofia precede a história e que não existe história sem filosofia da história. A compreensão e explicação dos fenômenos históricos pressupõem hipóteses sobre a estruturação geral do processo histórico. Logo, essas concepções, que precedem logicamente o estabelecimento dos fatos e suas relações causais, fixam os limites de validade do conhecimento histórico. Os resultados da pesquisa não podem ser comprovados senão em relação às hipóteses com as quais ele estabelece uma determinada estruturação da realidade. Essa estruturação tem sempre um caráter filosófico, especulativo e provisório, na medida em que a realidade histórica está sempre aberta ao futuro, está vedado o caminho para o estabelecimento de leis (idem, p. 264). O passado não se encontra nunca em estado bruto. O historiador precisa compreendê-lo e explicá-lo através de dados pontos de vista, dando-lhes assim um sentido no curso do tempo e da história.

> A totalidade histórica não existe em si mesma, mas para nós. Nós a compomos com os fragmentos recolhidos e organizados retrospectivamente pela unidade de nosso interesse ou a unidade que emprestamos às épocas ou às culturas. A observação imediata nos mostra a multiplicidade de atividades e as lacunas quanto à necessidade no plano do objeto. A descontinuidade da trama causal deixa sempre lugar à ação, e a diversidade dos universos às decisões pessoais (idem, p. 301).

Essa totalização filosófica, sempre renovada pelo tempo, provém da condição histórica do homem, que lhe impõe uma tripla historicidade e uma tripla exigência: recolher uma herança, tender para um devir que ignora e se situar num movimento que ultrapassa a vida dos indivíduos (idem, p. 338). Há um primado da compreensão no conhecimento histórico. Em última instância, não há possibilidade de determinar o processo histórico, na medida em que a presença do homem subentende escolhas e decisões capazes de lhe alterar o curso, (escolhas e decisões que o historiador apenas reduplica na escolha do ponto de vista com que esboça o passado). Por isso, este processo se reduz a uma continuidade de sentido, vivida sob o modo da compreensão, passível de ser pensada no quadro de uma filosofia.

O homem não está na história; ele traz em si a história que conhece, pois se resume nas possibilidades que ele teve no passado e se abrem para ele mediante a projeção do futuro. O homem é ele mesmo um ser histórico: é na sua historicidade, por definição aberta, que se enraízam ao mesmo tempo as possibilidades e os limites de validade do saber histórico (idem, seção IV).

Segundo Aron, o historicismo resolve-se na fundamentação do conhecimento na historicidade humana. A situação do historiador não difere da situação do homem como protagonista histórico. Ela lhe impõe escolhas e decisões. Há várias correntes de interpretação, uma pluralidade de modos de se portar diante do processo histórico. De certo, a teoria precede a história por sua vez precede o historiador, veicula o patrimônio de representações, experiências e idéias com as quais ele elabora sua filosofia. No fundo, Aron retoma a questão do fundamento das ciências históricas em bases fenomenológicas via

Dilthey. O fato de a história ser inseparável do historiador, que tem um ser histórico, estabelece uma relação fundamental entre história e filosofia. A historicidade do historiador e sua inserção num meio social são a condição de possibilidade da história.

Em contrapartida, Eric Dardel representa a ala esquerda da hermenêutica, avessa ao entendimento metodológico da história. Em *L'Historie — Science Du Concrete* (1948) ele salienta que a historiografia não pode ser metodologicamente objetiva, se entendermos com esse termo o estudo sistemático e o esgotamento da realidade pelo conhecimento. A verdade da história não está nos documentos, que no dariam acesso ao passado, mas no momento que liga o sentimento desse último à compreensão do historiador, através de sua mediação (idem, p. 32). A questão primária do tempo constitui, portanto, o elemento caracterizador da história como história.

> O tempo histórico é o tempo desse ser que se compreende compreendendo o outro, que se compreende em movimento, em desafio, em supressão; ele se encontra assim além de si mesmo, na medida em que esse si mesmo tem a ver com realidade subjetiva das coisas; e portanto também dentro de si mesmo, na medida em que esse si mesmo é o horizonte aberto ao próprio poder-ser (idem, p. 26).

A história não abriga explicações, porque mesmo onde ela poderia ter lugar, no estudo da economia, por exemplo, ela se subordina e se confunde com o hermenêutico. "A economia obedece no homem à preocupação que a faz ascender, consciente ou não, ao nível histórico da existência". (idem, p. 46). Esse nível histórico da existência é o nível hermenêutico, que vincula as relações humanas e sociais pela compreensão do sentido através do tempo (idem, p. 49-50).

Portanto, a tarefa do historiador se limita à compreensão das ações humanas dentro de seu contexto; a pesquisa histórica não procura suas causas, mas sua motivação. "As causas históricas devem ser buscadas adiante do sujeito histórico, na intenção que lhe move" (idem, p. 82), de modo que os documentos históricos não são fontes

factuais, mas testemunhos humanos que precisam ser compreendidos no próprio fluxo do tempo.

A história confunde-se com a historiografia, ambas consistem não só na retomada, em planos diversos, do passado, mas em projetos de abertura humana para o futuro, cujo principal perigo é a sua cristalização numa filosofia da história (idem, p. 139).

Na verdade, o debate entre as alas direita e esquerda da hermenêutica baseia-se num certo mal-entendido, pelo menos no tocante ao estatuto epistemológico da história. De fato, a maioria dos autores não nega a história como saber com um método, mas essa não é a sua principal preocupação, nem a razão de ser de sua empresa, concentrada no problema da estrutura da compreensão. Basta notar que a aplicação de pressupostos hermenêuticos ao entendimento das ciências históricas tem sido cogitada e discutida cada vez mais no seio da filosofia analítica, e não pela própria hermenêutica.

Não obstante, os autores vinculados diretamente a essa corrente têm elaborado, em contexto filosófico, reflexões extremamente relevantes para a epistemologia da história. A principal delas é sem dúvida a contraposição do círculo hermenêutico das ciências humanas ao círculo metodológico das ciências naturais, proveniente do tipo de relação que as primeiras mantêm com o solo originário do mundo da vida. Elas estão baseadas na compreensão hermenêutica do material carregado pela tradição, consistindo numa forma de leitura desse material que emerge de nossa práxis vital.

Gadamer foi um dos principais responsáveis pelo avanço dessa linha de reflexão, ressalvando-se que o autor não pretende analisar os fundamentos da metodologia da história, mas a estrutura da compreensão como modo de ser, em seu tratado *Verdade e método* (1960). O autor precisa a materialidade do processo por meio do qual o material histórico da tradição é transmitido e transformado em compreensão. Nossa consciência é determinada por um processo histórico real, por meio do qual o conteúdo da tradição é passado adiante e adotado pelas sucessivas gerações, que lhe proíbe a liberdade de situar-se objetivamente em face do passado. Esse processo, por meio do qual o conteúdo da tradição é passado adiante e adotado pelas

sucessivas gerações, recebe o nome de *história efetual* por parte de Gadamer.

O conceito de história efetual designa o curso da história e a consciência produzida por esse curso. A história não nos pertence, somos nós que pertencemos a ela; antes de compreendermos o mundo, somos compreendidos pro ele, na medida em que, pelo sentido herdado, formamos nossas interrogações sobre nós e o próprio mundo. O preconceito domina nossa reflexão porque constitui a realidade de nosso modo de ser (GADAMER, 1960, p. 344).

As ciências humanas, incluindo a história, não escapam desse envolvimento, apesar de toda sua elaboração metodológica, pois são mediadas pela tradição. Elas não podem separar a pesquisa histórica do movimento da tradição, o conhecimento histórico da história. A autocompreensão das ciências históricas como estudo do passado dado empiricamente é uma autocompreensão falsa, porque a consciência de ser carregado por tradições que nos precedem é o fundamento metodológico das ciências humanas. A contraposição entre tradição e crítica histórica é abstrata, a história não se separa do seu conhecimento. O historiador e seus temas de estudo pertencem a um mesmo contexto de tradição.

> A moderna pesquisa histórica tampouco é somente pesquisa, mas também em parte mediação da tradição. Não podemos vê-la apenas pela lei do progresso e dos resultados assegurados; também nela realizamos nossas experiências históricas, enquanto pudermos ouvir uma voz nova em que ressoa o passado (idem, p. 353).

A compreensão histórica deve ser compreendida menos como um gesto da subjetividade do que como um movimento contínuo no seio da tradição que vincula o passado e o presente ao futuro. Gadamer raciocina na mesma linha de Heidegger. O círculo hermenêutico não é apenas um círculo metodológico, mas um momento da estrutura ontológica da compreensão do sentido que nos vincula à comunidade através da tradição comum. A capacidade de pôr o passado à distância e apreendê-lo objetivamente é sempre

relativa. A história precede e se antecipa à reflexão sobre ela; essa é a verdade da hermenêutica (idem, p. 363).

A história não pode adotar conseqüentemente o modelo metodológico das ciências naturais e tratar seus temas de estudo como coisas. A ciência histórica que procura compreender a tradição de forma crítica e metodológica para reconstituir o passado não escapa de seu movimento, trabalha com suas categorias e realiza, em última instância, uma etapa de sua autocompreensão, manifesta a consciência dos efeitos da história.

> Um pensamento verdadeiramente histórico tem de ser capaz de pensar ao mesmo tempo [que seu objeto] sua própria historicidade. (...) O verdadeiro objeto histórico não é um mero objeto, mas a unidade de um e do outro, uma relação na qual a realidade da história persiste do mesmo modo como a realidade do compreender histórico. Uma hermenêutica adequada deve mostrar na própria compreensão a realidade da história (idem, p. 370).

A história de certo modo é objeto dela mesma, faz parte dos juízos emitidos sobre ela; não só escapa ao conhecimento sem preconceito, como está sujeita à revisão, devido primeiramente ao seu modo de ser, conceituado como história efetual. A circunstância de sermos carregado pela tradição que nos precede é a base do método histórico, que visa sua compreensão em termos de saber. Os postulados objetivistas do mesmo servem apenas para ocultar essa trava e impedir sua autocompreensão no interior da história efetiva (idem, p. 371). O encerramento de uma época certamente é um elemento positivo da compreensão do passado, mas seu sentido verdadeiro não se esgota em nenhuma interpretação, pois é um processo sem fim pela sua própria pertença à história.

> A autocrítica da consciência histórica culmina como o reconhecimento da mobilidade histórica não somente no acontecer, mas também no próprio compreender. O compreender deve pensar-se menos como uma ação da subjetividade do que como um próprio deslocar-se no curso da

> tradição, na qual o passado e o presente se encontram em contínua mediação (idem, p. 360).

O ponto de partida histórico de qualquer pesquisa, a situação hermenêutica do historiador, pressupõe um horizonte passado e projeta um horizonte futuro. A compreensão das fontes carregadas pela tradição promove em cada caso uma fusão desses horizontes, que renova seu próprio movimento. Todo presente tem seus limites, conhece uma finitude; cada situação representa um ponto da história efetual que, pela sua própria definição, limita as possibilidades do conhecimento da história. Em função disso, o mundo histórico para o qual a historiografia remete não pode ser reconstituído na sua totalidade e na exclusividade de seus termos, seu estudo depende dos efeitos e da consciência desses efeitos gerados no movimento da tradição.

> Todo presente finito tem seus limites. O conceito de situação se determina pelo fato de representar uma posição que limita as possibilidades de ver. (...)
> O conceito de situação se caracteriza pelo modo com que nos encontramos frente a ela e nos impede de possuirmos um conhecimento objetivo a seu respeito. (...) Não se trata de um defeito da reflexão, mas sim da própria essência do ser histórico que somos. Ser histórico quer dizer não esgotar-se nunca no saber (idem, p. 372).

A história permanece efetiva em todo entendimento da tradição, mesmo onde se estabeleceu a historiografia como ciência e a tradição se torna objeto como passado. De certo, esta última não se reduz à hermenêutica, não se confunde com a mesma. O historiador não se contenta com compreensão do significado imediato das fontes, mas com a reconstrução do contexto profundo das questões contidas nas fontes, dentro desse contexto. Ele avança, portanto, no sentido da interpretação.

> Para o historiador, é um suposto fundamental que a tradição deva ser interpretada num sentido distinto do que os textos

> pretendem por si mesmos. Por trás deles e por trás da referência de sentido para o qual dão expressão, o historiador buscará a realidade da qual são expressão involuntária. (...) Não só entendendo o que dizem, mas também compreendendo o que neles se testemunha (idem, p. 409).

Em resumo, a hermenêutica não prescreve nenhuma norma para a historiografia, apenas lembra que a compreensão do passado situa-se num círculo onde sofre a ação desse próprio passado e a tomada de consciência desse fato constitui o principal passo para sua correta autocompreensão.

A hermenêutica apresenta-se assim como um corretivo do enfoque objetivista do qual o historiador não conseguiu se libertar. As ciências históricas não estão baseadas na compreensão da subjetividade dos personagens históricos, mesmo quando a concebemos em termos hermenêuticos, como nos últimos escritos de Dilthey. Conforme nota Kahler.

> A história em seu sentido próprio não está de modo algum restringida ao passado ou sequer caracterizada por ele. Não é um mero complexo de acontecimentos estabelecidos, nenhum museu de objetos mortos. A história é uma coisa viva, está conosco e em nós em cada momento de nossas vidas (KAHLER, 1964, p. 23).

O historiador pertence à história, da qual fazem parte as fontes com que reconstitui o passado, mas situa-se numa temporalidade distinta que lhe veda a possibilidade de reviver sua experiência, limita o conhecimento dos fenômenos históricos às dimensões reveladas pela antecipação de sentido próprio das preocupações de sua comum idade e época.

> O homem está concretamente envolto na tradição da qual faz parte o texto, e isto lhe permite a primeira afinidade global com ela. Mas a distância que o separa do texto põe-no numa determinada situação concreta que implica uma distância do clima originário em que surgiu o texto. (...) O fundamental é

> manter a tensão entre o lugar que o intérprete ocupa na tradição e o lugar que nela tem o texto (STEIN, 1972, p. 32).

A compreensão histórica não procede objetivando subjetividade supostamente manifesta nas fontes, mas descobrindo o sentido que se revela nelas para nossa situação hermenêutica. A historiografia avança refazendo a unidade entre o historiador e a realidade histórica, que não paira acima da história, mas se movimenta conjuntamente como resultado da ação da própria história. “Dessa forma, a história, em sua essência, não é nem o desenvolvimento da consciência histórica, nem o mero curso dos acontecimentos. É a interação entre ambos”. (KAHLER, 1964, p. 185). A carga da história afeta a compreensão do passado, veda a possibilidade de um juízo neutro e limita a totalidade objetiva de seu conhecimento, na medida em que, como fundamento da historiografia, a história não pode ser apreendida pela filosofia, coincide com o movimento da estrutura de sentido da compreensão.

> A verdadeira situação hermenêutica resulta da consciência histórica que procura ver, com a maior lucidez, a ação da história que sobre nós age em cada momento concreto da história. Na medida em que tomamos consciência da ação da história, somos objetivos em relação ao passado para julgá-lo sem preconceitos. (...) É por isso que a consciência histórica é tão importante para a descoberta da verdadeira posição diante da história (STEIN, 1972, p. 36).

Paul Ricouer segue e renova essa linha de pesquisa. A hermenêutica constitui uma problemática filosófica autônoma, que não obstante serve de fundamento à metodologia das ciências humanas. A diversidade do enfoque reside no compromisso em observar sua prática concreta, principalmente da historiografia. As preocupações do autor com questão remontam à época de assimilação da hermenêutica pelo pensamento epistemológico francês, lançada por Raymond Aron (Cf. RICOUER, 1955, MARROU, 1954).

Porém, o salto qualitativo de sua contribuição se deu posteriormente, quando o autor retomou o estudo das relações entre

hermenêutica e ciências humanas no curso da polêmica sobre o estruturalismo. Nesse contexto, chegou à conclusão de que a primeira não prescreve ou suprime o momento explicativo no processo de fundamentação das segundas. A hermenêutica limita-se a postular sua subordinação ao movimento da compreensão através do tempo. Os procedimentos metodológicos das ciências humanas mantêm um compromisso dialético com a reinterpretação do sentido sedimentado pela tradição.

> Portanto, se há uma hermenêutica — e estou convencido do fato, contrariamente ao estruturalismo, que gostaria de limitar-se a etapa explicativa — não se constitui no sentido oposto ao da explicação estrutural, mas através de sua mediação. Como efeito, a tarefa da compreensão é a de elevar ao nível do discurso aquilo que, inicialmente, se dá como estrutura (RICOUER, 1977, p. 137).

Em *Temp et Recit* (1985/1986), Ricouer avança nessa problemática, propondo-se aprofundar o entendimento da estrutura da história efetual que carrega a compreensão como modo de ser do homem. A tese do autor é que essa estrutura está sedimentada na forma narrativa. A fenomenologia é incapaz de apreender o tempo, que precisa sempre ser refigurado pelas estruturas narrativas da práxis humana. O mundo humano que se faz no tempo é tecido de modo narrativo; há uma correlação entre a atividade de relatar um acontecimento e o caráter temporal da experiência humana (Vol. III).

> O tempo se torna tempo humano, na medida em que se articula conforme um modo narrativo, e o relato atinge sua significação plena, quando se torna uma condição dessa experiência temporal (Vol. I, p. 85).

O tempo humano nasce do trabalho conjunto da história e da ficção, ele é recontado pelo entrecruzamento de suas estruturas narrativas (Vol. III, p. 264-276). A tematização da história insere-se nessa discussão a título de campo de prova das teses do autor. Ricouer

desenvolve sua tese do caráter complementar da explicação e da compreensão na história. O problema é estabelecer as relações entre a análise histórica e o papel da compreensão narrativa na modelagem da primeira. Para ele, "a história não pode romper seus laços com a narrativa sem perder seu caráter histórico" (Vol. I, p. 250). A explicação é um procedimento autônomo, porém, caracterizado pela conceitualização e preocupação com a objetividade, que não se encontram no simples relato. Assim, não fosse essa, não haveria ciência, mas não fosse aquela não haveria história. A historiografia tem um caráter em última instância narrativa, mas esse caráter fundamental se compõe em sua estrutura metodológica.

Logo, a história depende de uma intencionalidade própria chamada pelo autor de intencionalidade histórica.

> Eu entendo com ela o sentido da visada poética que constitui a qualidade histórica da história e a preserva de se dissolver nos saberes que se somam à historiografia, através de seu casamento racional com a economia, a geografia, a demografia, a etnologia, a sociologia das mentalidades e das ideologias (idem, p. 253).

Ricouer precisa que a relação entre a análise histórica e a compreensão narrativa não é direta. A explicação é um procedimento autônomo, caracterizado pelo uso de conceitos e a preocupação com a objetividade do conhecimento, que não se encontram no simples relato (idem, p. 248-249). Entretanto, ela é perpassada pela estrutura narrativa. O autor analisa a questão em cima de três pontos.

O primeiro deles é a imputação causal. A explicação causal dos fenômenos históricos, mesmo que seja possível recorrer a leis gerais, passa sempre pelo exame das condições necessárias que precisam ser selecionadas por uma interpretação do historiador. Em outras palavras, sua descontinuidade é articulada pela continuidade do relato (idem, p. 256-269). As categorias empregadas pelo historiador são o segundo elemento. Os conceitos e tipos-ideais do conhecimento histórico têm um caráter supra-individual, referem-se a entidades coletivas e movimentos de massa, mas derivam de uma compreensão como

personagens de uma narração (idem, p. 269-287). O último ponto é o conceito de tempo histórico. A historiografia, seja narrativa ou não, opera com escalas de tempo que transcendem a subjetividade dos agentes sociais, cuja descrição é feita não obstante como acontecimentos sobrevindos a um sujeito em termos narrativos (idem, p. 287-313).

A conclusão tirada pelo autor é que a mudança é uma dimensão inelutável e categorial da história enquanto conhecimento *histórico*. O fator responsável por isso é a trama da compreensão narrativa que envolve a historiografia. A competência narrativa de todo sujeito assegura, portanto, a identidade do conhecimento histórico. Os elementos constitutivos da análise histórica derivam diretamente da estrutura formal da narrativa.

Para Ricouer, a dimensão metodológica da referência está subordinada à dimensão hermenêutica da refiguração do tempo pela estrutura narrativa (RICOUER, 1985, p. 12). A historiografia responde às aporias do tempo humano elaborando um tempo de mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico: o tempo histórico; ela reinscreve o primeiro no segundo, através de método próprio e escala particular, com base nos documentos, restos e fontes (idem, p. 147).

A pesquisa nos arquivos e o exame crítico das fontes para a reconstrução do passado ocorrem no fluxo da consciência de ser afetado pela história. A história efetual se antecipa à historiografia, de modo que ela não remete ao passado como referência, mas sim como refiguração (idem, p. 148). O passado é conhecido por tacos materiais que constituem as fontes do historiador, mas não pode ser confundido com a consciência que temos dele, pois então o historiador não conheceria o passado, mas sim seu próprio pensamento sobre ele; nem a representação de uma dimensão distanciada e separada no tempo, pois então perderíamos a possibilidade de conhecê-lo pela sua alteridade radical. Na verdade, a solução consiste no entendimento do passado como dimensão hermenêutica carregada pela estrutura narrativa que compõe a história efetual; o passado se encontra prefigurado por figuras de linguagem (metáforas), antes de ser conhecido pelo historiador.

> Assim, entre um relato e um curso de acontecimentos, não há relação de representação, de reduplicação, de equivalência, mas sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido [pelo historiador] para o tipo de figura que assimila os acontecimentos, relacionando-os a uma forma narrativa que se tornou familiar pela ação de nossa cultura (idem, p. 224).

O passado é reinscrito na atualidade por um procedimento que, por um lado, o torna presente, e, por outro, o põe à distância, impedindo assim que se esgote; apreendemos o passado por analogias que vinculam a estrutura narrativa da linguagem do historiador ao mundo vivido pela sua comunidade numa dada época, através de um mesmo contexto de tradição ou história efetual (idem, p. 226-227).

Portanto, a chamada intencionalidade histórica situa-se na história efetual, que concerne à consciência histórica de uma comunidade, no sentido duplo de consciência de fazer história e consciência de pertencer e sofrer a ação da história. O contexto da refiguração do tempo pelo relato histórico é movimento de totalização da história. A condição histórica do homem e a consciência histórica dessa situação formam um processo de totalização marcado pela finitude e mediado pela narração. A historicidade da vida é figurada pela compreensão narrativa, que transpõe e transmite os acontecimentos através do relato, na medida em que os mesmos se articulam conjuntamente com a vida da comunidade.

A história efetual é contexto de recontagem do tempo pela referência cruzada da história com a ficção; por isso, a historiografia vincula-se à práxis e à consciência de fazer história que põem em jogo sua totalização. A comunidade pauta sua ação pelos ensinamentos que retira da história que ela mesma escreveu, evidenciando a força do presente no curso do tempo (idem, p. 313). A temporalidade é a estrutura da existência que insere a linguagem na narrativa e a narrativa é a estrutura de linguagem que tem na temporalidade seu derradeiro referente. “Em uma palavra, a identidade narrativa (produzida pela referência cruzada entre história e ficção) é a resolução poética do círculo hermenêutico” (idem, p. 358).

4.2 A contribuição da filosofia analítica

A corrente analítica resulta da ruptura com os modelos epistemológicos construídos dentro do paradigma neopositivista. Para ela, a história tem uma série de especificidades próprias, manifesta no seu caráter narrativo, que a distingue das demais ciências. O conhecimento histórico tem limites determinados por sua linguagem, que exigem sua compreensão noutro paradigma. O pensamento epistemológico não pode apresentar um descompasso com a prática concreta da ciência, cujo estudo consiste em última instância na descrição analítica de sua linguagem.

Para os filósofos analíticos, esse estudo pressupõe um tratamento relativamente neutro, desprovido de aspectos doutrinários, de sua matéria. No entanto, convém matizar essa concepção, na medida em que, passando por diversas fases de desenvolvimento, a corrente acabou dando lugar a uma doutrina, caracterizada pela aceitação do caráter narrativo e compreensivo da historiografia, que podemos chamar *narrativista*.

William H. Walsh pôs em circulação esses princípios e abriu as pesquisas dessa corrente em sua *Introdução à filosofia da história* (1951). O autor se encontra na encruzilhada entre os paradigmas neopositivista e idealista, assumindo uma postura crítica com relação ao primeiro, sem aceitar as teses dos segundos, preferindo manter uma postura analiticamente neutra no exame do conhecimento histórico. O resultado dessa análise é a tese de que o saber histórico tem um modo de explicação distinto das ciências. Trata-se da chamada *coligação*; ou seja, o estabelecimento de relações de continuidade e inteligibilidade entre fatos que formam deste modo um todo (WALSH, 1951, p. 58).

Conforme conclui o autor:

> Porque as ações são, de um modo geral, a realização de propósitos e porque um propósito ou política únicos podem encontrar expressão em toda uma série de ações, realizadas por uma pessoa ou várias, é que podemos dizer que certos fatos históricos estão intrinsecamente relacionados (idem, p. 58).

A coligação serve, portanto, para agrupar os acontecimentos sob movimentos e tendências gerais adequadas à matéria tratada pelo historiador. A hipótese condutora é que os acontecimentos constituem um todo inteligível, no qual se reconhece a persistência de certos elementos e a necessidade de outros para compreender sua sucessão e permanência.

William Dray completou a ruptura com o positivismo em *Laws & Explanation in History* (1957). Para o autor, o método histórico não procede a explicações baseadas em leis de cunho geral, mas modelos alternativos de tipo causal ou racional, comporta vários modelos de explicação. Em seu livro, ele se propõe a fazer uma crítica do conceito de explicação, sem afastá-lo do campo da história, a exemplo dos idealistas. Em primeiro lugar, o autor resume os argumentos contra o postulado positivista da identificação do princípio da causalidade com o modelo nomológica. As explicações históricas não utilizam leis gerais, porque o próprio modelo é inconsistente; as leis gerais não são suficientes, pois não servem para prever acontecimentos concretos, apenas a classe em que podem ser enquadrados. Assim, não têm serventia para o historiador, que procura a seqüência concreta dos fatos e a subordinação de cada um deles a uma fórmula abstrata, que não pode dar conta deles como temas de história.

Em seguida, ele mostra que a explicação histórica consiste numa análise seletiva dos componentes de uma situação que podem receber a imputação de causas de certos eventos. Nela não intervém o uso de qualquer lei. As generalizações que o historiador utiliza não justificam a validade das causas, servem apenas para escolher certas condições necessárias à ocorrência dos acontecimentos, exigindo assim procedimentos de interpretação.

Finalmente, o autor apresenta o modelo de explicação racional, que julga válido principalmente para a explicação de ações humanas inseridas na narrativa do historiador. A explicação racional consiste em mostrar que certo fato aconteceu devido a certas razões. Ele deve demonstrar que o fato ocorrido era justificável pelo seu agente conforme certos princípios de ação. Aparentemente trata-se de uma explicação bastante semelhante à explicação pela lógica da situação

proposta por Popper, na medida em que considera os fins que o agente possuía, as circunstâncias empíricas de sua ação e os padrões éticos e morais vigentes em sua época. A questão é proceder a reconstrução desse contexto e o cálculo que o agente faz com relação a ele para empreender uma ação. Trata-se de uma explicação que pode ser dada mesmo quando esse cálculo não é feito pelo agente, pois consiste num procedimento metodológico construído pelo historiador.

Dray complementou esse trabalho de desmontagem do modelo positivista em *Filosofia da história* (1964). Nesse texto, ele retoma a discussão da objetividade do conhecimento histórico para minar a ortodoxia de seus postulados. O autor concorda que os critérios e fatores envolvidos na seleção e ponto de vista aplicado aos problemas históricos são logicamente independentes das conclusões obtidas pela pesquisa, mas observa que o mesmo não vale para as escolhas de resposta que ela fornece. É preciso distinguir entre a escolha de certos problemas e a escolha de solução do mesmo. Como ele afirma,

> Parte essencial da tarefa do historiador é determinar o que deve ser incluído e isso é um problema que surge depois de haver selecionado seu objeto de estudo. A necessidade de escolher manifesta-se durante investigação, e não apenas no momento de escolhê-la (DRAY, 1964, p. 49).

Portanto, a questão da objetividade consiste em saber o que é digno de nota, porque certo aspecto e não outro soluciona o problema. Tomando como exemplo as reconstituições históricas da Reforma, o problema é saber que tópicos fornecem ou não um quadro objetivo da época. Para Dray, todos os critérios envolvem um julgamento de valor por parte do historiador. A história procede sempre a interpretação, os historiadores:

> Empregam o tempo “causa” de maneira tal que seus juízos de valor se tornam relevantes para suas conclusões causais – não só no sentido de que as conclusões dependem logicamente deles. Enquanto “causa” não significar “condição suficiente” deverá haver alguma razão para isolar, dentre as demais, uma

> condição importante da ocorrência. (...) A razão do historiador parece derivar de considerações morais (idem, p. 82).

De certo, não há necessidade de concluir que a variedade de versões é contraditória ou algumas delas são falsas. De qualquer modo, elas mostram que a pesquisa histórica não é logicamente livre de valores e influências de contexto. Conforme observa Goldenstei, que retomou recentemente essa questão, o objetivismo é apenas uma possibilidade que os argumentos positivistas tentam sustentar, mas na verdade os julgamentos do historiador, baseados em evidências, jogam com essas evidências conforme seus valores e perspectivas de interpretação (GOLDENSTEI, 1978).

A conclusão geral dessa análise do conhecimento histórico é a revisão do estatuto científico dado a ele pela tendência neopositivista. Dray comunga com Walsh a tese de que não se pode negar a presença de julgamentos de valor na atividade do historiador, esses julgamentos não podem ser lidos nos fatos e por isso precisamos matizar a doutrina da cientificidade da história (WALSH, 1951, p. 174). Em suma, os traços do saber histórico têm uma especificidade que obriga a filosofia analítica a rever seu conceito.

> Minha opinião pessoal é que existem, de fato, traços proeminentes na investigação histórica que tornam profundamente desorientador considerar a História, sem qualquer qualificação como uma ciência. (...) Esses traços são uma forma de explicação que não se orienta obviamente para a subordinação a leis gerais; uma abordagem, para construção da História, que inclui preocupação por avaliação, tanto quanto pelo simples relato verídico e um conceito de conexão causal que envolve considerações tanto morais como indutivas (DRAY, 1964, p. 87).

O desenvolvimento de sua problemática tem levado à colocação de seus tópicos de discussão sob o enfoque de outros paradigmas, cuja prova mais patente é o surgimento dentro dela de fórmulas de compromisso com postulados anteriormente considerados

concorrentes. Em resumo, constata-se a realização de sínteses e a abertura a perspectivas vizinhas, que tem relaxado sua doutrina.

George Von Wright foi um dos primeiros a assumir essa postura. Em *Explanation and Understanding* (1971), o autor parte da reformulação paradoxal da tese positivista da unidade da ciência. Para ele, as ciências empíricas utilizam-se tanto de explicações causais quanto de explicações teleológicas. As ciências humanas recorrem obviamente às últimas, porque o pesquisador é capaz de endereçar perguntas e conseguir respostas pessoalmente, ou através de documentos, do seu objeto de estudo; mas as ciências naturais também, porque o método experimental exige procedimentos de inferência ativa por parte do investigador; o teste de suas teorias e hipóteses visa sempre a modificação de um sistema; ou seja, consiste numa finalidade buscada pelo cientista para poder comprovar sua hipótese ou teoria.

Por outro lado, ambas trabalham com explicações de cunho causal, na medida em que as segundas visam ao estabelecimento das condições suficientes que tornam necessário um dado acontecimento, enquanto as primeiras geralmente procuram estabelecer algumas condições necessárias para se dar uma ação. A diversidade entre elas reside no tipo de composição dado a esses procedimentos por parte de cada uma. As ciências naturais recorrem principalmente a explicações causais, porque as conexões nomológicas são predominantes de seus fenômenos, enquanto as ciências humanas recorrem a explicações mistas, de cunho semicausal e semiteleológico, baseadas no conceito de inferências prática, porque visam principalmente as ações humanas (WRIGHT, 1971, p. 167).

Para o autor, as ações sociais não têm propriamente causas, elas resultam do cumprimento de certas regras, mas, não obstante, dependem de determinadas condições de possibilidade, fornecidas pelo seu contexto. Nesse sentido, não podem ser compreendidas sem os seus constrangimentos, limites e possibilidade, segundo o ponto de vista do pesquisador. Além disso, as ações sociais consistem num tipo de comportamento orientado por fins dados por certas normas e tradições. O laço entre a razão de uma ação e o próprio ato não é

causal, mas intrínseco à ação. Aparentemente, trata-se de um laço teleológico (idem, p. 91).

Porém, o pesquisador não pode aceitá-lo simplesmente assim; procede a sua compreensão *como se* a ação tendesse para um fim no seio de um sistema ou contexto social, de modo que seria melhor considerá-la como semiteleológica. Os resultados da ação nunca são garantidos por suas razões, nem correspondem necessariamente a sua motivação, devido aos fatores e condicionamentos próprios de seu contexto. Portanto, a explicação histórica consiste basicamente em compreender o sentido de uma ação ou acontecimento para em seguida estabelecer suas condições prévias e principais causas, conforme determinado ponto de vista (idem, p. 159).

Para Wrigth, este conjunto de procedimentos está baseado por sua vez numa teoria da ação, passível de leitura coletivista, cujo esquema lógico, constituído pelas chamadas *inferências*, é o seguinte:

> (Considerando certas condições necessárias à ocorrência de A')
> (IP) A pretende fazer B
> A considera que não pode fazer B sem fazer A'
> Portanto, A se dispõe a fazer A' (idem, p. 121).

Assim, a chamada inferência prática não explica a consecução dos objetivos de uma ação social, mas essa própria ação, fornecendo o pressuposto lógico das explicações empregadas pela história.

Stephan Strasser renovou essas formulações, privilegiando ainda mais o elemento da compreensão, em *Understanding and Explanation* (1985). O autor postula a existência de uma relação dialética entre explicação e compreensão em todas as ciências. No seu entender, "a compreensão precede a explicação, ou respectivamente a explicação pressupõe a compreensão" (STRASSER, 1985, p. 37).

Strasser não nega que as ciências humanas, tomando-se como modelo a história, explicam seus fatos em termos de ação social, mediante o expediente da inferência prática, esclarecido por Wright, Porém, salienta que ele contém uma restrição: não é extensivo a todo o campo dos fenômenos humanos. A realidade humana é complexa e admite vários enfoques, sendo válido e possível distinguir entre

comportamento e ação. O primeiro coincide com um plano não intencional, enquanto o segundo corresponderia ao plano da intenção e da racionalidade (idem, p. 103-104).

As ações são características de uma dimensão do comportamento. Essa dimensão, que ao contrário de outras não pode ser logicamente analisada e nomologicamente prevista com base em um corpo fixo de leis universais, é a dimensão propriamente humano do comportamento, e, somente nesse plano, a explicação teleológica ou mediante inferência prática adquire validade. Não podemos descartar a possibilidade dos seres humanos se comportarem de maneira mecânica ou irracional, assim como não podemos descartar o contrário: a ação racional. A conclusão, todavia, é somente uma: os fenômenos humanos não se prestam à previsão.

> A vida humana, as relações sociais humanas, as atividades políticas e econômicas do homem são poli-interpretáveis, porque são expressão da ambigüidade da realidade humana (idem, p. 173).

As ciências humanas limitam-se, portanto, ao estudo das ações racionais, consideram os conteúdos que podemos chamar de humanos ou culturais no comportamento dos seres humanos, cuja complexidade não permite que se esgote nelas. As explicações que elas propõem não totalizam seu campo factual, que não se submete assim, pelo menos analiticamente, ao determinismo. A teoria funciona como explicação; mas, notemos, como explicação interpretativa. Ela nos permite compreender alguns fenômenos, enquanto outros permanecem obscuros. Nenhuma explicação pode ser completa, inalterável, definitiva. (idem, p. 173).

A concepção narrativista desenvolveu-se no seio da corrente analítica a partir dessa ruptura com o positivismo, na medida em que o diagnóstico do saber histórico passa necessariamente para seus autores pela análise de sua linguagem. Nesse sentido, podemos distinguir duas fases em seu desenvolvimento. A primeira é marcada pela manutenção do postulado do caráter causal da pesquisa histórica; o segundo caracteriza-se pela aceitação do caráter compreensivo, mediado pela

narração, do conhecimento histórico. Ambas estão presentes no pensamento de N. W. Gallie.

Para o autor, o conhecimento histórico define-se pelo uso de explicações genéticas numa seqüência de acontecimentos. Elas têm as seguintes características:

1. Estabelecem uma continuidade entre certo número de condições anteriores e um subseqüente no curso do tempo.
2. Sustentam a seqüência assim estabelecida apenas no sentido genérico de sua formação, e não em termos lógico-dedutivos.
3. Negam a existência de condições suficientes na ocorrência dos fenômenos e portanto não se dispõem à predição (idem, p. 480).

As explicações genéricas limitam-se a selecionar algumas condições necessárias dos eventos, dispensando uma explicação posterior de caráter nomológico. Os historiadores compreendem as relações de dependência entre certos fatos, captam suas tendências, mostrando como dados eventos não poderiam ter ocorrido sem determinados fatos antecedentes e os expõem numa narrativa (idem, p. 484). Esse procedimento é válido para todo o tipo de explicação histórica, inclusive os casos das ações humanas motivadas por representações, motivos ou razões, pois esses elementos "concebem-se sempre como condições antecedentes necessárias e contínuas, em certos sentidos específicos, da ação que se segue" (idem, p. 487).

Em *Philosophy and the Historical Understanding* (1964), Gallie salienta que o conhecimento histórico deve ser avaliado em função da narrativa da qual procede e fornece o conteúdo (p. xi). O método histórico baseia-se no uso de explicações genéticas, que procedem da estrutura narrativa do saber histórico. Há uma continuidade entre a linguagem ordinária dos documentos e o relato histórico que elabora as inferências tiradas do seu estudo.

Por causa disso, a tarefa do historiador não consiste em deduzir os fatos de leis gerais ou predizer o futuro, mas compreender as conexões responsáveis pela ocorrência dos fatos, mantendo o tecido

da estrutura narrativa que articula a comunicação entre os mundos passado e presente. A tarefa do historiador baseia-se na compreensão dos documentos legados pelo passado e na sua explicação literária via a construção de uma estrutura narrativa.

Artur C. Danto precisou essa estrutura narrativa do saber histórico em *Analitical Philosophy of History* (1965). O texto assinala a passagem do entendimento da narrativa como forma de expressão dos procedimentos explicativos para forma de explicação dos fatos históricos. Para o autor, a característica mínima da história é o uso de frases narrativas. A historiografia define-se como:

1. narração que descreve e explica acontecimentos cujo significado não reside neles mesmos, mas na história em que se inserem;
2. conjunto de fatos relacionados com os demais mediante frases narrativas, que descrevem o primeiro em relação ao segundo e assim sucessivamente.

Logo, o historiador refere-se por definição a acontecimentos passados, pois os eventos em função dos quais descreve os primeiros se encontram sempre antes do momento da narração da história.

O método histórico tem um caráter retrospectivo. O historiador busca as condições antecedentes de um evento após a sua ocorrência, pesquisa as causas a partir os eventos, proibindo-se assim de fazer qualquer previsão. A explicação histórica é uma explicação genética que visa as condições necessárias para o evento, conforme o ponto de vista da narração elaborada pelo historiador.

Danto merece especial atenção porque afirma que a explicação reside na própria estrutura da narração, não podemos separar uma da outra na historiografia. A explicação de um acontecimento histórico confunde-se com a descrição do modo como se formou, segundo certas perspectivas. A história responde à pergunta por que um evento aconteceu relatando seus antecedentes, através de uma narração. Portanto, a explicação genética reside na própria estrutura narrativa da história.

Em contrapartida, Louis Mink precisa ser citado por ter resgatado a dimensão metodológica dessa questão, esquecida por Danto. Para ele, a estrutura narrativa da história forma uma totalidade de sentido, responsável pela significação de seus elementos constitutivos, que não apenas requer, mas propriamente fornece o procedimento de compreensão do historiador. A compreensão é um procedimento intelectual que apreende as relações entre as ações humanas e define o caráter de uma narração. Mink retoma as teses de Gallie. A compreensão é um tipo de julgamento, que consiste em "explicar um evento traçando as relações intrínsecas que mantém com outros, situando-o em seu contexto histórico" (MINK, 1965, p. 179).

A história é um modo de estudo distinto da ciência e da filosofia, mas bastante semelhante à literatura, na medida em que baseia a consideração de sua matéria numa estrutura narrativa. Com efeito, seu saber não está baseado na representação da realidade, mas na sua significação.

> Histórias não são vividas, mas contadas. A vida ao tem começo, meio e fim; ela tem ligações, mas o ponto de partida de um caso de vida pertence à história que relatamos depois dele acontecer; ela tem rupturas, mas rupturas derradeiras só existem na sua história. Ela contém promessas, planos batalhas e idéias, mas somente na sua representação histórica há promessas desfeitas, planos fracassados e idéias seminais (MINK, 1970, p. 557).

Para o autor, portanto, a questão da narrativa e da explicação genética está subordinada à questão da compreensão do sentido. O narrativismo confunde-se progressivamente com a hermenêutica. A compreensão da história não é senão o reconhecimento de uma forma narrativa que produz a deflagração de sentido. A compreensão é um procedimento configurante, de síntese, que consiste em apreender as coisas, situando-as em um conjunto significativo, cujo sentido não se encontra em seu conceito, mas no conjunto de suas conexões, articulado pela narração. De certo, os juízos históricos considerados isoladamente podem ser verdadeiros ou falsos, mas no conjunto a

narrativa não é uma cópia da realidade e, portanto, escapa à avaliação em termos de verdade ou falsidade.

> A narrativa histórica reivindica verdade não apenas para cada parte de suas afirmações individuais consideradas em parte, mas para o próprio complexo da narrativa (MINK, 1978, p. 144).

O trabalho do historiador não consiste na reconstrução crítica do passado, mas na revisão das narrativas que procedem a sua configuração, sabendo-se que, nessa atividade, certos conteúdos (os conteúdos históricos) podem ser agregados à revisão, enquanto outros (os conteúdos narrativos) não, por envolverem a montagem de outra configuração. Aliás, história e literatura distinguem-se nesse aspecto, que veda a recaída da história no mito (MINK, 1978).

De resto, o autor lembra que a compreensão não serve apenas para metodologia do historiador, mas também para moldar o conteúdo reflexivo da história. A estrutura narrativa tem uma função reflexiva, na medida em que o acompanhamento de uma história por um público ou auditório pode gerar uma fenomenologia.

Em contraponto, Roland Barthes aplica ao assunto os princípios teóricos desenvolvidos pela lingüística estrutural e a semiótica à análise do discurso da história. A história consiste num modo de representação baseado no que ele chama ilusão referencial.

> O paradoxo que regula toda a pertinência do discurso histórico (com relação aos demais discursos): o fato nunca tem senão uma existência lingüística (como termo de um discurso) e, no entanto tudo ocorre como se essa existência fosse só a cópia da outra existência, situada num campo extra-estrutural: o real. Esse discurso é sem dúvida o único em que o referente é considerado exterior ao discurso; e, no entanto, nunca é possível encontrá-lo fora desse discurso (BARTHES, 1967, p. 48).

A narração histórica está baseada em fatos comprováveis, mas a significação desses fatos pertence ao conteúdo do relato, e não ao seu

referente. O narrador procura omitir-se do discurso para deixar os acontecimentos falarem ou o movimento histórico se revelar, criando um efeito de realidade, que confunde o real com sua expressão, do ponto de vista do auditório ou leitor.

A forma do discurso esconde os expedientes pelos quis os fatos recebem sua significação do discurso, na medida em que são confundidos com o referente pela estrutura narrativa. A preocupação com o passado veda a manifestação do historiador no discurso, como se tivesse uma autonomia, quando na verdade sua explicação consiste na sua significação pela narrativa.

> Em outras palavras, na história "objetiva", o "real" é sempre apenas um significado não formulado, que se refugia atrás da onipotência do referente. Tal situação define o que poderia chamar-se *efeito de realidade* (idem, p 49).

A preocupação com a realidade histórica (passado) veda teoricamente o acesso de todos os elementos não objetivos ao discurso, cujo fim é fazer com que se enfrentem apenas a realidade e sua expressão. O resultado é efeito de realidade, na qual este se reduz ao significado "assim aconteceu"; vale dizer, uma série de atos de fala que se metamorfoseiam em atos de autoridade (idem, p. 50).

5. As soluções da problemática

Os paradigmas de compreensão das ciências históricas caracterizam-se, no seu movimento conjunto, por uma dialética entre a formação de modelos incomensuráveis e as fórmulas de compromisso entre suas matrizes. As correntes consideradas nos capítulos 3 e 4 tendem a se situar no primeiro pólo. A corrente crítica, que abordaremos neste, responde ao segundo.

Marx não construiu explicitamente uma epistemologia da história, que, não obstante, pode ser reconstituída através da análise de seus escritos. O pensamento marxista é um pensamento complexo, cujo todo contém uma filosofia, uma política, uma ética e uma ciência. O paradigma crítico se desenvolveu explorando a possibilidade de caracterizar a dialética como meio de fundamentação ao mesmo tempo analítico e hermenêutico da história, baseando-se, nesta empreitada, no modelo de ciência presente nos escritos marxianos de 1845-1852.

Para seus representantes, teoria e historiografia podem-se compor numa síntese: a explicação complementa a compreensão e vice-versa. A visão hermenêutica do saber histórico não somente é medida pelo tratamento analítico de sua matéria, como por intermédio deste tratamento possibilita sua auto-reflexão.

Como chamou à atenção Henri Lefebvre, a estrutura constitui uma realidade mediada pela práxis: “o devir histórico contém uma estabilidade relativa, provisória, sempre ameaçada pelos seres que faz surgir em seu curso” (LEFEBVRE, 1964). A práxis constitui o fator promotor do processo social, constrói e destrói as estruturas, ou seja, é a base concreta da realidade social, do ponto de vista da história.

O final do século passado foi marcado, porém, menos pelo avanço da reflexão epistemológica do que por um movimento de relativização, senão de contestação da história como episteme. As concepções pré-modernas, que a viam como gênero literário, renovadas, voltaram à cena em que se constitui sua consciência reflexiva. O tratamento analítico que havia salientado sua dimensão narrativa acabou por ensejar enseja, em meio à crise do pensamento

moderno, o surgimento de uma espécie de pós-modernismo historiográfico que, no limite, almeja retirar-lhe a condição de ciência, definindo-a como gênero literário.

Desde este ponto de vista, com efeito, história e ficção pouco se distinguem, ao dependerem de estruturas narrativas comuns, que variam apenas no tocante às pretensões de verdade. Os processos de coleta de dados e análise crítica das fontes eventualmente até podem diferenciá-las, mas não há como fazê-lo no caso da historiografia, pois esta não pode ser senão a exposição poética da imaginação com que se apresenta os resultados daqueles processos.

O historiador não tem como verificar a validade empírica de seus relatos e análises, porque os documentos que supostamente o permitiriam contêm dados que não são neutros, ao nos chegarem carregados de sentido subjetivo originário de quem os escreveu. Os relatos sobre o passado não são representações do que aconteceu, mas criações ficcionais oriundas de um trabalho de elaboração textual, em que uma cultura exercita originalmente sua capacidade de explorar novas significações para seus problemas e interesses.

Para os seguidores do pós-modernismo, a história não pode pois ser uma ciência, visto não ter método nem objeto: é uma atividade intelectual e literária, muito mais que uma forma de saber, conforme se mostrará no final deste capítulo.

4.3 O paradigma crítico-dialético

Oriundo do desenvolvimento do chamado marxismo ocidental, o paradigma crítico-dialético, como dito, se caracteriza pela combinação de componentes dos paradigmas hermenêutico e positivista. Daquele pensamento provém a formulação de um modelo epistemológico em que se compõem os pressupostos histórico-hermenêuticos do primeiro e a reflexão sistêmica do segundo. Em meio a tal, mantém-se a relação do conhecimento histórico com o solo da história, na medida em que seus defensores postulam a validade da

teoria que vincula esses procedimentos não apenas para o fragmento de história que estuda, mas para a totalidade de seu movimento.

Em sua perspectiva, o método histórico tem um caráter hermenêutico-analítico, que se aplica não apenas à compreensão e à explicação do passado, mas também serve para a autocompreensão prática e crítica de sua própria situação de partida. O procedimento antecipa não apenas os horizontes do primeiro, como exige que se apliquem a seu contexto irradiador os modelos analíticos que o historiador introduz no estudo do passado. O círculo hermenêutico, mediado analiticamente, é entendido não só como fundamento e transmissão do conhecimento histórico, mas, ainda, como meio de auto-reflexão crítica do historiador sobre sua própria situação.

Habermas abriu essa perspectiva em meados dos anos 60, desenvolvendo a sugestão de que as ciências humanas podiam combinar componentes hermenêuticos e analíticos feita por Karl Otto Apel. A filiação do autor é a Escola de Frankfurt. Para seus membros, o pensamento moderno esqueceu sua capacidade de refletir sobre si mesmo, prendeu-se à racionalidade instrumental cuja força cega compromete-o com a irracionalidade. O resultado é o aumento da dominação e poder de destruição por parte de uma razão que se pretendia esclarecida e libertadora em suas origens, em fins do século XVIII. A teoria crítica da ciência e sociedade se propõe a fazer a autocrítica desse pensamento, procurando retomar, no caso com Habermas, seu conteúdo emancipatório.

Habermas reanima, com efeito, o projeto de fundamentação do conhecimento científico no solo da história universal. A novidade é o cunho transcendental do procedimento. Para o autor, o conhecimento válido é possibilitado pela rede intersubjetiva da espécie humana, concebida historicamente sob o modelo da práxis. Desse complexo vital, emanam os interesses técnico, prático e emancipatório que constituem as orientações fundamentais do conhecimento nos quadros transcendentais do trabalho e da comunicação. Há uma unidade indissociável entre conhecimento e interesse, tanto nas ciências naturais, como nas ciências humanas, onde dominam respectivamente os interesses técnico e prático. Os primeiros derivam do trabalho,

através do qual os homens transformam a natureza para conseguir reproduzir sua existência; os segundos derivam da interação lingüística, através da qual os homens se comunicam e elaboram suas finalidades de vida.

> As ciências hermenêuticas estão embutidas na interação mediatizada pela linguagem ordinária, da mesma forma como as ciências empírico-analíticas estão inseridas no setor da atividade instrumental. Tanto uma quanto a outra deixam-se orientar por interesses cognitivos, enraizados nas conexões vitais do agir próprio à comunicação e à instrumentalização (HABERMAS, 1968, p. 186).

As ciências naturais podem ser caracterizadas como ciências empírico-analíticas, porque se assentam numa apreensão da realidade do ponto de vista de uma disponibilidade instrumental, e as ciências humanas como ciências histórico-hermenêuticas, porque se assentam na apreensão da realidade do ponto de vista da autocompreensão prática e da comunicação das experiências herdadas do passado. O positivismo gostaria de reduzir as segundas ao conceito das primeiras; a hermenêutica, de suspender a auto-reflexão das segundas nos conceitos do positivismo.

Para Habermas, o problema não se coloca nestes temos, porque as ciências naturais pressupõem um contexto de comunicação, e as ciências hermenêuticas desenvolvem-se cada vez mais com procedimentos analíticos. A solução reside numa teoria dialética orientada criticamente, capaz de prover um *approach* satisfatório dessa complexidade e promover sua auto-reflexão (HABERMAS, 1970, p. 263-266).

Mais ou menos à mesma época e ainda em nome do marxismo, Adam Schaff passara a reclamar para a história um modelo de explicação causal, visto negar a tese da necessidade na história e a possibilidade de a ciência histórica estabelecer leis, conforme preconizavam seus teóricos ortodoxos. O conhecimento nomológico, observa, serve apenas para selecionar as condições necessárias para a ocorrência de um fenômeno. Nossa explicação dos acontecimentos

nunca é integral: a multiplicidade das condições anteriores exige sua seleção e análise com base em pressupostos teóricos que lhe dão um caráter probabilístico. O historiador procede mais à retroação do que à explicação, trabalhando com o conhecimento teórico dos fatos para suas causas, e não das causas para os fatos. Ele pratica a explicação causal pesquisando as condições necessárias para a concretização de um fenômeno tomando como ponto de partida o próprio fenômeno, remontando às causas mediante a pesquisa de condições supostas pela teoria.

Em conseqüência disso, o autor afirma que a explicação se complementa na compreensão. A história tem necessidade de estudar ações humanas, que possuem objetivos e finalidades; isto significa que não podemos explicar a história sem compreender as ações humanas. “A compreensão é uma parte constitutiva da explicação histórica” (idem, p. 259). A possibilidade de compreender o curso da ação social exige a explicação teleológica, sempre que o historiador lida com ações de seres pensantes que visam, conscientemente ou não, a realização de certos fins. Em suma:

> A compreensão é o efeito evidente da explicação finalista, visto que é, sobretudo, ao reconstituir motivos de uma ação, ao tomar consciência, que se compreende a própria ação. Disse “sobretudo” a fim de sublinhar que não eliminamos a incidência de outros fatores e, entre eles, o determinismo causal das atitudes e dos comportamentos (idem, p. 256).

Para Schaff, o papel fundamental desempenhado pela teoria, responsável pela ligação entre o historiador e seu contexto social, na estrutura metodológica da história reforça o fator subjetivo nessa forma de conhecimento. Porém, salienta que esse aspecto não veda ao historiador a possibilidade de chegar ao conhecimento verdadeiro, embora parcial, de sua matéria de estudo. O autor contesta o presentismo, para quem a variabilidade histórica afeta não só os fenômenos estudados pelo historiador, mas também o próprio conhecimento destes fenômenos, desqualificando seu conteúdo de verdade. As conclusões dos historiadores estão sujeitas à revisão

porque podem ser falsas ou esconder certos aspectos de um fenômeno. O conhecimento nunca esgota a realidade, cuja multiplicidade de relações e aspectos se revela de modo progressivo e parcial ao trabalho de pesquisa. Portanto:

> Afirmando que o conhecimento histórico produz sempre verdades relativas e que só o processo infinito do conhecimento tende para a verdade absoluta, adota-se como ponto de partida a tese de que a verdade histórica, se bem que relativa, é sempre uma verdade objetiva, na medida em que reflete, representa a realidade objetiva (idem, p. 303).

Em *História e Verdade*, como o próprio título indica, o principal, porém, é a questão da verdade no conhecimento histórico. A obra é escrita em réplica às teses positivistas e idealistas, postulando simultaneamente o caráter ontológico dos fatos históricos e o caráter ativo do sujeito no seu conhecimento (SCHAFF, 1970, p. 136). O positivismo trata os fatos históricos como coisas, reduzindo seu conhecimento aos simples registro; o idealismo reduz os fatos ao seu conhecimento, retirando-lhes toda a objetividade. Essas posições confundem o fato como acontecimento verificado no contínuo da realidade e o fato como resultado de um processo de conhecimento. Os positivistas confundem o passado com seu conhecimento, os idealistas o conhecimento com próprio passado. Na verdade, a posição correta consiste em entender que o fato histórico,

> Por um lado, do ponto de vista de seu sentido ontológico, é um fragmento da história acontecida, da realidade objetiva, e por outro lado, do ponto de vista de seu estatuto gnosiológico, é o produto da interação específica do sujeito e do objeto, como em todos os outros casos da relação cognitiva (idem, p. 233).

A mediação entre o fato subjetivo e a realidade objetiva, entre o historiador e sua matéria de estudo, é a teoria. A teoria, ou método de análise, é o elemento-chave do conhecimento histórico, na medida em que responde pela seleção, construção e avaliação dos fatos, assim

como pela seleção, reconstrução e mensuração das condições que servem para sua explicação, além de mediar a relação do historiador com seu contexto histórico-social.

Habermas explora e desenvolve esta perspectiva, segundo a qual a teoria precede epistemologicamente os fatos, em seus vários escritos sobre a lógica das ciências sociais. A epistemologia crítica contrapõe-se ao positivismo e à hermenêutica, propondo sua superação dialética. O pecado do positivismo é a compreensão objetivista da ciência, baseada no postulado da separação entre conhecimento e interesse, juízos descritivos e juízos de valor, garantido pelo método; o estudo da realidade empírica pressupõe a auto-suficiência teórica do conhecimento.

Conforme argumenta o autor em *Teoria analítica da ciência e Dialética* (1963), o primeiro a considerar no tocante ao assunto é que, na abordagem crítico-dialética, os conceitos de estrutura, lei e sistema, postulados autonomamente pelo positivismo, subordinam-se ao conceito de totalidade. Os fenômenos sociais não só são concebidos como totalidade, mas se reconhece que essa totalidade condiciona a própria pesquisa desses fenômenos. Os procedimentos do pesquisador são estruturados previamente no contexto desta totalidade histórico-social, processados pelo senso comum, e por isso precisam ser compreendidos hermeneuticamente (HABERMAS, 1967, p. 268-269).

Em segundo lugar, os conceitos nomológicos ou sistemáticos só podem ser interpretados como conceitos de relações de dependência e condicionamento determinados pelo movimento da totalidade. As categorias abstratas têm validade geral apenas no plano teórico, na medida em que se referem a contextos concretos que se definem através de processos mediados por sujeitos humanos. As regularidades nomológicas, quando descobertas, são destituídas de conteúdo ou valor explicativo no contexto das ciências humanas.

> As legalidades históricas – mediados dialeticamente – caracterizam fenômenos mediados pela consciência dos sujeitos, impõem-se como tendências. Ao mesmo tempo, procuram apreender o sentido de um nexo vital histórico. Deste ponto de vista, uma teoria dialética da sociedade se define

> hermeneuticamente. Enquanto as teorias empírico-analíticas concedem somente um valor heurístico à compreensão, essa é básica no método dialético (idem, p. 272).

Portanto, os modelos teóricos não se esgotam no plano sistêmico, têm um caráter hermenêutico que se origina da ação do pesquisador na totalidade social. O componente hermenêutico do método não é meramente heurístico, fornece o contexto de interpretação dos dados levantados pela análise, vinculando os resultados da pesquisa com a práxis em andamento naquele contexto.

> É a totalidade do social que constitui o fundamento das contradições do real que, no seu movimento histórico, permite a emergência de reações interpretativas que constituem núcleos de orientação das técnicas sociais ante objetivos escolhidos de forma presumivelmente livre (idem, p. 275).

O pecado da hermenêutica em contrapartida é a compreensão de cunho ontológico do contexto de tradição que envelopa as ciências humanas; essa compreensão está baseada numa absolutização dos efeitos que este contexto exerce na pesquisa dos fenômenos sociais, devido à antecipação de preconceitos e prejuízos que escapam à neutralização por parte dessa mesma pesquisa. Habermas resume suas críticas em *Lógica das ciências sociais* (1967).

Primeiramente, a hermenêutica não pode levar à suspensão das prerrogativas e pretensões de validade da metodologia analítica da ciência na produção do conhecimento. As ciências humanas não podem dispensar o trabalho metodológico compatível com sua estrutura, vinculam procedimentos hermenêuticos e procedimentos empírico-analíticos, sob pena de perderem a condição de ciências.

> A reflexão sobre as condições da experiência comunicativa não pode nos dispensar do compromisso metodológico de estudo desta comunicação, perante a qual podemos adotar uma postura metódica. (...) E só podemos aprender as regras que a regem de modo sistemático, e não por intuição fenomenológica (HABERMAS, 1967, p. 199).

Em segundo lugar, o próprio plano hermenêutico encontra-se na dependência de estruturas e processo sociais concretos, que se avolumam para dentro dele como sistemas práticos não só de trabalho, como também de dominação social, passíveis de estudo apenas por modelos teóricos de cunho analítico.

> As relações sociais somente são concebíveis a partir do conjunto objetivo que são a linguagem, o trabalho e o poder. A evolução cultural depende dos sistemas de trabalho e poder. A sociologia não pode, por conseguinte, ser reduzida a uma teoria hermenêutica; tem necessidade de um sistema de análise que, por um lado, não suprima a mediação simbólica de toda a ação social e não a reduza a uma ciência física, mas que, por outro, não caia num idealismo lingüístico que reduziria os processos sociais a puros fatos de cultura (idem, p. 259).

Finalmente, o autor salienta que a hermenêutica, quando reifica seu plano de experiência, não reconhece a força transcendente da reflexão que trabalha nela e atua de maneira crítica em sua totalidade concreta.

> Na captação empírico-analítica do sistema social, teremos de recorrer a experiência comunicativa e fazer uso de um marco categorial que, em princípio, conecte essa captação com a autocompreensão dos seus sujeitos agentes e ao mesmo tempo proporcione os meios para penetrar reflexivamente nesta autocompreensão (...) As teorias da sociedade, que reflexionam sobre um processo de formação que afeta a sociedade global e reconstroem as situações de ação coletiva a partir das conexões passadas (...) podem ser narradas em atividade reflexiva, isto é, sistematicamente, desde um ponto de vista antecipado (...) nos termos práticos e hipotéticos de uma filosofia da história (idem, p. 273-274).

Para Habermas, portanto, as ciências humanas elaboraram cada vez mais modelos teóricos e procedimentos analíticos para aplicar ao seu campo de estudos, mas não podem romper com um contexto de

tradição e com o solo da história universal que formam esse campo. Em vista disso, encontram-se submetidas de certa forma às estruturas e sistemas que postulam, seja no presente, seja nas formas sociais que discernem no passado. O conhecimento mantém relações de dependência e limite com essas condições, que colocam assim a exigência de sua superação prática, mediante uma auto-reflexão crítica, em seu próprio interesse. O autor formula essa perspectiva tomando como modelo a crítica da ideologia, presente nos escritos marxianos, e a psicanálise.

> A crítica da ideologia e a psicanálise partem de informações a respeito de relações normativas que desencadeiam um processo reflexivo na consciência não submetido à reflexão, que participa das condições iniciais dessas leis, possa sofrer modificações. Um saber nomológico criticamente mediado pode ser portador de uma reflexão que, se não ocasiona a perda de vigor da lei, pelo menos pode suspender sua aplicação (HABERMAS, 1975, p. 297).

As ciências sociais críticas pressupõem esse modelo epistemológico que postula o caráter complementar entre compreensão e explicação sob o pano de fundo da práxis vital concreta. A história se adequa a ele na medida em que a assimilação de modelos teóricos não rompe com a moldura narrativa que a vincula ao processo histórico. As narrativas não organizam apenas as histórias que o historiador relata, mas o próprio processo que ele estuda, seu campo de estudos é pré-constituído narrativamente no corpo da tradição veiculada pela conexão vital concreta da história (HABERMAS, 1976, p. 210).

Os modelos teórico-analíticos podem adquirir peso autônomo com relação aos acontecimentos e processos históricos, mas não romper com a estrutura narrativa, sob pena de reduzirem a história a medium casuístico de estruturas e desenvolvimentos sistêmicos que a transformam em epifenômeno da teoria. A aplicação desses modelos só pode ser feita a situações concretas referidas a ações, caso contrário

ganham a generalidade sistêmica de modelos auto-regulados, em vez da condição de verdadeiros processos históricos.

> Asserções de teoria sistêmica podem entrar na historiografia, sem quebrar a estrutura narrativa, somente enquanto resultarem da versão em chaves sistêmica de problemas parciais, cuja elaboração (através de modelos) possa ser interpretada segundo conceitos de teoria da ação, referida a atores, e por isso possa também ser exposta narrativamente. Uma teoria sistêmica geral da sociedade e a teoria funcionalista do desenvolvimento sacrificam essa referência à ação (idem, p. 183).

Para Habermas, a historiografia não representa nenhum saber teórico, é pelo contrário uma forma de aplicação desse saber, certamente capaz de lhe propiciar um comportamento crítico com relação ao seu contexto de tradição, mas incapaz de lhe separar da consciência histórica em ação na práxis. A subordinação metodológica da historiografia às ciências sociais pressupõe a autonomia hermenêutica da história. O conhecimento histórico, de base hermenêutica, se processa pela mediação de conceitos analíticos, no contexto de uma pesquisa para a qual “o sentido da história em sua totalidade se descobre teoricamente, na medida em que a humanidade se dispõe praticamente a fazer com vontade e consciência sua história.” (HABERMAS, 1970, p. 263).

Agnes Heller prosseguiu com a empresa de fundamentação teórica da história em bases críticas sugerida pelos escritos de Habermas. A autora acompanha em grande parte os conceitos elaborados por esse pensador, procurando formular os termos de sua aplicação à historiografia. O ponto de partida é a relação da história com a consciência histórica; a necessidade de saber histórico está enraizada na vida cotidiana.

> Por isso, a teoria da história tem que se ocupar dela, a não só dos procedimentos teóricos, dos modos de verificação e falsificação, dos fins inerentes da história e da filosofia da história. A teoria da história deve considerá-los inseparáveis dos estágios da consciência histórica, que de fato expressam as

> várias raízes da história e da filosofia da história (HELLER, 1982, p. 54).

Os fundamentos da historiografia na consciência cotidiana manifestam-se em três elementos que a compõem: a estrutura narrativa, o problema de verdade e a pergunta pelo sentido; mas essa ligação não lhe tira o caráter de episteme (idem, p. 62). O cotidiano não nos oferece saber, mas problemas para resolvermos e opiniões como falsas respostas. A história nasce desse fundo de vida, mas se distingue dele por selar seu compromisso com a verdade através da obediência a normas metodológicas (idem, p. 75).

Para Heller, a matéria da história não é o passado, mas o passado histórico de uma sociedade. A historiografia não trata do passado do presente, da memória viva que ainda exerce efeitos no cotidiano de uma comunidade, condicionando a compreensão de seu contexto vital; ele trata do passado histórico, que nossa própria consciência histórica define por certa descontinuidade com relação ao nosso tempo (idem, p. 76). A própria consciência da história efetual, que se antecipa sempre à consideração do passado, separa um domínio capaz de objetivação ao saber. A história se ocupa dele, estabelece um diálogo entre o presente e o seu outro sob a forma do conhecimento; porém, presa ao passado imediato, exige de si mesma uma atitude crítica para com o presente.

A história degenera em ideologia quando esse compromisso crítico orienta-se pragmaticamente, os estudos históricos rompem com as normas que o comprometem como forma de episteme e se finalizam em função de motivos emanados da opinião e do senso comum; sem dúvida, eles sempre têm uma retroatividade sobre o presente e afetam nossa atitude com relação ao futuro, o passado nos fornece lições conforme nosso interesse nele, mas essa mediação tem um caráter prático, que promana de compromissos em primeiro lugar com a ciência.

> A historiografia pode ser qualificada de episteme e contraposta à mera opinião, só se separa o conhecimento do passado de

> qualquer tipo de finalidade pragmática ou imediatamente prática (idem, p. 81).

O contexto vital condiciona a história, os valores são inseparáveis da prática do historiador. O fato não autoriza, porém, que ele faça juízos de valor. O saber está comprometido com a norma da objetividade. O problema exige do historiador a postura crítica e a auto-reflexão (idem, p. 101), capaz de comprometer o máximo possível seu ponto de vista com os interesses universalizáveis nos horizontes da consciência histórica de sua época. (idem, p. 114).

Em vista disso, o problema da objetividade só pode significar em história um equilíbrio entre sujeito e objeto. A norma da historiografia como episteme é a objetividade, mas sua prática se enraíza em pré-condições cotidianas. O historiador é obrigado a reconstruir os acontecimentos para averiguar como se produziram realmente, mas só pode sabê-lo através dos testemunhos dos que viveram na sua época de estudo, dentro do diálogo valorativo entre o passado e o presente.

Por causa disso, não dispomos e nem podemos dispor de uma única visão dos fatos passados. Essa é uma concepção equivocada, para não dizer falsa, da historiografia. A pesquisa depende de fatores que, embora não possam ser controlados, podem ser submetidos à reflexão crítica no próprio interesse do conhecimento. Portanto, devemos concluir que:

> se organizamos o material histórico a partir de valores não discriminatórios e refletidos, se compreendemos as épocas presentes-passadas de acordo com seus sujeitos agentes como seres humanos, então somos objetivos (idem, p. 115).

A historiografia, embasada nesses pressupostos, é constituída por três princípios metodológicos, articulados por uma matriz teórica, que no caso coincide com uma filosofia da história. A filosofia da história é a matriz teórica dos princípios constitutivos da historiografia, cujo papel é permitir a análise do material empírico e a elaboração de teorias aplicadas (idem, p. 132).

Os princípios organizativos estão baseados na distinção entre passado-presente e passado histórico, servindo de comando para a periodização do processo histórico e a formulação de conceitos para sua caracterização (idem, p. 132-139). Os princípios explicativos compreendem procedimentos complementares de compreensão e explicação da matéria estudada pelo historiador. O primeiro tipo de procedimento se aplica à leitura das fontes, com vistas à configuração dos fenômenos históricos num dado tempo e espaço. O segundo se aplica à determinação das relações entre os fenômenos, contando com a imputação de suas causas, a captação dos fins pensados por seus agentes e seu lugar numa estrutura ou sistema (idem, p. 139-155).

> Apesar das pretensões da hermenêutica, por um lado, e do positivismo, por outro, nenhuma obra historiográfica é possível se emprega o método da explicação ou somente o da interpretação (idem, p. 141).

Os princípios orientadores intervêm conjuntamente com os anteriores, fornecendo generalizações teóricas ou modelos de procedimentos explicativos reconhecidamente válidos para dadas conjunturas. “As correlações gerais proporcionam ao historiador não somente esboços de análises, mas também uma certa quantidade de *informações* e sugerem a *probabilidade* de um acontecimento” (idem, p. 157).

A filosofia da história, entendida como teoria sobre o processo histórico na sua totalidade, é o elemento de articulação desses princípios, por cujo intermédio se transformam nas teorias historiográficas (idem, p. 159). Ela consiste basicamente numa tentativa de resposta à pergunta pelo sentido da existência humana, que a historiografia aplica ao estudo do passado histórico, conforme os interesses práticos da consciência histórica em ação na práxis social.

> As “altas teorias”, em si mesmas, nunca são teorias historiográficas, mas si teorias *sobre* a história (...) A teoria aplicada é o processo acabado da explicação. Em conseqüência, a busca de significado na historiografia se

> persegue somente na teoria aplicada. A teoria aplicada é a historiografia (idem, p. 159).

A historiografia como filosofia da história aplicada esgota o campo do conhecimento histórico, não conhecemos a história senão através da historiografia, mas essa só ganha sentido pressupondo uma filosofia da história.

Para Heller, essa filosofia precisa ser compreendida em termos práticos. A história recusa suas pretensões de conteúdo ontológico e constituição factual. O historiador aceita a noção de história, mas não pode estudá-la; postula ou pressupõe um sentido para ela em sua totalidade, mas não pode comprová-lo.; pode apenas elaborar explicações históricas sob o pressuposto prático desta categoria.

> A teoria da história também é uma filosofia da história, mas incompleta. Não infere o *dever ser* do *ser* a exemplo da filosofia. Na teoria da história, o dever ser é somente uma *idéia*, não uma realidade: renuncia à tradicional identificação filosófica entre *ens perfectíssimum e ens realissimum* (idem, p. 233).

As filosofias da história pressupostas pela historiografia pretendem fazer o historicismo convincente historicizando-se a si mesmas. A unidade da história é um postulado de nossa consciência histórica, que não pode ser considerada sob a forma de um desenvolvimento factual que vincula necessariamente o passado ao futuro. A unidade da história depende da aceitação prática e coletiva do seu sentido, pois somos nós que fazemos a história (idem, p. 244-245).

O conceito de história tem, portanto, um papel fundamental na pesquisa histórica, mas seu caráter é exclusivamente prático, não passa de uma norma reguladora de nossa consideração do passado e compromisso como futuro. Em resumo, trata-se de um conceito cuja validade se restringe àqueles que aceitam seus postulados e o adotam como compromisso regulador de sua práxis vital (idem, p. 258-262).

Agnes Heller e Habermas postulam o entendimento dos métodos de análise histórica no quadro de uma filosofia da história, antecipada sob a forma de hipótese teórica com finalidade prática. Para eles, o componente analítico da historiografia deriva dessa filosofia da história, que se projeta, como hipótese teórica, sobre a totalidade do campo histórico, vinculando em termos práticos a pesquisa com o contexto da ação social. Em contraponto, autores como Paul Ricouer e Jörn Rüsen têm acentuado o caráter mais hermenêutico e volátil dessa relação, assentando-a no caráter narrativo da historiografia.

Paul Ricouer só se situa neste paradigma, com efeito, em função da chamada hermenêutica crítica que o autor desenvolveu no curso de suas reflexões filosóficas. Para ele, as ciências humanas mantêm relações ao mesmo tempo de continuidade e descontinuidade com as ciências naturais. Por um lado, manifestam descontinuidade pelo recurso à compreensão, mas, por outro, continuidade, na medida em que compartilham com essas o uso da explicação. A combinação dos dois expedientes nas ciências humanas fornece o seu cunho dialético.

> Por dialética, eu entendo a consideração segundo a qual explicar e compreender não constituem pólos de uma relação de exclusão, mas sim os momentos relativos de um processo complexo que podemos chamar de interpretação (RICOUER, 1977, p. 127).

O historiador somente começa a fazer obra de ciência quando transcende a compreensão imediata dos fatos e procede à análise de suas conexões, além das razões e motivos alegados por seus autores. Porém, esse procedimento explicativo não tem autonomia, porque seu entendimento exige que ele faça sentido no contexto de uma história. A estrutura narrativa da historiografia fornece esse elemento deflagrador de sentido, possibilita a sua compreensão mediante a subsunção daquele procedimento num relato.

> A compreensão histórica, sobre a qual se enxerta a explicação, põe em ação uma competência específica, a competência de

> acompanhar uma história, no sentido de história que se conta (idem, 143).

Os estudos históricos não visam subordinar um fenômeno a um sistema teórico, mas enxertar esse sistema numa estrutura narrativa, que engendra sua compreensão por parte de seu público. Portanto:

> A compreensão é o momento não metódico que, nas ciências interpretativas, se compõem com o momento metódico de explicação. Esse momento antecede, acompanha, encerra e assim envelopa a explicação. Em contrapartida, a explicação desenvolve analiticamente a compreensão (idem, p. 145).

Jörn Rüsen sistematizou essa concepção num modelo analítico mais amplo. Num texto recentemente publicado sobre a mudança de paradigma na ciência histórica, ele resumiu suas preceptivas sobre a matéria. Para o autor, a matriz disciplinar da historiografia, mesmo quando essa não tem consciência disso, relaciona cinco fatores básicos:

> Em primeiro lugar, os interesses de conhecimento, através dos quais necessidades de orientação na sociedade se prolongam para dentro da disciplina científica; e segundo lugar, em correspondência com estes interesses, as perspectivas orientadoras sobre as transformações do homem e do seu mundo no tempo, nas quais o passado humano pode ser interpelado e reconhecido antes de mais nada como histórico; em terceiro lugar, as regras metódicas, com as quais a experiência do passado é inserida nas perspectivas orientadoras através de pesquisa (processo no qual essas últimas são modificadas e concretizadas), em quarto lugar, as formas de representação historiográficas; e, finalmente, as funções desempenhadas pelo saber histórico no contexto existencial do próprio historiador (RÜSEN, 1987, p. 15).

O conhecimento histórico é determinado por esse conjunto de fatores. As perspectivas teóricas de orientação promanam dos

interesses de conhecimento, fundamentando os princípios metodológicos de pesquisa do passado. Os resultados dessa última são elaborados pelas formas de representação historiográfica e endereçadas às pessoas interessadas, no meio das quais assume funções práticas de orientação no contexto vital. Afinal:

> A historiografia reconstrói a ação humana no passado com base num número de condições que são necessárias para manter o sentido de identidade entre o próprio historiador e o público para o qual escreve: um sentido que determina o que realmente pode ser dito sobre o passado em forma narrativa (RÜSEN, 1986, p. 242).

Para Rüsen, o modelo epistemológico acima descrito concerne, em maior ou menor escala, à prática dos historiadores, embora a concepção que eles possam ter seja freqüentemente desfigurada com relação ao modelo que ele próprio chama de *razão histórica*. Os paradigmas de compreensão da história não são senão formas de manifestação dessa razão, cuja formação e desenvolvimento não podem ser dissociadas das transformações verificadas no conhecimento histórico, para o qual fornecem, com ou sem adequação, os modelos de autocompreensão. Por isso, ela própria precisa ser historicizada, colocando a si, não só ao seu modelo de ciência, a exigência de auto-reflexão (RÜSEN, 1987, p. 17).

Quanto à questão metodológica, Rüsen precisa que a história é uma ciência dotada de método próprio, composto de três elementos: a heurística, responsável pela formulação das perguntas da pesquisa; a crítica, responsável pela análise das fontes; e a síntese, correspondente à interpretação da matéria. A fundamentação de sua prática em bases críticas consiste na composição entre os procedimentos hermenêuticos de compreensão e os procedimentos teóricos de análise numa síntese dialética, capaz de proceder à explicação narrativa de seu campo de estudo (RÜSEN, 1984).

Para o autor, as formas narrativas são componente estrutural do conhecimento histórico, na medida em que fixam seus limites e possibilidades, medeiam seus vínculos com o contexto social. Os

procedimentos teóricos não fazem senão desenvolvê-las em termos analíticos, para configurar, mediante sua síntese, a interpretação do historiador (RÜSEN, 1984).

Michel de Certeau não se inclui propriamente no paradigma crítico. As reflexões do autor têm um caráter complexo e multifacetado, que se revela refratário às tentativas de classificação, envolvendo questões metodológicas, teses narrativas e análise sociológica. A colocação do mesmo neste capítulo se deve à sua teoria da historiografia, cujo principal mérito parece ser a tradução dos vários conceitos formulados pela hermenêutica em termos analíticos. Nesse sentido, aliás, representa uma contribuição para a compreensão dos estudos históricos marcada pela conceituação dos problemas epistemológicos da história no plano da práxis do historiador.

Para o autor, a história é uma prática social; não podemos compreender seu estatuto como saber sem estudar a prática de onde ele resulta.

> Fazer história é de fato uma prática, onde se articulam três elementos decisivos: um lugar de produção (um lugar social, econômico e cultural), as regras técnicas (ou científicas) de pesquisa e a construção de um texto (DE CERTEAU, 1975, p. 4).

Os estudos históricos remetem a condições sociais determinadas, que fixam os temas a pesquisar, os enfoques possíveis, as técnicas de pesquisa, o sistema narrativo de referência e a concepção teórica do historiador (idem, p. 47). A sua atividade não opera sobre o passado, mas um corpo de fontes e documentos, num trabalho cujo resultado é a elaboração de um texto (idem, p. 28). A história resume-se no estudo sistemático dos restos que a sociedade estigmatiza como pertencentes ao que ela julga ter deixado para trás: o passado.

Desse ponto de vista, que enfatiza seus procedimentos de escritura,

> ela produz textos que, de diversas maneiras, têm a dupla característica de combinar uma semantização (a edificação de um sistema significante) com uma seleção (triagem cujo princípio tem lugar onde um presente se separa do passado) e ordenar uma *inteligibilidade* com uma *normatividade* (teórica) (idem, p. 109).

A prática da historiografia sistematiza procedimentos significantes, cujas regras de transformação são socialmente condicionadas. O discurso desenvolve uma temporalização que não coincide com o tempo das coisas, acelerando ou retardando-o cujos efeitos de sentido distribuem e codificam o tempo vivido em seu campo de estudo. A conseqüência geral dessa situação é a colocação da realidade social-histórica em duas dimensões.

A história, encravada na fenda que separa o presente (lugar de sua prática) do passado (lugar de seu campo factual), não cessa de reencontrar o primeiro no seu campo factual e o segundo pressuposto na prática de seu estudo. Conforme as palavras do autor:

> A historiografia transforma-se constantemente com a história que ela estuda e o lugar histórico onde ela se elabora. [Por exemplo:] a pesquisa do que teve de se passar nos séculos XVII e XVIII para que se produzissem os fatos constatáveis ao final do século XVIII pede normalmente uma reflexão sobre o que deve se passar hoje, e mudar, nos procedimentos historiográficos para que apareça esta ou aquela série de elementos que não entravam no campo dos procedimentos de análise até aqui (idem, p. 124).

Para De Certeau, essa configuração epistemológica salienta o papel do conhecimento histórico, que não se limita a compreender ou explicar o passado, mas sustenta também uma relação prática para com o campo no qual se faz a história na atualidade. A escritura da história tem estruturas que transformam seu público em sujeitos potenciais do processo social em curso. A leitura dos estudos históricos opera, no limite, no mesmo plano de sua confecção, na medida em que compartilham de um mesmo horizonte de ação. Há um

contrato enunciativo entre destinador e destinatário que organiza paralelamente um espaço social, através da produção de sentido histórico.

> Quando a história toma em consideração o seu "fazer" ("fazer história") ela encontra ao mesmo tempo seu enraizamento na ação que "faz a história". Assim como o discurso não pode ser dissociado de sua produção concreta, ele não pode sê-lo da prática política, econômica e religiosa, que transforma as sociedades e que, em dado momento, torna possível tal ou tal tipo de compreensão científica (DE CERTEAU, 1975, p. 41).

O conhecimento histórico articula um campo prático de ações, fornecendo um princípio de inteligibilidade do presente, induzindo tomadas de posição, num processo que colabora para a constituição da subjetividade prática de seu público. Por isso, aliás, há uma dialética entre a historiografia, que age retroativamente sobre uma conjuntura dada, e o campo social, que preside sua constituição como saber histórico. O estudo do passado é uma variante do trabalho sócio-político de ação sobre o presente e construção do futuro.

> Ele representa, articulando-as sobre uma mesma cena, as contradições de um grupo, de um país, de uma classe, etc. Ele arranja as forças em conflito ou equilibra-as num quadro. Ele lhes fornece um espaço de compatibilização e representatividade comum, inscrevendo na mesma narração analítica as antinomias entre o passado e o presente, entre posições sociopolíticas adversas, ou entre procedimentos (científicos, políticos) produtivos e suas resistências (DE CERTAU & ROBIN, 1976, p. 49).

Em resumo, o contexto concreto da prática teórica do historiador é marcado por essa soma de relações, cuja consideração e análise complementam a contribuição dada pelo paradigma crítico-dialético à compreensão de sua ciência.

4.2 Do neo-historicismo ao paradigma pós-modernista

Expressão do pós-modernismo no campo das teorias da histórica como saber, podemos entender o que chamamos de neo-historicismo como uma reação às concepções cientificistas que cercaram a compreensão das ciências históricas nas últimas décadas do século XX. De certo modo, existe nele uma herança do historicismo positivista, não fosse sua recusa de conceder à história o título de ciência. A concepção do saber histórico que desenvolve parte do suposto que as questões filosóficas não afetam o trabalho do historiador, cujo ofício, menos que uma ciência, é uma espécie de arte (literária).

Paul Veyne é o principal teórico desse movimento, cujas sementes, mantidas em estado embrionário durante muito tempo, foram lançadas alguns anos antes por G. R. Elton. Em *The Pratice of History* (1967), o historiador inglês se propõe a explicar os cânones práticos da atividade do historiador e não um modelo de sua ciência, apresentando um conjunto de regras e preceitos que devem, segundo ele, ser seguidos e observados pelo historiador, se deseja trabalhar com historiografia.

Em primeiro lugar, o autor precisa que a história não é o estudo do passado humano, mas o estudo dos traços deixados por ele no presente (idem, p. 9). A história se faz com fontes, que servem de base para a reconstrução de cadeias de acontecimentos em ordem seqüencial no tempo. Ela não pode estabelecer leis, porque suas generalizações e esquemas têm um caráter *a priori* com relação a sua base empírica. Servem apenas para especificar os acontecimentos. Nenhum historiador trata seus fatos como único ou singulares, mas sim como fatos particulares, pois precisam ser referidos a certos modelos ou experiências comuns para adquirirem significado. Os acontecimentos e pessoas com os quais se ocupa são específicos, semelhantes a outros de tipo similar, mas nunca inteiramente idênticos (idem, p. 11).

Por causa disso, a historiografia mantém um estatuto próprio que a distingue das ciências sociais e limita sua capacidade de renovação conceitual como se pretende na atualidade.

> O historiador não deve se revoltar contra a primeira condição de seu ofício: seu conhecimento do passado é comandado pela evidência daquele passado, e essa evidência deve ser criticada e interpretada conforme os cânones da erudição histórica. Os novos métodos podem aumentar seu manuseio daquela evidência, mas só se controlados pelo método histórico, que baseia os detalhes na evidência e a generalização no detalhe (idem, p. 35).

Elton nota que os conceitos têm um papel no método histórico, mas eles não vedam ou alteram a essência dos fatos, consistem apenas na sua esquematização. Os fatos existem de modo real e independente do historiador, sendo possíveis de observação e estabelecimento dentro de certos termos. A posição do autor é tipicamente empirista.

> Há sempre, em resumo, um consenso sobre grande parte do conhecimento histórico, a respeito do qual não há disputa possível, embora essa parte do conhecimento não possa por si mesmo promover uma interpretação refinada do passado ele é inteiramente indispensável para qualquer estudo sobre ele (idem, p. 59).

De certo, os historiadores divergem sobre o caráter dos acontecimentos, mas essas divergências se originam de diferenças detectas ao nível dos fatos, de modo que não se trata de questão de interpretação, mas de estabelecimento dos fatos, na qual sempre se recorre à seleção. Afinal,

> O método histórico não é mais que um meio reconhecido e testado de extrair do que o passado deixou não só os eventos que ele continha e os fatos verdadeiros, mas também e tanto quanto o possível seu verdadeiro sentido e interpretação; o conjunto, por sua vez, deve ser governado pelo primeiro

> princípio da compreensão histórica, nomeadamente o princípio de que o passado deve ser estudado em si mesmo, em seu próprio contexto e seus próprios termos (idem, p. 65).

Considerando essa definição, o ponto básico do método é o manejo das fontes. O historiador deve considerar todas as evidências sobre determinado assunto, procurar conhecer todo o material relevante para sua pesquisa, dentro dos limites impostos pela situação (idem, p. 66). A seleção dos aspectos pertinentes à mesma deve ser feita com base nas próprias fontes e não nas concepções defendidas pelo historiador. As respostas às perguntas que ele elabora devem ser retiradas do exame dos próprios dados e não de sua possível interpretação ou propósito de pesquisa (idem, p. 70).

> A leitura de seu material estimula o historiador a fazer questões profundas o bastante para dar novo significado ao material e levá-lo a questões adicionais sob pressão do material. A escrita e reconstrução da história resultam de um diálogo entre o historiador e sua documentação (idem, p. 93).

Paul Veyne apresenta-se nesse contexto como autor do manifesto teórico das perspectivas tradicionalistas redescobertas pelos historiadores de ofício, chamado Como se escreve a história (a971). O texto é polêmico da primeira à última página, assemelhando-se em tom ao manual de Elton. A história carece de fundamento filosófico, resume-se numa atitude intelectual ligada, em última instância, a nossa curiosidade intelectual, trata-se de um fato de cultura. Para o autor,

> A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica nem tem método; melhor ainda, a história, da qual muito se tem falado, nesses dois últimos séculos, não existe (idem, p. 7).

A história não passa de uma narrativa verídica de acontecimentos, todas as demais características do conhecimento histórico derivam desse axioma. Em primeiro lugar, ela não resgata o

vivido dos fatos, apenas os relata conforme o ponto de vista do historiador (idem, p. 11); em segundo, consiste no relato da trama que costura os acontecimentos no fluxo do tempo.

> Os fatos não existem isoladamente, nesse sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma "trama", de uma mistura muito humana e muito pouco "científica" de causas materiais, de fins e de acasos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa (idem, p. 28).

A conseqüência desse enfoque é que tudo é histórico, logo a história não existe, existem apenas histórias de... (idem, p. 23). A história como totalidade é uma categoria transcendental ou idéia-limite que se subtrai ao conhecimento histórico; o historiador contenta-se em reconstruir fragmentos de sua trama.

A história não tem objeto, mas um campo factual, composto originalmente nem por leis, nem por eventos, mas um número infinito de trajetórias e acasos ligados à vida do homem, que o historiador relata conforme o ponto de vista de sua escolha e a documentação disponível. Os fatos históricos, cujo caráter, a exemplo de Elton, é a especificidade, não são coisas estáveis, mas núcleos de relações; a sua unidade é puramente nominal.

> O historiador escolhe livremente o itinerário para descrever o campo factual e todos os escolhidos são válidos (mesmo que não sejam interessantes) (...) Um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis. (...) Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias, eles são um corte que realizamos livremente na realidade, aglomerado de procedimentos em que agem e sofrem substâncias em interação, homens e coisas (idem, p. 30).

As teorias e conceitos que fazem parte do ponto de vista do historiador são apenas resumos de tramas. O conflito entre campo e cidade, por exemplo, não é um axioma explicativo de certos

acontecimentos, mas só o resumo de uma trama de acontecimentos de certo tipo. As teorias e conceitos classificam certos percursos e fornecem tipologias que ajudam o pesquisador a descobrir outros novos, sem perderem o caráter de construções nominais, oriundas do senso comum (cidade, campo) ou da erudição (iluminismo, evergetismo), mas sempre do mesmo valor.

> Teorias, tipos e conceitos são uma única e mesma coisa: resumos prontos de tramas. É portanto inútil prescrever para os historiadores a construção ou a utilização de teorias ou tipos. Eles sempre fizeram isso, e não poderia ser de outro modo, a não ser de não pronunciar uma só palavra (idem, p. 63).

Em virtude disso, a história desconhece a explicação e o determinismo. O campo factual se dispersa num conjunto de percurso inesgotável e sem rotas preestabelecidas, não há trajetória em si mesma mais importante que outra, é uma questão de escolha do historiador. A trama pode ser apreendida com base em vários tipos de linha (econômica, pessoal, moral, etc.) sem que se possa estabelecer que os acontecimentos compostos nela sejam necessariamente de uma determinada classe ou pertençam de direito a um dado sistema de referência, por intermédio da narração.

> A história nunca ultrapassa esse nível de explicação muito simples; ela continua sendo, fundamentalmente, uma narração, e o que se denomina de explicação não é mais que a maneira da narração se organizar em uma trama compreensível (idem, p. 51).

Veyne reserva a esse procedimento o nome de compreensão. A compreensão não se distingue muito do gênero de explicação que se utiliza na vida cotidiana e no senso comum, não tem o mesmo conteúdo do termo técnico criado por Dilthey. Trata-se de uma operação imanente ao relato e ao sentido que o historiador dá a uma trama através da narração.

> A história não explica, no sentido de que ela não pode deduzir e prever (só um sistema hipotético-dedutivo pode fazê-lo); suas explicações não são a volta a um princípio que tornaria o acontecimento inteligível, elas são o sentido que o historiador empresta à narração (idem, p. 53).

A história procede a análises causais que não merecem este nome, porque se subtraem ao modelo nomológico. As causas podem ser multiplicadas e subdivididas ao infinito e sua especificação é válida apenas na ordem do discurso. O problema do historiador é preencher as lacunas deixadas pela leitura dos documentos, remontar do efeito para a suposta causa na constelação histórica que o precede, a fim de cerrar a narração. A pesquisa histórica está baseada no que chama de retrodição.

> Não é a primeira vez que constatamos e não será a última: a raiz dos problemas do conhecimento histórico se coloca em nível dos documentos, da crítica e da erudição. A tradição filosofante em matéria de epistemologia histórica visa a mais alto; ela se pergunta se o historiador explica por meio de causas ou por meio de leis, mas passa acima da retrodição; ela fala da indução histórica e ignora a colocação em série. Ora, a história de uma época determinada se reconstitui por colocações em série, por idas e vindas entre os documentos e a retrodição, e os "fatos" históricos que são aparentemente mais consistentes, são, na realidade, conclusões que compreendem uma proporção considerável de retrodição (idem, p. 77).

A visada gnosiológica do campo factual feita pela história impede que ela possa ser ciência, o que não impede que esse campo possa ser alvo de um conhecimento científico (Cf. Idem, p. 119). Por outro lado, a causalidade não é constante, certa causa não produz sempre o mesmo efeito, mesmo as mais regulares nem sempre são as mais eficazes (idem, p. 126). A história não tem anatomia, não pode encontrar um núcleo consistente de determinismo. A história tem por princípio que tudo que aconteceu é digno dela e de nossa curiosidade,

não tem o direito de se limitar ao que é suscetível de ciência (idem, p. 128).

Em suma, a história não é ciência, não tem método, não explica coisa alguma; porém, se souber ousar poderá levar longe seu sopro de vida. A multiplicação das perguntas e a abertura para o não-factual são a mola do progresso em história. Para isso, ela conta com colaboração das ciências humanas, capazes de lhe fornecer novos tópicos de pesquisa, na medida em que "a dificuldade da historiografia está menos em encontrar respostas do que em encontrar perguntas". Conforme nota o autor, em sua contribuição à coletânea *Faire de l'Histoire*:

> Não pode haver ciência da história, porque o movimento histórico não comporta um primeiro motor. Nessas condições, que perspectivas de futuro ficam abertas à história? As da conceitualização (VEYNE, 1975, p. 81).

Posteriormente, Veyne matizou suas afirmações, proclamando que a história é análise mais do que narração, porque é a aplicação das ciências humanas ao seu campo de estudos e nesse sentido se beneficia de quantum de cientificidade que elas contêm (VEYNE, 1977, p. 23). A conseqüência da ampliação do questionário é a combinação de procedimentos explicativos, tomados das ciências humanas, com os procedimentos individualizantes, baseados na elaboração de conceitos próprios, que promovem o inventário das diferenças. Considerando assim, puderam-se rever as formulações anteriores e escrever:

> A história é congenitamente científica, não pode ser erudição inocente; existem relatos inocentes, mas não puros: dizer que a guerra púnica foi uma guerra, já é colocar imprudentemente os pés sobre um terreno minado, o da teoria das relações internacionais (idem, p. 47).

Em linhas gerais, a história visa a especificação das ciências humanas e, por isso, aliás, desconhece a generalização. Seus conceitos

servem para reconstruir experiências particulares e não têm cunho sistemático. Em última instância, os fatos não podem ser explicados, como argumenta Elton. Para os neo-historicistas, por isso tudo, a história é um saber, tanto quanto uma arte: constitui uma forma de criação intelectual baseada numa disciplina e num estilo de escrever, ao mesmo tempo empírica e subjetiva, mas que se conserva alheia ao conceito científico de verdade.

Hayden White avança sua polêmica e ressonante contribuição à teoria dos estudos históricos por essa linha de análise, conjugando em seus escritos elementos de vários paradigmas. O enfoque narrativista é desenvolvido, nele, mediante o uso combinado de conceitos do estruturalismo e da crítica das ideologias, com claro prejuízo do entendimento gnosiológico de sua problemática. Para o autor, a história consiste numa forma ou artefato literário: a linguagem da historiografia é constitutiva do conhecimento histórico, pertencendo à mesma classe de estrutura e discurso da literatura.

O resultado é sua caracterização como protociência:

> A história não é uma ciência; ela é no máximo uma protociência, que inclui em sua constituição elementos não científicos especificamente determinados (WHITE, 1973, p. 21).

Segundo o autor, o problema da explicação histórica resolve-se na série de procedimentos lingüísticos empregados pelos historiadores. O campo dos estudos históricos é prefigurado por certos *tropos lingüísticos* (metáfora, metonímia, sinedoque e ironia) antes de ser trabalhado por eles. A aplicação da linguagem ao campo histórico prefigura a explicação teórica dada aos fatos e que se limita a formalizar qualidades anteriormente dadas à sua matéria por uma forma ou estilo de escrita (WHITE, 1974, p. 54). As figuras de linguagem estabelecem as relações de representação possíveis entre a ciência histórica e o passado, os termos significantes da reconstrução do segundo pelo primeiro.

Essa estrutura lingüística, caracterizada como espécie de *a priori*, não tem, contudo, caráter formal, pois pode ser conceituada em

termos sociais. Na verdade, ela assinala o vínculo primário do pesquisador com sua comunidade, "pois a ligação entre um dado historiador e seu público potencial é forjada num nível pré-teórico, especificamente lingüístico" (idem, p. 429).

O historiador desenvolve seu trabalho em cima dessa estrutura profunda que determina o sentido de sua pesquisa; ele articula uma história e reconstrói o passado sob esse pressuposto ao mesmo tempo formal e sociológico. Desse ponto de vista, aliás, seu trabalho consiste basicamente numa série de escolhas estéticas ou morais, pois, "existe uma afinidade eletiva entre o ato de prefiguração do campo histórico e as estratégias explanatórias usadas pelo historiador" (idem, p. 30).

As explicações do historiador não têm autonomia própria, expressando-se através dos mesmos procedimentos empregados pela linguagem ordinária: eles confundem-se com o processo de articulação significativa do seu referente pela narração (WHITE, 1974, p. 58-59). Não obstante, podemos distinguir três componentes básicos, cuja articulação, variável de historiador para historiador, constitui a matriz de explicação histórica ou estratégia compreensiva do pesquisador. O primeiro é o argumento ou modelo teórico com que ele dispõe seus fatos na estruturação lingüística de base; o segundo é a trama que ele elabora para expor seu desenvolvimento e costurar os dois outros componentes; o terceiro e último é o sistema ideológico, que enfoca este movimento desde uma dada perspectiva. O conjunto forma o estilo do historiador.

> Venho sustentando que o estilo de um dado historiador pode ser caracterizado nos termos do protocolo lingüístico que ele usou para prefigurar o campo histórico, antes de subordiná-lo às várias estratégias "explanatórias" que ele usou para formar uma história em cima da crônica dos eventos contida nas fontes históricas (WHITE, 1973, p. 426).

Em última instância, a historiografia consiste numa atividade poética, comandada por estruturas estéticas, que não apenas vedam seu estatuto pleno de ciência, mas lhe associam com o trabalho da

imaginação. A estrutura narrativa historiográfica, que pretende representar eventos reais, na verdade se funda na imaginação.

> Como o passado, que por definição compreende eventos, processos e estruturas que não podem mais ser percebidos, pode ser representado em uma consciência ou discurso senão de modo imaginário? (WHITE, 1984, p. 33).

Para White, em suma, a prática dos historiadores é criadora de ficção e a história responsável por uma forma de verdade especificamente humana. Em seus escritos, a tendência narrativista esgota seus conteúdos analíticos e se transforma progressivamente em pura e simples teoria da historiografia.

Conclusão

Nesse ponto, convém encerrar nossa exposição, chamando as conclusões do trabalho. A primeira delas parece patente da primeira a última página do texto. A epistemologia da história constitui um campo de estudos aberto à divergência de enfoques e conceitos que, nascidos conjuntamente com a ciência histórica moderna, acompanham-na até os dias de hoje. O caráter do conhecimento histórico é um dos principais temas da reflexão epistemológica contemporânea no terreno das chamadas ciências humanas. Afinal, trata-se de matéria que preocupa tanto os filósofos, que encontram nela espaço para cultivar seus próprios problemas, como os historiadores, cujo trabalho pressupõe sempre a adesão a um ou outro paradigma epistemológico.

Não obstante, a epistemologia da história ainda não emitiu um juízo conclusivo sobre essa questão. A revisão sistemática dos paradigmas nos quais se dispõe seu pensamento, mesmo carente de sua avaliação crítica, nos fornece elementos para entender a razão. Os antagonismos de pressupostos teóricos, combinados com a própria mutabilidade da ciência histórica em nosso tempo, da qual aliás não podem ser dissociados, vedam qualquer possibilidade de consenso, embora o surgimento de propostas nesse sentido tenha sido relativamente constante ao longo de sua evolução.

Como Harriet Gilliam nota, suas duas principais correntes:

> não apenas se originaram do historicismo [de Ranke], mas também, através de suas respectivas histórias, dividem certas pressuposições epistemológicas fundamentais, a despeito de suas óbvias diferenças; encarregam-se das mesmas questões epistêmicas; e estimulam uma a outra e elaborar novas diferenciações, refinamentos e compromissos (GILLIAM, 1976, p. 232).

Do ponto de vista geral, os paradigmas epistemológicos da história podem ser divididos basicamente em três: historicismo,

positivismo e dialética. Nos termos do debate contemporâneo, falaremos nos paradigmas hermenêutico, neopositivista e crítico, tendendo as demais correntes a se situar na esfera de um destes.

Primeiro, os paradigmas apresentam concepções opostas quanto ao *método empregado pela história*. Para o historicismo, o método está baseado na compreensão das ações humanas, enquanto para o positivismo consiste na explicação nomológica dos acontecimentos. Marx, originalmente, elaborou uma síntese entre esses dois modelos, promovendo uma compreensão das ações humanas como práticas sociais desenvolvidas em condições econômico-sociais determinadas. Weber formulou uma alternativa a tanto, combinando as concepções historicistas com a explicação causal orientada por generalizações teóricas, derivada da epistemologia positivista.

A corrente neopositivista apresenta duas tendências: a tendência logicista mantém o postulado da explicação nomológica dos acontecimentos, com relação à qual o estruturalismo é somente uma variante. O materialismo histórico oriundo do marxismo fica a meio caminho entre essas duas vertentes, salientando o fato de que as relações entre explicação sistemática e relato factual obedecem a princípios nomológicos ou estruturais.

A filosofia analítica assimila o método histórico à compreensão dos fatos numa estrutura narrativa onde os mesmos adquirem sentido, sendo seguida nesses temos pelo neo-historicismo pós-modernista. A hermenêutica, em contraposição, reduz o método à autocompreensão do movimento de transmissão de sentido feito pela cultura, deixando em aberto o conceito de seus procedimentos. O paradigma crítico, enfim, procura combinar a compreensão narrativa que vincula o método ao movimento histórico com uma explicação estrutural dos fatos e processos que compõe esse movimento, chamando atenção para seu componente polêmico e auto-reflexivo.

Em seguida os paradigmas divergem quanto à *matéria da história*. Para o historicismo, ela consiste no curso das ações humanas, que não obedecem à causalidade, mas ao movimento das idéias, enquanto para o positivismo apresenta regularidades empíricas de cunho natural, dependentes de relações causais sistemáticas. Para o

neopositivismo, a questão é analiticamente neutra, podendo ser reduzida à questão do método, enquanto para a hermenêutica consiste num processo de transmissão de sentido, auto-sustentado pela competência narrativa aplicada pelos sujeitos sociais à sua práxis.

Desenvolvendo um modelo presente nos primeiros escritos teóricos de Marx, mas de modo ainda mais claro nos textos de Weber, o paradigma crítico-dialético entende o campo de pesquisa factual do historiador como práxis humana limitada por determinadas condições, cujo caráter, sempre mediado pelos sujeitos da ação social, pode assumir um cunho estrutural ou sistêmico.

Enfim, os paradigmas divergem quanto à *concepção de ciência aplicável à história*. Para a linhagem historicista, esta última encontra suas possibilidades fora dela, seja no solo da história universal, no movimento da tradição, no contexto vital do trabalho e da comunicação, ou ainda num meio social determinado. Em contraponto, a linhagem positivista acentua a auto-suficiência teórica da ciência, baseada em procedimentos metodológicos, com meio de se chegar ao conhecimento objetivo da realidade.

Em resumo, as conclusões podem ser colocadas do seguinte modo. Enquanto para as correntes de linhagem historicista a historiografia tende a ser reconhecida como ciência, mas diversas das demais, para as correntes de linhagem positivista há diversidade de opiniões, coexistindo juízos contra e a favor da concessão desse título. O ponto de vista das correntes de compromisso entre ambas coincide com o juízo da maior parte dos historiadores, manifesto por Villar, para quem a história é uma ciência em construção (VILLAR, 1982).

> No século vinte, a continuação do diálogo interno entre realismo [positivismo] e idealismo [historicismo] dentro da teoria historiográfica tomou a forma de uma série de esforços (geralmente não deliberados) para acomodar e reconciliar as visões de uma escola com as da outra. A história da teoria historiográfica moderna apresenta assim um padrão, ou mais propriamente, um círculo: origem comum, diferenciação e tentativa de reconciliação (GILLIAM, 1976, p. 231).

A proposta deste trabalho exclui deliberadamente a tomada de partido a respeito dessas questões e a avaliação crítica de seu conteúdo, tarefa que pretendemos assumir num próximo estudo. A preocupação com o escrevemos é outra. Os historiadores manifestam ainda hoje sua dificuldade em escrever a história com plena consciência da teoria que embasa suas pesquisas. A culpa disso é deles mesmos, pois eles têm abdicado de pensar sobre sua prática, deixando-se cegar pelo objetivismo.

Ainda hoje, autores renomados supõem que as questões filosóficas e epistemológicas não afetam o trabalho de pesquisa, quando é cada vez maior a complexidade teórica de sua disciplina. Por isso, não parece exagero afirmar que a comunidade dos historiadores tem muito a lucrar com o estudo da teoria da história, na medida em que esse estudo contribua para esclarecer os pressupostos que embasam sua prática e lhe abra perspectiva mais ampla para ela pensar e desenvolver suas atividades.

Referências

ADANSON, Walter (1981). Marx's four histories. *History and Theory*, *XX* (Beiheft), 1981.

ALTHUSSER, L.; BALIBAR. E. (1965). *Para leer el capital*. 16. Ed. México DF: Siglo XXI, 1978.

ARON, Raymond (1937). *La Philosophie Critique de l'Histore*. 2. Ed. Paris: Gallimard, 1950.

ARON, Raymond (1938). *Introduccion a la Philosophie de l'Histoire*. 9. Ed. Paris: Gallimard, 1948.

ATKINSON, Robert (1978). *Knowledge and Explanation is History*. Londres: MacMillan, 1978.

BALIBAR, Etienne (1969). A ciência do capital. *Revista Tempo Brasileiro*, 30: 79-103, 1972.

BARTHES, Roland (1967). El discurso de la historia. In: *Estructuralismo y literatura*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1970.

BAUER, Whilhelm (1921). *Introdución al estúdio de la historia*. Barcelona: Bosch, 1944.

BEARD, Charles (1935). That noble dream. In: NASH, Ronald ed., *Ideas of History II*, Nova Iorque: Dutton, 1969.

BECKER, Carl (1934). Written history as an act of faith. In: MEYERHOFF, Hans, ed. *The Philosophy of History in Our Time*. Nova Iorque: Anchor, 1959.

BEER, Henri (1911). *La Synthese en Histoire*. 2. ed. Paris: Albin Michel, 1953.

BERKHOFER Jr., Robert (1969). *A Behavioral Approach to History*. Nova Iorque: Free Press, 1969.

BERLIM, Isaiah (1954). *Historical Inevitability*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1954.

BERNHEIM, Ernest (1905). *Introducción al studio de la historia*. Barcelona: Labor, 1937.

BLOCH, Marc (1949). *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1965.

BORDIEU, Pierre (1973). *El oficio de sociólogo*. Mexico DF: Siglo XXI, 1975.
BOUVIER-AJAM, Maurice (1970). *Essai de Méthodologie Historique*. Paris: Le Pavillon, 1970.
BUCHEZ, Jean-Baptiste (1842). *Introduction a la Science de l'Histoire*. Paris: Guilhaumin, 1842.
BUKHARIN, Nicolai, (1922). *Tratado de materialismo histórico*. Lisboa: Centro do Livro, 1980.
BURY, J.B. (1902). The science of history. *In Selected Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1930.
CARR, Edward (1961). *O que é história*? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
CASSANI, Jorge (1965). *Del epos a la historia científica*. 3. ed., Buenos Aires: Editorial Nova, 1970.
CASTELLS, Manuel (1973). *Pratica epistemológica e ciências sociais*. Porto: Afrontamento, 1978.
COLLINGWOOD, Robin G. (1946). *La idea de la historia*. México DF: FCE, 1952.
COMTE, Augusto (1822). Opúsculos de filosofia social. In: *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1978. (Col. Cientistas Sociais).
COMTE, Augusto (1830). Curso de filosofia positiva. In: GARDINER, Patrick, Ed., *Teorias da história*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.
CROCE, Benedetto (1915). *Teoria e história de la historiografia*. Buenos Aires: Editorial Escuela, 1965.
CROCE, Benedetto (1938). *História: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
CRUZ, Manuel (1981). *El historicismo*. Barcelona: Montesinos, 1981.
DANTO, Arthur c. (1965). *Analytical Philosophy of History*. 2. ed., Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
DARDEL, Eric (1946). *L'Historie: Science du Concret*. Paris: P.U.F., 1946.
DE CERTEAU, Michel (1975). *L'Écriture de L'Histoire*. 2. ed. Paris: Gallimard, 1978.

DE CERTEAU, M.; ROBIN, Régine (1976). *Le discours et le historique. Dialectiques, 14*: 41-62, 1976.

DEWEY, John (1938). Logic: *The Theory of Inquiry*. Nova Iorque: Henry Holt, 1938.

DILTHEY, Whilhelm (1883). *Introducción a las ciências del espiritu*. Buenos Aires, Espasa/Calpe, 1948.

DILTHEY, Wilhem (1911). *La construcción Del mundo histórico em las ciências del espiritu*. México DF: FCE, 1966.

DOBRIANOV, Vladimir (1968). *Os problemas metodológicos do conhecimento histórico*. Moscou: Progresso, 1971.

DRAY, William (1957). *Laws and Explanation in History*. Oxford University Press, 1977.

DRAY, William (1964). *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

DROYSEN, C. Gustav (1858). *Histórica: lecciones de metodología de la historia*. Barcelona: Editorial Alfa, 1983.

ELTON, George R. (1967). *The Practice of History*. Nova Ioruq: Apollo, 1970.

FAUSTO, Ruy (1983). *Marx: lógica e política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FLEISCHER, Helmut (1969). *A concepção marxista da história*. Lisboa: Edições 70, 1978.

FOUCAULT, Michel (1969). *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

FRANKEL, Charles (1975). Explicação e interpretação em história. In: GARDINER, Patrick, ed. *Teorias da história*. Lisboa: Calouste Bulbenkian, 1984.

FREUND, Julien (1973). *Teoria das Ciências humanas*. Lisboa: Sociocultur, 1977.

GADAMER, Hans-Gerog (1960). *Verdad y metodo*. Salamanca: Sigueme, 1977.

GALLIE, W.B. (1964). *Philosophy and the Hsitorical Understanding*. Londres: Chattus & Windus, 1964.

GARDINER, Patrick (1952). *The nature of Historical Explanation*. Oxford: Oxford University Press, 1952.

GARDINER, Patrick (1959). *Teorias da história*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

GILLIAM, Harriet (1976). The dialectics of realism and idealism in modern historical theory. *History and Theory*, XV: 231-256, 1976.

GOLDENSTEIN, Leon (1976). *Historical Knowing*. Dallas: Texas University Press, 1976.

GOLDMAN, Lucien (1951). *Ciências humanas e filosofia*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

HABERMAS, Jürgen (1967). *Lógica de las ciências sociales*. Madrid: Tecnos, 1988.

HABERMAS, Jürgen (1968). *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

HABERMAS, J6urgen (1976). *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HALPHEN, Louis (1948). *Introdução à história*. Coimbra: Almedina, 1961.

HEIDEGGER, Martin (1927). *El ser y el tiempo*. 2. ed. México DF: FCE, 1971.

HELLER, Agnes (1982). *Teoria de la história*. Barcelona: Fontamara, 1982.

HEMPEL, Carl (1942). A função das leis gerais em história. In: GARDINER, Patrick, ed. *Teorias da história*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

HEXTER, J.H. (1968). Historiografia: la retórica de la historia. In: *Enciclopedia internacional de las ciências sociales*. Madrid: Aguillar, 1975. V. 5.

HOOK, Sidney (1963). *Philosophy and History*. Nova Iorque: NYC University Press, 1963.

KAHLER, Rich (1964). *Que es la historia?* México DF: FCE, 1966.

KHUN, Thomas S. (1962). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

KOCKA, Jürgen (1966). Karl Marx um Max Weber in Vergleich. In: *Sozialgeschichte: Begriff, Entwicklung, Probleme*. Tradução de René Geertz. Gottingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1977.

KOVALHOV, Sergei (1968). *Materialismo dialético e histórico*. Moscou: Progresso, 1979.
LANGLOIS, Ch.; SEIGNOBOS, Ch. (1898). *Introducción a los studios historicos*. Buenos Aires: Pleyade, 1972.
LACOMBE, Paul (1894). *La história considerada como ciência*. Buenos Aires: Espasa, 1948.
LEFEBVRE, Henri (1971). *Au-delà du Structuralisme*. Paris: Anthropos, 1971.
LEFF, Gordon (1969). *History and Social Theory*. Nova Iorque: Anchor, 1971.
LEVY-STRAUSS, Claude (1962). *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1976.
LÖWY, Michel (1985). *As aventuras de Marx conra o Barão de Münchausen*. São Paulo: Busca de Vida, 1987.
LOZANO, Jorge (1987). *El discurso historico*. Madrid: Alianza, 1987.
LUPORINI, Cesare (1966). Dialectica marxista e historicismo. In: *El concepto de formaccion econômico-social*. 3. ed. México DF: Siglo XXI, 1978.
LUKÁCS, Georg (1922). *História e consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1978.
MAGALHÃES, Vasco (1981), ed. *História: ciência social*. Lisboa: Horizonte, 1981.
MANDELBAUM, Maurice (1938). *The Problem of Historical Knowledge*. Nova Iorque: Liveright, 1938.
MANDELBAUM, Maurice (1977). *The Anatomy of Historical Knowledge*. Londres: John Hopkins University Press, 1977.
MANNHEIM, Karl (1985). *Sociologia do conhecimento*. Lisboa: Rés, 1985.
MARROU, Henri-Irinée (1954). *Do conhecimento histórico*. 4. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1977.
MAIRET, Gerard (1974). *Le Discours et le Historique*. Paris: Mame, 1974.
MARX, Karl; ENGELS, F. (1845). A ideologia alemã. São Paulo: Grijalbo, 1978.

MARX, Karl (1857). *Fundamentos de la critica de la economia política*. Madrid: Comunicacion, 1976.

MARX, Karl (1867). *O capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MEHRING, Franz (1895). *O materialismo histórico*. Lisboa: Antídoto, 1977.

MEYER, Eduard (1907). Sobre la teoria y la metodologia de la historia. In: *El historiador e la cultura antigua*. México DF: FCE, 1955.

MEYERHOFF, Hans (1959), ed. *The Philosophy of History in Our Time*. Nova Iorque: Anchor, 1959.

MICHELIS, Enrico de (1915). *El problema de las ciências historicas*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1948.

MILL, Stuart (1843). O sistema de lógica. In: GARDINER, Patrick, ed. *Teorias da história*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

MINK, Louis (1965). The autonomy of historical understanding. In: DRAY, William, ed. *Philosophical Analysis and History*. Nova Iorque: Harper and Row, 1966.

MINL, Louis (1970). History and fiction as modes of comprehension. *New Literary History, XX*: 541-558, 1979.

MONOD, Gabriel (1876). Les principles de la revue historique. *Revue Historique, 518*: 32-342, 1976.

MURPHEY, Murray (1973). *Our Knowledge of the Historical Past*. Nova Iorque: Harper, 1973.

NAGEL, Ernest (1952). The logic of historical analysis. In: MEYERHOFF, Hans, ed. *The Philosophy of History in Our Time*. Nova Iorque: Anchor, 1959.

NAGEL, Ernest (1969). *La estructura de la ciencia*. Buenos Aires: Paidos, 1969.

NASH, Ronald (1969), ed. *Ideas of History*. Nova Iorque: Dutton, 1969.

NOUSCHI, André (1967). *Iniciação às ciências históricas*. Porto: Almedina, 1977.

OAKHESHOTT, Michael (1933). *Experience and his Modes*. Londres: Cambridge University Press, 1933.

OUTHWAITE, William. (1975). *Entendendo a vida social*. Brasília: Editora da UNB, 1985.
PALMER, Richard (1969). *A hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1986.
PLEKHANOV, Georges (1895). *Ensaio sobre a concepção monista da história*. Lisboa: Horizonte, 1980.
POPPER, Karl (1945). *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
— (1957). *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1980.
RICKERT, Heinrich (1898). *Ciência cultural e ciência natural*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1943.
— (1904). *Introducción a los problemas de la filosofia de la historia*. Buenos Aires: Nova, s.d.
RICOUER, Paul (1955). *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
RICOUER, Paul (1977). *Expliquer et compreendre. Revue Philosophique de Louvain, 75*: 126-147, 1977.
RICOUER, Paul (1983/85). *Temp et Récit I/III*. Paris: seuil, 1983/1985.
ROJO, Enrique (1977). *Teoria científica de la historia*. México DF: Diogenes, 1977.
ROTAKHER, Erich (1920). *Filosofia de la historia*. Madrid: Pegaso, 1951.
RUSEN, Jörn (1987). Reflexão sobre os fundamentos e mudanças de paradigma na ciência histórica alemã. In: GERTZ, René; NEVES, A.B., Ed. *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ediotra da UFRGS, 1987.
RÜSEN, Jörn (1987). Historical narration: foundations, types, reason. In: *History and Theory, XXVI* (Beiheft), 1987.
RÜSEN, Jörn (1984) Theory of history in historical lectures. In: *History and Theory, XVIII*: 331-356, 1984.
ROCHA, Filipe (1982). *Teorias sobre a história*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1982.
SALOMON, Pierre (1976). *História e crítica*. Coimbra: Almedina, 1979.

SARTRE, J.P. (1960). *Critica de la razón dialectica*. Buenos Aires: Losada, 1963.

SCHAFF, Adam (197). *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SCRIVEN, Michael (1959). Os truísmos como base das explicações históricas. In: GARDINER, Patrick, ed. *Teorias da história*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

SEIGNOBOS, Charles (1901). *El método histórico aplicado a las ciências sociales*. Madrid: Daniel Jorro, 1923.

SIMMEL, Georg. (1892). *Problemas de la filosofia de la historia*. Buenos Aires: Nova, 1950.

SIMMIAND, François (1903). Methode historique et science sociale. *Annales*, *XXX*: 83-119, 1960.

STEIN, Ernildo (1972). *História e ideologia*. Porto Alegre: Movimento, 1972.

STRASSER, Stephan (1985). *Understanding and Explanation*. Pittsburg: Duquesne University Press, 1985.

TOPOLSKI, Jerzy (1973). *Metodologia de la historia*. Barcelona: Catedra, 1980.

VEYNE, Paul (1971). *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

WALSH, William (1951). *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, Max (1904). La objectividad cognocitiva de la ciência social y de la política. In: *Ensayos Sobre Metodología Sociológica*. Buenos Aires: Amorrutu, 1971.

WEBER, Max (1906). Estudios críticos sobre la lógica de lãs ciências de la cultura. In: *Ensayos Sobre Metodología Sociológica*. Buenos Aires: Amorrutu, 1971.

WHITE, Hayden (1973). *Metahistory: The Historical Imagination inthe XIX Century*. Londres: John Hopkins University Press, 1973.

WHITE, Hayden (1974). *Historicism, history and the figurative imagination*. In: History and Theory, XIV, (Beiheft), 1974.

WHITE, Hayden (1984). The question of narrative in contemporary theory. In: *History and Theory*, *XXIII*: 1-33, 1984.

WHITE, Morton (1965). *Foundations of Historical Knowledge*. Nova York: Harper, 1965.

WRIGHT, George von (1971). *Explicación y comprehension*. Madrid: Alianza, 1980.

XENOPOL, Dimitri (1980). *Teoria de la historia*. Madrid: Daniel Jorro, 1911.

ZHUKOV, Ergueni (1980). *Metodología de la historia*. Moscou: Academia de Ciências Sociais, 1982.

Nota à Edição Digital

"Paradigmas do Estudo da História" é fruto dos estudos preparatórios e pesquisas complementares que empreendemos entre 1984 e 1989, à época em que desenvolvíamos nossa dissertação de mestrado sobre história e filosofia da história em Michel Foucault, defendida em meados de 1987, junto ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Apresentado em um certame editorial criado pelo Instituto Estadual do Livro do Estado do Rio Grande do Sul no final de 1989, o texto foi selecionado para publicação e veio a lume em 1991, através da Editora Igel.

Durante os anos 1980, ainda era incipiente o campo da teoria do saber histórico em nosso meio acadêmico. Diferentemente do período anterior, avançara o interesse pela teorização do processo histórico. As preocupações metodológicas eram cada vez mais sensíveis. O marxismo estava em alta, nutrindo esta primeira onda de renovação com vigor e variedade de tendências. A referência central, entre os interessados mais preocupados com a atualidade das práticas historiográficas, era, à época, a obra de Ciro Flammarion Cardoso.

Entretanto, havia pouco senão nenhum interesse pela epistemologia do seu *métier* entre os profissionais de história. Figuras como Estevão Rezende de Martins, com quem tivemos aulas em 1983, ou Luiz Costa Lima, que operava no campo dos estudos literários, embora notáveis, eram solitárias ou ignoradas pelo clube dos simpatizantes de Clio.

Engajados numa pesquisa sobre o conceito de história e a prática de seu saber em um autor mal visto, se tanto, pela comunidade dos historiadores, à qual estávamos ligados de modo que não é mais o caso hoje, sentimos, naquela conjuntura, a necessidade de elaborar uma síntese do campo, visando esclarecer seus limites, problemas e tendências de pensamento, para viabilizar o apropriado exame e diagnóstico que procurávamos fazer dos estudos de história elaborados por Michel Foucault.

O resultado é o trabalho que reapresento aqui, em versão digital, sem acréscimos temáticos ou revisão das análises, sem, principalmente, atualização bibliográfica. A tentação em fazê-lo, não nos faltou, considerando os estímulos que leitores simpáticos ao texto nos deram e a formidável mudança ocorrida no campo da reflexão sobre a prática da história durante as últimas décadas.

O primeiro estímulo para encampar esta tarefa, a exploração da literatura sobre uma temática que ainda nos atrai hoje, foi, também, a primeira razão para nos aconselhar a desistir da empreitada. Atualmente, é fácil o acesso à documentação que, à época que redigimos esta pesquisa, custava tempo e recursos para se obter, quando era possível. O estudioso interessado pode rápida e economicamente ter em casa os acervos do passado e a literatura contemporânea para desenvolver ampla e adequadamente sua temática – mas por isso mesmo, aumentou sua responsabilidade acadêmica e intelectual.

A consciência da presente incapacidade de arcarmos com este fardo não é, contudo, o principal motivo para termos desistido da idéia de, em sentido amplo, atualizarmos nosso relato.

Desde os 1990, o fato é que progrediu de forma sólida e cada vez mais madura, entre nós, uma erudição sobre a temática em foco nesta obra que não mais admite o seu aprofundamento ligeiro e a revisão apressada. A teoria da história, no sentido de epistemologia, passou a contar com um grupo de interessados muito bem informado, senão sofisticado, que colocou a área, junto com a dos estudos historiográficos, no mesmo plano em que ela se projeta nos centros de pesquisa mais avançados da Alemanha, Inglaterra, França e Estados Unidos.

Levando em conta tudo isso, resolvemos republicar digitalmente um trabalho há muitos anos fora do mercado sem acréscimos na informação ou aprofundamento das análises lançadas originalmente. Contentamo-nos em remanejar o texto, redistribuindo a matéria de modo a torná-la mais coerente, conforme poderá avaliar o leitor

comparando o presente sistema de exposição com o anterior, em relação ao qual também se fez algumas alterações de titulação*.

Gostaríamos de poder pensar que esta obra foi, entre nós, sinal do aparecimento de um grupo de pessoas entusiasmado com o assunto, senão da formação de uma comunidade de especialistas interessada em desenvolver sua área de conhecimento.

---

* Sumário da edição de 1991: Introdução; 1) As matrizes fundamentais (historicismo, positivismo, historicismo positivista); 2) Os paradigmas de compromisso (Marx, Weber, o presenteísmo); 3) A renovação dos paradigmas (hermenêutica, neopositivismo, filosofia analítica); 4) A solução das problemáticas (materialismo dialético, neo-historicismo, criticismo dialético); Conclusão.

ISBN — 85-7063-100-6